



Relatório Anual de Governo 2013

Governo da Bahia

Volume I



**TERRA DE
TODOS NÓS**

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO ANUAL DE GOVERNO 2013

Volume I

SALVADOR, 2014





GOVERNO DA BAHIA

JAQUES WAGNER
Governador do Estado da Bahia

OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR
Vice-Governador

RUI COSTA DOS SANTOS
Secretário da Casa Civil

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Secretário do Planejamento

EDELVINO DA SILVA GÓES FILHO
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
Secretário da Administração

EDUARDO SEIXAS DE SALLES
**Secretário da Agricultura, Pecuária, Irrigação,
Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura**

PAULO FRANCISCO DE CARVALHO CÂMERA
Secretário de Ciência, Tecnologia e Inovação

ANTÔNIO ALBINO CANELAS RUBIM
Secretário de Cultura

WILSON ALVES DE BRITO FILHO
Secretário de Desenvolvimento e Integração Regional

MOEMA ISABEL PASSOS GRAMACHO
MARIA MORAES DE CARVALHO MOTA
Secretária de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza

CÍCERO DE CARVALHO MONTEIRO
Secretário de Desenvolvimento Urbano

OSVALDO BARRETO FILHO
Secretário da Educação

MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO
LUIZ ALBERTO BASTOS PETITINGA
Secretário da Fazenda

JAMES SILVA SANTOS CORREIA
Secretário da Indústria, Comércio e Mineração

OTTO ROBERTO MENDONÇA DE ALENCAR
Secretário de Infraestrutura

ALMIRO SENA SOARES FILHO
Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos

EUGÊNIO SPENGLER
Secretário de Meio Ambiente

ELIAS DE OLIVEIRA SAMPAIO
Secretário de Promoção da Igualdade Racial

PAULO CÉSAR LISBOA CERQUEIRA
Secretário de Relações Institucionais

JORGE JOSÉ SANTOS PEREIRA SOLLÁ
Secretário da Saúde

MAURÍCIO TELES BARBOSA
Secretário da Segurança Pública

NILTON VASCONCELOS JUNIOR
Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte

DOMINGOS LEONELLI NETO
Secretário de Turismo

ROBINSON SANTOS ALMEIDA
Secretário de Comunicação Social

VERA LÚCIA DA CRUZ BARBOSA
Secretária de Políticas para as Mulheres

NESTOR DUARTE GUIMARÃES NETO
Secretário de Administração Penitenciária e Ressocialização

NEY JORGE CAMPELLO
Secretário para Assuntos da Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014

EDMON LOPES LUCAS
Chefe do Gabinete do Governador

RUI MORAES CRUZ
Procurador Geral do Estado

CARLOS AUGUSTO BARBOSA COSTA
Secretário Extraordinário para Assuntos da Indústria Naval e Portuária

FERNANDO ROTH SCHMIDT
Secretário Extraordinário para Assuntos Internacionais e da Agenda Bahia

Cel. PM CARLOS AUGUSTO GOMES SOUZA E SILVA
Cel. PM RIVALDO RIBEIRO DOS SANTOS
Chefe da Casa Militar do Governador



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Relatório Anual de Governo 2013
Copyright Secretaria do Planejamento
Superintendência de Gestão e Avaliação

JAQUES WAGNER
Governo do Estado da Bahia

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
Secretaria do Planejamento – SEPLAN

CARLOS ALBERTO DA SILVA BATISTA
CLÓVIS CARIBÉ MENEZES SANTOS
Chefia de Gabinete – SEPLAN

JOSÉ GERALDO DOS REIS SANTOS
Diretoria Geral da SEI

MARIA LÚCIA CUNHA DE CARVALHO
Superintendência de Gestão e Avaliação – SGA

VALÉRIA BARRETO PERUNA
Coordenação do Relatório

Equipe Técnica

ALACIR DANTAS
ANTONIO LEOPOLDO MEIRA
DORA NEUHAUS
POLIANA SAMPAIO DE ALMEIDA PEIXINHO
SILVANA SALOMÃO GÓES FONTES
VERENA DE CARVALHO RAMOS

Interlocutores das Secretarias

Tania Lúcia Britto Oliveira – CASA CIVIL
Andréa Santos Carvalho – GAB GOV
Desinete Fernandes Santana Lima – PGE
Wilson Moreira Cardoso – SAEB
Elizabeth Araújo Cunha –SEAGRI
Nilzete de Matos Carneiro – SEAP
Edmundo Fagundes da Silva / Angela Meira Cezar – SEC
Maria da Purificação Ribeiro da Silva – SECOM
Mônica Baqueiro – SECOPA
Valmara Andrade de Amorim / Rosely Cabral de Carvalho – SECTI
Fabio Barreiros / Morgana Gama de Lima – SECULT
Rogério Condá Correia Barbosa – SEDES
Atahualpa Durão Costa – SEDIR
Lucas Costa Sant Anna / Nair Couto Mamede – SEDUR
Liane Ramos Sampaio – SEFAZ
Elba Alves de Brito – SEINFRA
Nelly Pereira Malheiros – SEINP
Jabson Machado Prado / Aline Bitencourt da Silva – SEMA
Poliana Sampaio de Almeida Peixinho / Maria Consuelo de Carvalho – SEPLAN
Joubert Ferreira da Silva Neto – SEPROMI
Maria Cristina Luz Pinheiro – SERIN
Chaidier Gonçalves Andrade – SESAB
Luciana Cândida Ribeiro Chasstinet / Ramon Bomfim Barros – SETRE
Juliana Teixeira Cruz / Rita Escolástica – SETUR
Rosângela De Marco – SICM
Danielle Rodrigues do Santos – SJCDH
Maiara Alves Oliveira – SPM
Osvaldo Silva / Leonor Magarão Paiva Keysselt – SSP

Secretaria do Planejamento - SEPLAN

Avenida Luiz Viana Filho, 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia
Cep 41746-900 - Salvador-Bahia-Brasil
Tel.: (71) 3115-3674 - Fax: (71) 3115-3528 - <http://www.seplan.ba.gov.br>



SUMÁRIO

► Volume I

Apresentação	8
Contexto: indicadores socioeconômicos e perspectivas	10
Gestão Financeira	29
Principais Realizações de Governo por Eixos	38
Eixo Estruturante I – Inclusão Social e Afirmação de Direitos	39
Eixo Estruturante II – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento	99
Eixo Estruturante III – Gestão Democrática do Estado	151

► Volume II

Total das Realizações de Governo por Eixo	9
Eixo Estruturante I – Inclusão Social e Afirmação de Direitos	9
Eixo Estruturante II – Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento	83
Eixo Estruturante III – Gestão Democrática do Estado	141
Anexo I – Municípios por Territórios de Identidade	164

APRESENTAÇÃO



Relatório de Atividades 2013 do Governo da Bahia apresenta-se em dois volumes: o Volume I compõe-se de uma contextualização dos principais aspectos que conformaram a economia baiana nos últimos sete anos, com ênfase em 2013, seguido pelas ações relevantes de acordo com o Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015). O Volume II relata, por eixo estruturante, os compromissos e ações dos 47 programas que constituem o PPA.

A organização dos volumes referencia e favorece a uma visão consistente e integrada das realizações governamentais, agrupadas nos três eixos estruturantes que contemplam (i) Inclusão Social e Afirmação de Direitos, (ii) Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento e (iii) Gestão Democrática do Estado.

Privilegiando o conjunto de investimentos em infraestrutura logística, energética, social e urbana, as realizações governamentais consubstanciam e alavancam, sob uma perspectiva estratégica e dinamizadora, a geração de novas oportunidades de trabalho e renda para a população baiana.

Esse escopo viabiliza e consolida, ademais, a criação de novos eixos de articulação com as economias regional, nacional e internacional.

Para o pleno êxito dessas realizações, o Governo do Estado desenvolveu esforços de captação, mobilizando as agências interna e externa, bem como a elevação da produtividade fiscal e lançamento do Programa de Recuperação Fiscal – Refis onde os débitos do ICMS fossem quitados com descontos de multas e acréscimos de até 100,0%. A carteira de financiamento interno totalizou R\$ 4,6 bilhões, e os recursos totais investidos foram da ordem de R\$ 563,7 milhões. A carteira de operações de crédito externo mobilizou R\$ 2,6 bilhões, através das fontes do Banco Mundial – Bird; Banco Interamericano – BID e Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – Fida e contrapartida estadual.

O repertório de realizações elencadas no Relatório evidencia a concentração de recursos em programas que constituem o Eixo I – Inclusão Social e Afirmação de Direitos, que alcançou o montante de R\$ 11,7 bilhões.

O enfrentamento à seca, ensejando substantivas ações mobilizadoras voltadas à reversão dos graves efeitos das adversidades climáticas dos anos recentes, prosseguiu entre as prioridades do Governo, dando-se continuidade às medidas



e iniciativas adotadas em 2012, materializadas na articulação de ações efetivas para minorar os gravames e beneficiar à população do semiárido.

Também são de importância decisiva as inversões significativas do Governo do Estado em projetos estratégicos e estruturantes como a Ponte Salvador Itaparica, o Porto Sul, a Ferrovia de Integração Oeste Leste–Fiol, bem como o conjunto de melhorias viárias e requalificação urbana em Salvador, entre outros, contribuindo para um Estado integrado espacialmente e mobilizado para combater a pobreza extrema.

O elenco de realizações sintetizadas neste Relatório propicia, enfim, uma visão prospectiva – ampla e ordenada no conjunto, pormenorizada nos aspectos essenciais – da dinâmica transformadora em curso na economia baiana em seus múltiplos segmentos e instâncias, contemplando, além da prioridade à dimensão social que é basilar a este Governo, os investimentos de infraestrutura e logística direcionadas à inclusão socioeconômica de centenas de milhares de baianos.

José Sérgio Gabrielli de Azevedo
Secretário do Planejamento do Estado da Bahia



CONTEXTO



CONTEXTO

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E PERSPECTIVAS

O desempenho econômico da Bahia evoluiu positivamente nos anos recentes, seja nos comparativos com os demais estados do Nordeste, seja naqueles relacionados ao país como um todo, em um cenário que incorporou o enfrentamento às instabilidades e gravames socioeconômicos determinados pela crise econômica global e pelo fenômeno climático da seca.

Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE registram a expansão da produção industrial em 4,4% em novembro de 2013, em relação ao mês precedente, protagonizando o melhor resultado no segmento entre os diversos estados. Os prognósticos para 2014 são favoráveis em relação à continuidade dessa dinâmica na indústria como também nos setores primário e terciário preconizando uma taxa de crescimento geral para o estado na faixa dos 4,0%, patamar superior aos índices projetados para o Brasil.

Em relação aos indicadores sociais, no período de 2006 a 2012 verificaram-se avanços na presença dos jovens no ensino médio (de 30,0% a 44,0% no período), na redução dos índices de analfabetismo (de 18,6% para 15,9%) e de mortalidade infantil, que experimentou decréscimo de 24,5% entre 2006 e 2011. O percentual de domicílios com rede coletora de esgoto saiu de 40,0%, em 2006, para cerca de 50,0% em 2012, enquanto a presença de água encanada interna aos domicílios aumentou de 77,0% para 90,0% no período, em números redondos.

Os programas de eletrificação rural avançaram a passos largos: enquanto em 2006 menos de 78,0% dos domicílios rurais tinham acesso à energia elétrica, em 2012 esse índice elevou-se para quase 95,0%. Como um todo, a energia elétrica fez-se presente em quase 99,0% dos domicílios baianos em 2012. Nesse mesmo período, a

presença de geladeiras nos domicílios evoluiu de 70,0% para 90,6% e a de aparelhos de TV passou de 84,5% para 94,4%. E quase quadruplicou o percentual de domicílios que dispunham de computador com acesso à *internet*, que saltaram de 7,5% em 2006 para 27,7% em 2012.

INDICADORES ECONÔMICOS

Produto Interno Bruto – PIB

O Produto Interno Bruto da Bahia tem mantido uma média de crescimento superior aos estados que, tradicionalmente, posicionam-se na vanguarda do desenvolvimento econômico no país. No período 2006-2012, a nossa economia acumulou o índice de crescimento de 25,9%, com média anual de 3,9%, não obstante ter en-

frentado as instabilidades e incertezas decorrentes da crise financeira internacional de 2008.

Esse avanço sedimentou-se em várias frentes, sendo destaques a ampliação do emprego formal, os aumentos do rendimento médio dos ocupados e do crédito de pessoa física, o avanço do consumo das famílias, a implantação de políticas de transferência de renda, o aumento real do salário mínimo, os

investimentos governamentais em infraestrutura e investimentos do setor privado produtivo, incluindo a expansão da fronteira agrícola (Gráfico 1).

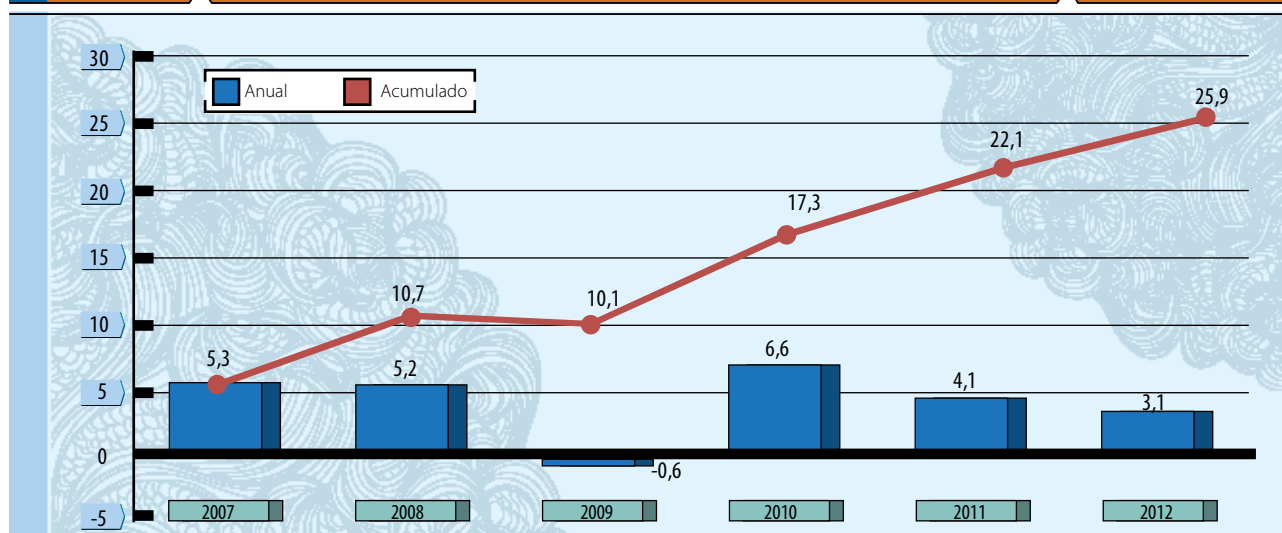
Na perspectiva dos grandes setores, o de Serviços destacou-se na expansão do PIB baiano, acumulando crescimento de 29,0%, com taxa média anual de 4,3% no período em análise, cuja maior participação intrasetorial decorreu do comércio (40,7%, com

taxa média de 5,9% ao ano), seguido da administração, saúde e educação pública (8,4%, com taxa média de 1,4% ao ano) (Gráfico 2).

A Indústria na Bahia cresceu 23,1% no período considerado, com taxa média 3,5% ao ano, destacando-se o avanço da indústria de transformação (33,5% em média 4,9% ao ano) e da construção civil (54,6%, em média 7,5% a.a.). O impacto da crise mundial

GRÁFICO 1 PRODUTO INTERNO BRUTO

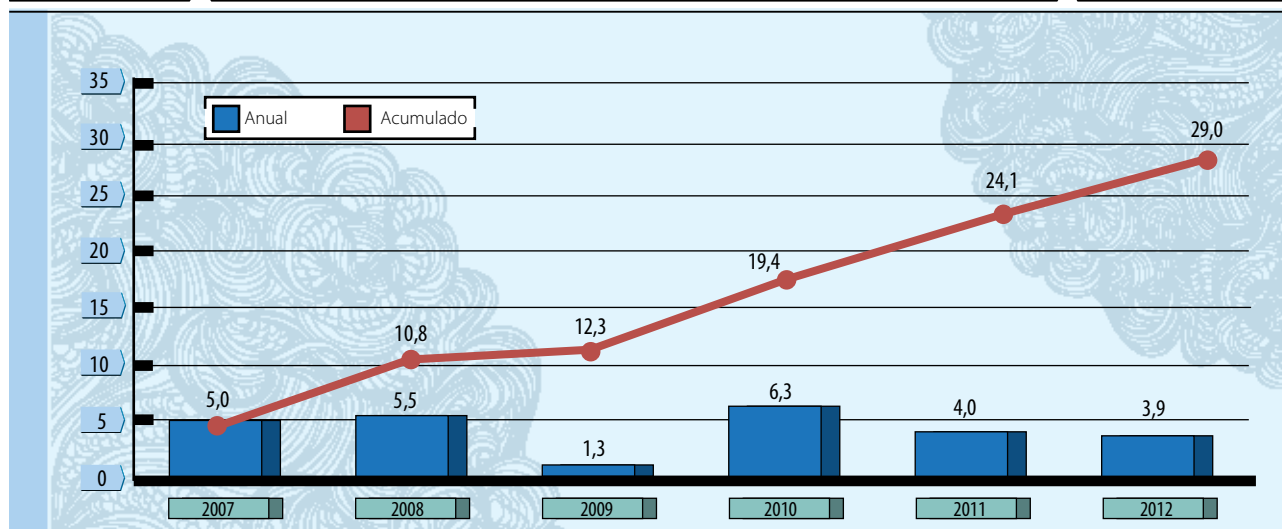
Bahia, 2007 – 2012



Fonte: SEI

GRÁFICO 2 VALOR ADICIONADO BRUTO – SERVIÇOS

Bahia, 2007 – 2012



Fonte: SEI



sobre a indústria baiana foi muito forte em 2009, e seus efeitos continuaram a se propagar sobre o setor externo. A queda da produção industrial em 2009, da ordem de -3,8%, ultrapassou as previsões mais pessimistas e confirmou a intensidade do choque sentido pela economia (Gráfico 3).

Sofrendo os efeitos da seca que assolou o estado em 2012, a Agropecuária cresceu 19,0% no período, com taxa

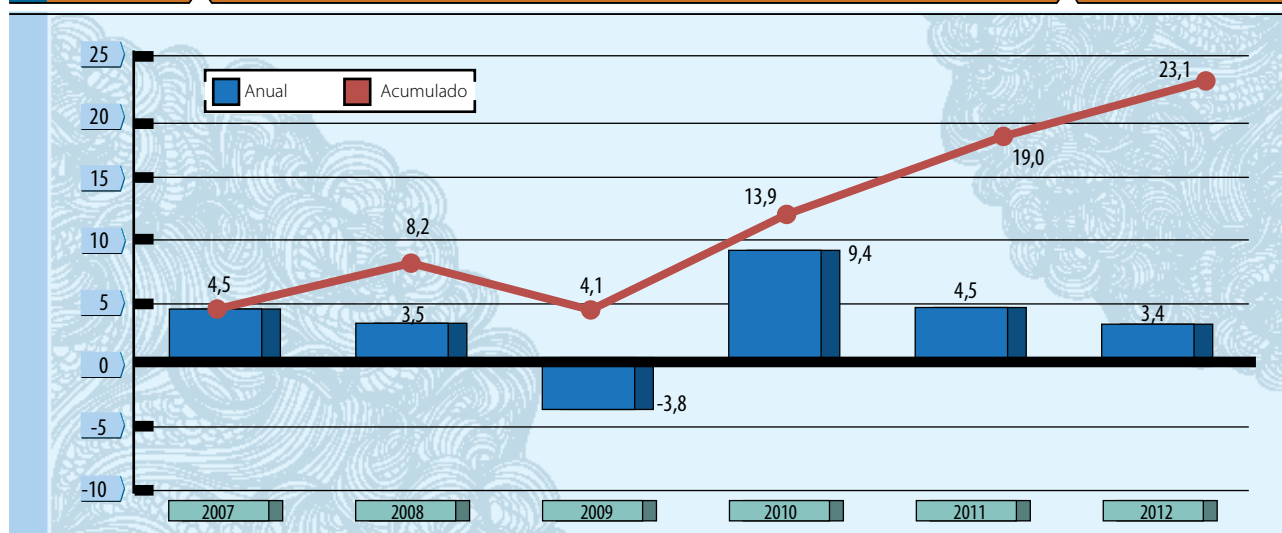
média 2,9% ao ano. A produção de grãos, conquanto tenha experimentado crescimento em 2007, 2008 e 2010, foi afetada em 2009 pela retração da demanda externa, enquanto em 2011 e 2012 a seca provocou declínios acentuados de produção (Gráfico 4).

Em 2013, de janeiro a setembro, a atividade econômica baiana apresentou crescimento acumulado de 3,2%. Em termos de valor agregado, destacou-se o setor

industrial, com expansão de 4,9%, tendo na Indústria de Transformação com 8,6% de crescimento e nos Serviços Industriais de Utilidade Pública – eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana com 3,6%, suas principais contribuições. Em sentido contrário, a construção civil em 2013 registrou queda de 3,1% no período. O baixo crescimento no consumo de cimento (0,1%), em 2013, corrobora com o recuo da atividade da construção nesse ano (Gráfico 5).

GRÁFICO 3 VALOR ADICIONADO BRUTO – INDÚSTRIA

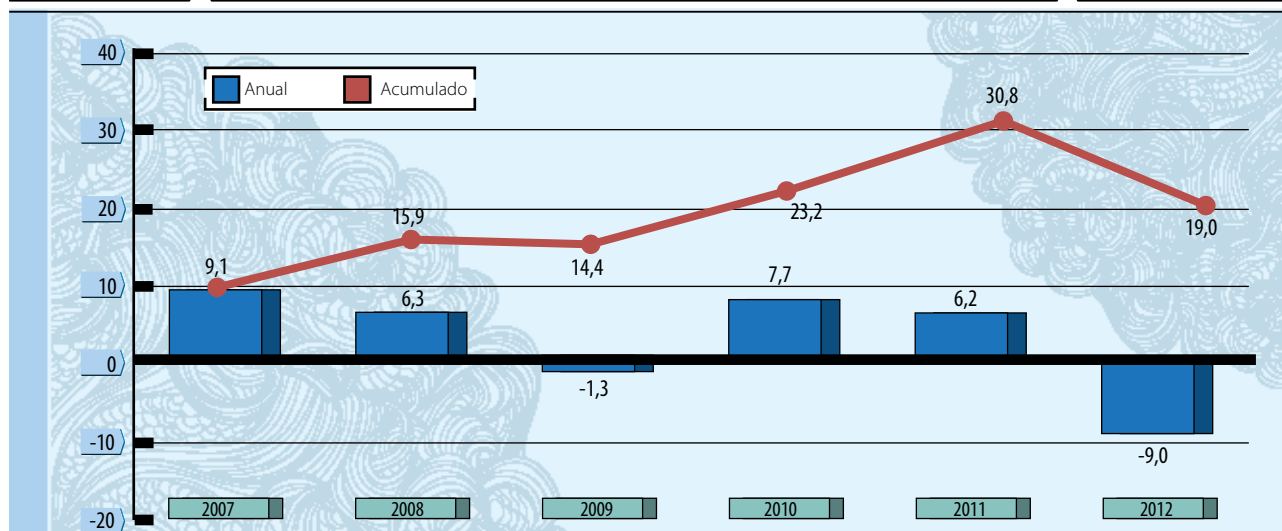
Bahia, 2007 – 2012



Fonte: SEI

GRÁFICO 4 VALOR ADICIONADO BRUTO – AGROPECUÁRIA

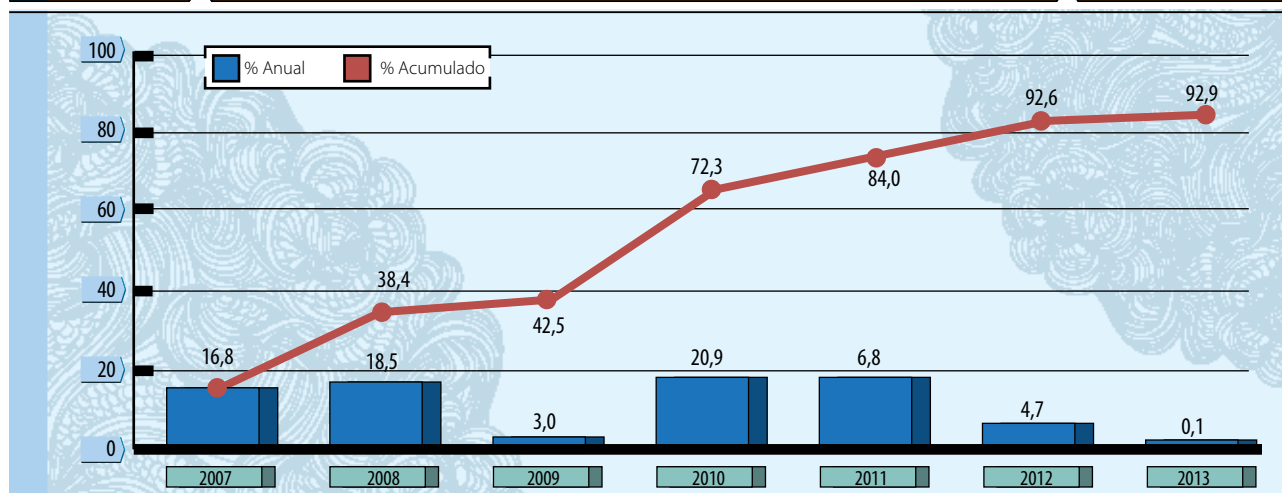
Bahia, 2007 – 2012



Fonte: SEI

GRÁFICO 5 CONSUMO DE CIMENTO

Bahia, 2007 – 2013



Fonte: SNIC
Elaboração: SEI
Nota: Variação anual e acumulada no período 2006–2013; no ano de 2013, dados de janeiro a junho.

No acumulado dos três primeiros trimestres de 2013, o setor de Serviços cresceu 1,9%, decorrendo as maiores altas das atividades de transporte (5,6%), administração, saúde e educação pública (2,4%), comércio (0,3%) e alojamento e alimentação (0,3%). Cabe frisar que a expansão dos Serviços se manteve, a despeito do ambiente macroeconômico desfavorável, caracterizado pela elevação das taxas de inflação e de juros.

O setor Agropecuário acumulou queda de 3,9% no período referido, em razão do reflexo negativo da seca em grande parte do estado.

Mercado de Trabalho

O mercado de trabalho formal da Bahia gerou 556.695 postos de trabalho entre janeiro de 2007 e outubro de 2013, resultado da diferença entre 5.339.943 admitidos e 4.783.248 desligados, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged do Ministério

do Trabalho e Emprego. O setor de Serviços e o segmento do comércio, que apresentaram os maiores crescimentos do produto, também foram os principais impulsionadores do emprego na Bahia, alcançando os Serviços a geração de 227.200 postos e o comércio 132.014 postos, enquanto a construção civil gerou 116.349 postos. Nesse *ranking*, merece também destaque o setor da Indústria de Transformação, que gerou 54.742 novos postos de trabalho no período (Tabela 1).

Enquanto em 2012 a Bahia gerou um saldo de 43.341 novos postos de trabalho, em 2013 (até outubro) foram criados, 49.748 novos postos, mostrando que a economia do estado continua gerando empregos em ritmo superior ao do ano anterior. A construção civil foi a principal atividade responsável pela alavancagem, gerando 17.428 novos postos de trabalho em 2013. O setor de Serviços constituiu-se no segundo maior gerador, com 13.248 novos postos de trabalho, enquanto o segmento do

comércio também foi destaque, com a geração de 6.402 novos empregos.

Sob o ângulo de análise dos Territórios de Identidade, entre os anos de 2007 e 2013, os maiores saldos positivos concentraram-se no Metropolitan de Salvador, com 279.279 postos ou 50,17% do total gerado, seguido à distância pelo Portal do Sertão (51.761 postos ou 9,29%), Vitória da Conquista (23.388 postos ou 4,20%), Bacia do Rio Grande (22.977) e Recôncavo (20.040) (Tabela 2).

Rendimento Médio do Trabalhador, Programa Bolsa Família e Redução da Extrema Pobreza

O rendimento médio na ocupação principal do trabalhador na Bahia passou de R\$ 662,00, em 2006, para R\$ 808,00, em 2012, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE. O rendimento médio do trabalho principal do baia-

TABELA 1

SALDO DE EMPREGO CELETISTA, SEGUNDO O SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Bahia, 2007 – 2013

Setor de Atividade Econômica	ANO							TOTAL
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
Extrativa Mineral	724	337	430	1414	1243	516	275	4.939
Indústria de Transformação	12.434	5.164	10.121	17.979	6.364	-2.539	5.219	54.742
Serv. Industriais de Utilidade Pública	224	113	571	1.043	1.557	-976	1.164	3.696
Construção Civil	14.301	8.676	29.639	30.105	9.993	6.207	17.428	116.349
Comércio	21.092	18.693	22.154	27.278	19.086	17.309	6.402	132.014
Serviços	25.922	29.043	45.542	48.766	39.207	25.472	13.248	227.200
Administração Pública	1.529	804	22	198	829	-551	797	3.628
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	3.195	-3.481	66	6.347	4.882	-2.097	5.215	14.127
Total	79.421	59.349	108.545	133.130	83.161	43.341	49.748	556.695

Fonte: TEM – Caged

Nota: Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES, 2013.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

TABELA 2

SALDO DE EMPREGO CELETISTA, POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

Bahia, 2007 – 2013

Território de Identidade	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Bahia	79.421	59.349	108.545	133.130	83.161	43.341	49.748	556.690
Bacia do Jacuípe	-255	159	394	263	815	1.495	1.056	3.927
Bacia do Paramirim	-148	74	106	216	385	200	249	1.082
Bacia do Rio Corrente	853	697	359	669	992	185	1.258	5.013
Bacia do Rio Grande	3.489	3.346	3.149	3.213	6.219	1.954	1.607	22.977
Baixo Sul	584	786	846	1.490	1.140	763	259	5.868
Chapada Diamantina	839	275	97	1.685	1.514	-433	277	4.254
Costa do descobrimento	2.411	1.440	1.902	1.891	1.325	846	1.391	11.206
Extremo Sul	2.284	805	2.362	3.362	1.925	36	3.045	13.819
Irecê	332	415	1.398	201	1.089	314	718	4.467
Itaparica	748	-272	968	804	558	490	193	3.489
Litoral Norte e Agreste Baiano	5.765	-1.608	2.419	5.024	2.729	2.333	244	16.906
Litoral Sul	2.908	2.539	3.904	4.586	2.163	1.335	-624	16.811
Médio Rio de Contas	966	3.811	783	1.673	1.177	-277	456	8.589
Médio Sudoeste da Bahia	1.546	4.369	3.465	2.851	-4.655	-6.595	-1.335	-354
Metropolitano de Salvador	41.695	31.082	59.148	68.988	44.700	19.052	14.614	279.279
Piemonte da Diamantina	986	568	336	841	1.039	491	918	5.179
Piemonte do Paraguaçu	305	161	408	946	420	447	406	3.093
Piemonte Norte do Itapicuru	964	746	39	1.093	1.290	675	142	4.949
Portal do Sertão	5.843	4.314	10.093	11.176	6.667	10.201	3.467	51.761
Recôncavo	92	1.266	6.528	6.904	1.444	-976	4.782	20.040
Semiárido Nordeste II	148	330	1.124	954	934	313	494	4.297
Sertão do São Francisco	1.117	-104	991	1.620	576	3.292	6.316	13.808
Sertão Produtivo	1.701	264	1.602	2.959	2.942	1.904	4.576	15.948
Sisal	58	1.278	1.427	1.905	1.746	1.100	568	8.082
Vale do Jiquiriçá	102	211	611	849	788	900	-30	3.431
Velho Chico	685	300	429	549	813	660	1.945	5.381
Vitória da Conquista	3.403	2.097	3.657	6.413	2.426	2.636	2.756	23.388

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/DIPEQ/COPES, 2013.

Excetuando o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

no residente no meio rural, que era de R\$ 407,00 em 2006, passou a R\$ 489,00 em 2012. No meio urbano, o rendimento médio aumentou de R\$ 871,00 para R\$ 1.039,00, no período considerado. O rendimento real médio mensal, em valores de 2012, cresceu 3,4% ao ano, o que representa uma taxa de 21,0% no período (Tabela 3).

Sob a ótica das políticas públicas de transferência de renda do Governo Federal, a Bahia foi favorecida pelo aumento de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família – PBF, segundo o Cadastro Único para

Programas Sociais – CadÚnico, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. O número de famílias cadastradas nesse programa, na Bahia, ampliou-se em cerca de 417 mil famílias entre 2006 e 2012. Assim, o percentual de 33,5% das famílias cadastradas em 2006 evoluiu para 38,3% em 2012. No Brasil, esse número cresceu de 18,7% para 21,1% no período em exame. A região Nordeste, com 40,4%, detém o percentual de famílias cadastradas maior que o do Brasil, que se situa na faixa dos 21,0% (Gráfico 6, Tabela 4).

O impacto social revela-se categórico: de acordo com a PNAD, em torno de 546 mil pessoas deixaram a condição de extrema pobreza e 1,2 milhão deixaram a condição de pobreza, na Bahia, entre 2006 e 2012. Em termos relativos, a redução da população em condição de extrema pobreza traduziu-se no declínio percentual de 11,6%, em 2006, para 7,4% em 2012, enquanto a redução da população pobre deu-se do patamar de 21,4% para o de 12,3% no período em análise.

Essa redução substantiva do número de pessoas pobres e extremamente

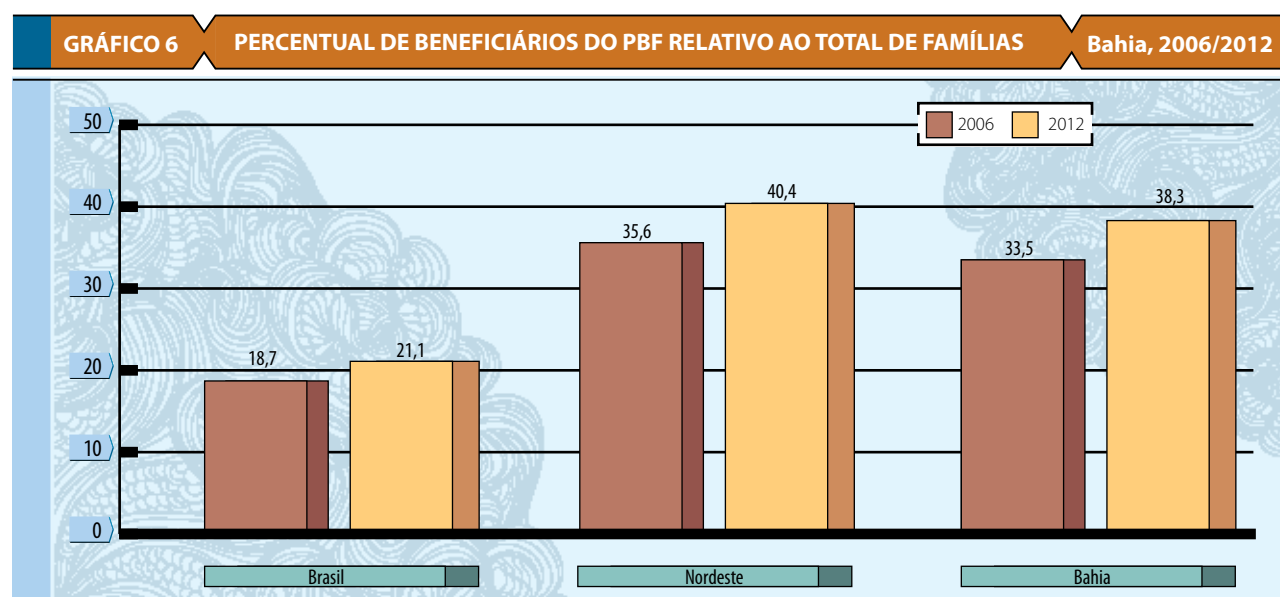
TABELA 3		RENDIMENTO REAL MÉDIO MENSAL EM VALORES NO TRABALHO PRINCIPAL E OCUPADOS POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ¹ .		Bahia, 2006/2012	
Situação do domicílio		Rendimento e ocupados	2006	2012	
Total	Rendimento (R\$)		662,00	808,00	
	Ocupados		6.358.064	6.449.691	
Urbano	Rendimento (R\$)		871,00	1.039,00	
	Ocupados		4.048.304	4.723.216	
Rural	Rendimento (R\$)		407,00	489,00	
	Ocupados		2.309.760	1.726.475	

Fonte: IBGE – PNAD

Nota: ¹ Os valores de 2006 foram corrigidos pelo INPC para o ano de 2012.

Dado igual a zero, não resultante de arredondamento.

Dado não disponível.



Fonte: CADÚnico – MDS. Dados levantados na matriz de indicadores sociais em maio/2013



TABELA 4

**FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS E VALOR DO REPASSE¹ DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA, SEGUNDO OS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE**

Bahia, 2006/2012

Território de Identidade	2006		2012		Variação % 2012/2006	
	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor (R\$)	Famílias	Valor
Bahia	1.391.245	1.369.277.748	1.808.346	2.745.399.558	30	101
Irecê	52.145	52.520.965	68.951	107.604.104	32	105
Velho Chico	47.207	49.727.733	61.335	101.395.114	30	104
Chapada Diamantina	49.122	51.992.871	62.538	99.301.806	27	91
Sisal	81.845	83.745.464	100.030	158.166.528	22	89
Litoral Sul	87.411	73.516.097	103.839	155.027.796	19	111
Baixo Sul	41.088	39.544.110	54.666	85.585.854	33	116
Extremo Sul	41.303	39.526.411	47.766	72.059.826	16	82
Médio Sudoeste da Bahia	28.678	27.772.323	32.905	48.353.758	15	74
Vale do Jequiriça	40.669	40.494.710	47.776	71.238.324	17	76
Sertão do São Francisco	53.147	53.628.256	78.141	125.640.460	47	134
Bacia do Rio Grande	34.080	34.575.793	50.661	81.442.330	49	136
Bacia do Paramirim	21.430	23.619.703	25.091	39.178.676	17	66
Sertão Produtivo	49.272	49.371.314	61.518	91.491.696	25	85
Piemonte do Paraguaçu	36.958	38.919.386	44.433	69.287.282	20	78
Bacia do Jacuípe	34.564	36.013.101	40.141	59.448.546	16	65
Piemonte da Diamantina	33.182	33.066.922	39.023	57.535.414	18	74
Semiárido Nordeste II	54.694	56.264.555	71.988	113.241.748	32	101
Litoral Norte e Agreste Baiano	63.420	63.917.250	88.394	134.290.306	39	110
Portal do Sertão	77.957	77.258.900	100.272	151.474.474	29	96
Vitória da Conquista	73.474	75.794.477	91.369	137.986.782	24	82
Recôncavo	58.514	56.535.419	81.485	118.235.018	39	109
Médio Rio de Contas	45.081	44.622.997	52.113	77.519.558	16	74
Bacia do Rio Corrente	28.228	29.511.930	33.138	51.513.778	17	75
Itaparica	17.388	17.997.026	24.404	39.273.114	40	118
Piemonte Norte do Itapicuru	36.162	37.171.034	43.068	64.774.764	19	74
Metropolitano de Salvador	174.403	154.575.009	264.020	374.270.294	51	142
Costa do descobrimento	29.823	27.543.919	39.281	60.062.154	32	118

Fonte: CadÚnico - MDS. Dados levantados na Matriz Indicadores Sociais em outubro/2013.

1 O valor do repasse de 2006 foi corrigido pelo INPC.

pobres coaduna-se com o aumento do número de ocupados com carteira de trabalho assinada e com a redução da taxa de analfabetismo. Nessa perspectiva, supõe-se que os beneficiários do Programa Bolsa Família, ao atenderem às condicionalidades do programa, estão ampliando a escolarização que lhes permite melhor acesso ao mercado de

trabalho e ao aumento da ocupação e dos rendimentos. De fato, há mais ocupados com carteira de trabalho assinada, e os que continuam em condição de pobreza e extrema pobreza são os mais distantes da linha, o que exige novas estratégias, sendo destaque o Plano Brasil Sem Miséria, no âmbito da Estratégia de Busca Ativa (Gráfico 7).

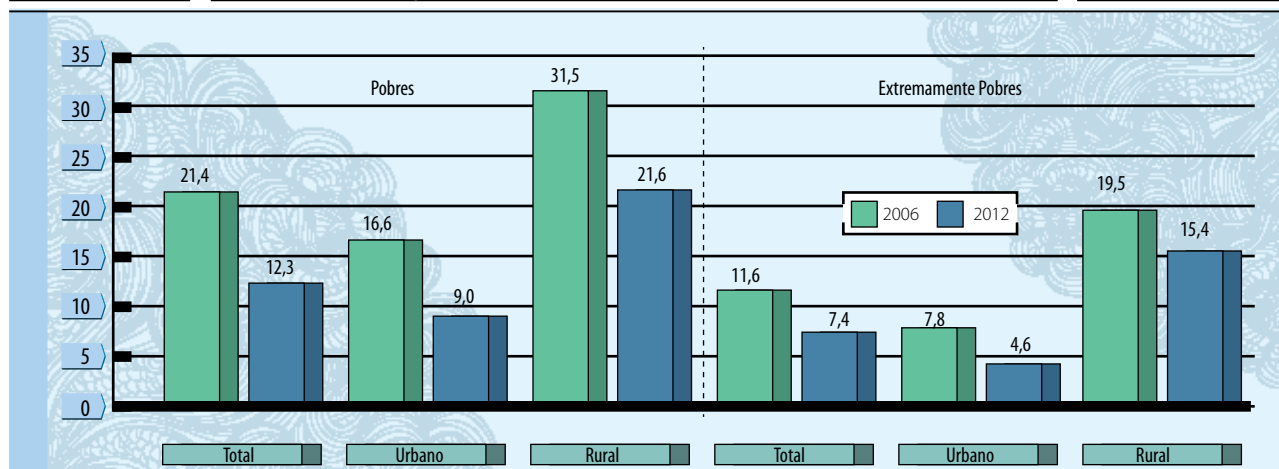
Comércio

O crescimento do emprego, o aumento da transferência de renda e a redução da margem de pobreza no estado favoreceram à ampliação do consumo das famílias. Tal fato pode ser observado no incremento do volume de vendas do comércio vare-

GRÁFICO 7

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POBRE¹ E EXTREMAMENTE POBRE²,
SEGUNDO SITUAÇÃO CENSITÁRIA

Bahia, 2006/2012



Fonte: Microdados da PNDA, 2006 e 2012. Elaboração da SEI

¹ Foram consideradas pobres as pessoas com rendimento domiciliar per capita maior que R\$ 70,00 e menor ou igual a R\$ 140,00 de 2010

² Foram consideradas extremamente pobres as pessoas com rendimento domiciliar per capita mensal maior ou igual a R\$ 0,00 e menor que R\$ 70,00 de 2010 e atendiam aos critérios estabelecidos pelo MDS para a extrema pobreza.

jista baiano, que cresceu 80,3% entre 2006-2012, acumulando seis anos de expansão consecutiva (Gráfico 8).

No período em análise, destacaram-se os segmentos móveis e eletrodomésticos (177,2%) e hipermercados e supermercados (55,3%), além de veículos, motos e peças (133,5%), beneficiados pelas políticas de incentivos tributários e ampliação do crédito (Gráfico 9).

As operações de crédito a pessoa física cresceram vigorosamente, atingindo o índice de 313,2% no período 2006-2012. Em 2013, entre janeiro e setembro, essa modalidade acumulou taxa de 21,1%. Os segmentos mais sensíveis ao crédito, como móveis e eletrodomésticos e veículos, justificaram o crescimento robusto (Gráfico 10). No total, as operações de crédito cresceram 317,7% entre 2006

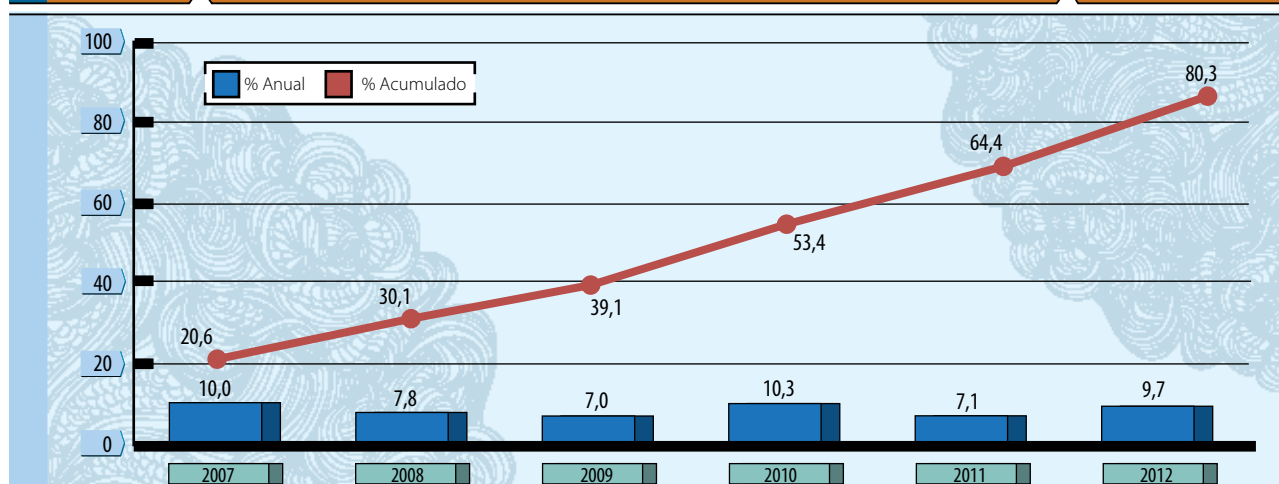
e 2012, avançando 16,0% em 2013. A expansão do crédito é sustentada, em grande parte, pelo dinamismo do mercado de trabalho.

Não obstante as condições favoráveis ao consumo – como a disponibilidade de crédito, aumento dos rendimentos reais dos salários e ampliação do Programa Bolsa Família – o Comércio varejista apresentou crescimento

GRÁFICO 8

VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA

Bahia, 2007 – 2012



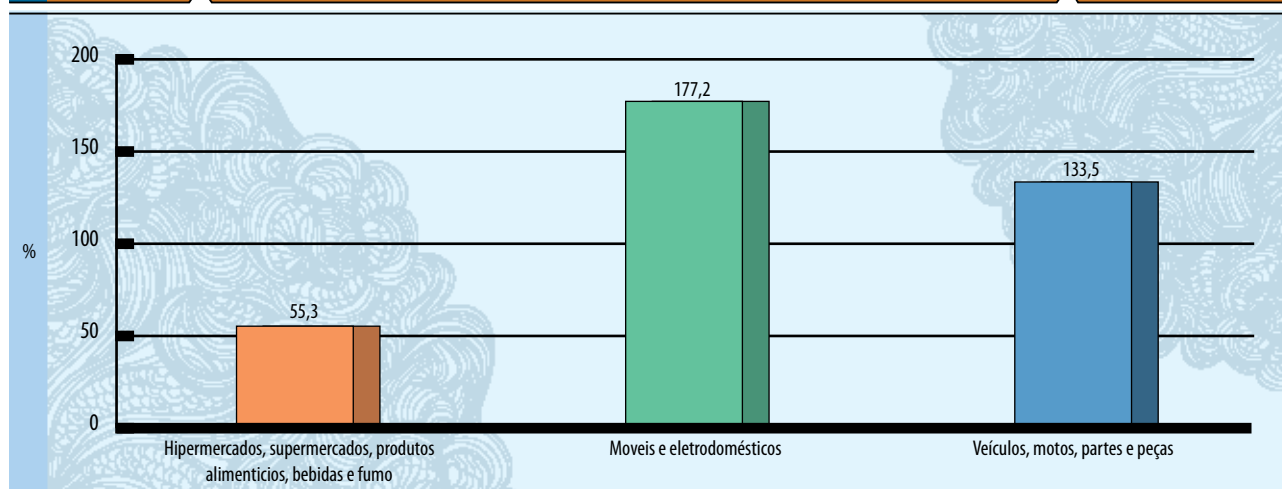
Fonte: IBGE

Elaboração: SEI

Nota: Variação anual e acumulada no período 2006-2012

GRÁFICO 9 PRINCIPAIS SEGMENTOS DO COMÉRCIO VAREJISTA

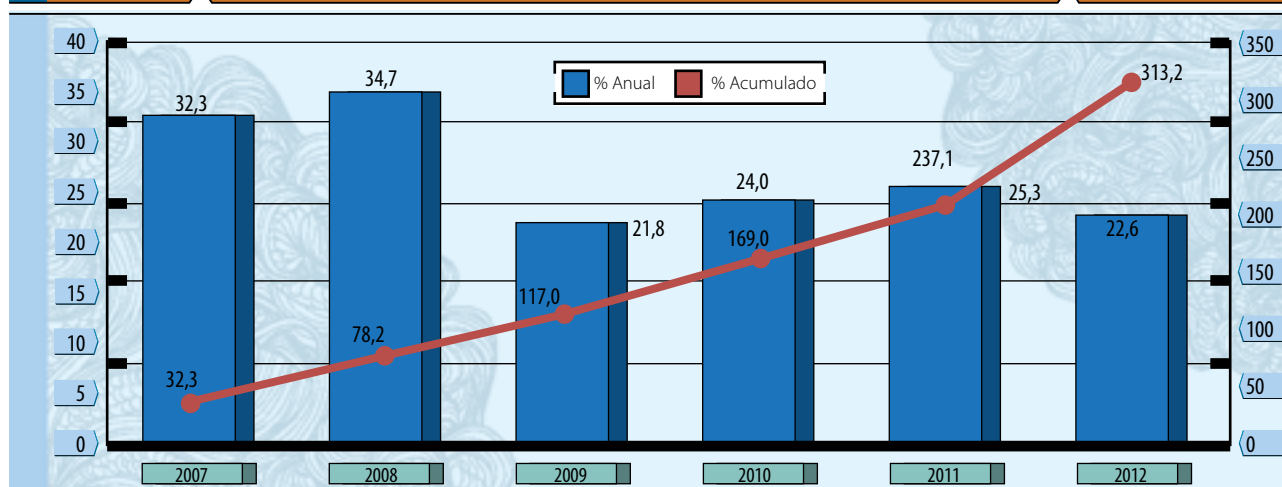
Bahia, 2013



Fonte: IBGE
 Elaboração: SEI
 *Taxa acumulada no período (2006-2012)

GRÁFICO 10 OPERAÇÕES DE CRÉDITO – PESSOA FÍSICA

Bahia, 2007 – 2012



Fonte: Banco Central
 Elaboração: SEI
 Nota: Variação Anual e Acumulada no período 2007-2012

modesto em 2013, com taxa de 1,6% no acumulado de janeiro a setembro. Positivamente, destacaram-se os segmentos de outros artigos de uso pessoal e doméstico (22,9%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (14,9%), e móveis e eletrodomésticos (8,8%), beneficiados pela redução do IPI e por programas de ampliação do crédito. Por outro lado, o baixo crescimento é atribuído à saturação do consumo

doméstico e ao recuo das vendas, em especial dos segmentos de combustíveis e lubrificantes (-13,3%) e equipamentos e material de escritório, informática e comunicação (-10,1%), este último influenciado pela alta do dólar. O primeiro apresentou, desde outubro de 2012, variações mensais negativas na comparação interanual, decorrentes (i) da elevação dos preços dos produtos comercializados no ramo, (ii) por queda na receita de

algumas empresas do setor, proveniente do crescimento exacerbado dos postos de “bandeira branca” que, ao praticar guerras de preços, acabam prejudicando os postos autorizados, e (iii) do aumento da carga tributária praticada sobre o óleo diesel.

No varejo ampliado, a expansão foi de 1,3%, sendo destaque o segmento de material de construção (6,7%), uma vez que o segmento de veícu-

los, motos, partes e peças, integrante do segmento, recuou 0,6%.

Entre os fatores que comprometeram o ritmo de crescimento nas vendas do comércio, em 2013, figuram a crise de confiança no mercado interno por parte dos consumidores, em razão da instabilidade dos preços, em especial dos alimentos, a elevação dos juros e as incertezas quanto à condução da política econômica.

Comércio Exterior

A transformação da economia brasileira, com destaque para a ampliação dos investimentos produtivos e integração ao comércio mundial, teve desdobramentos positivos sobre a economia baiana no período 2006-2012, mesmo com as empresas convivendo, nos anos recentes, com a crise financeira internacional.

A corrente de comércio da Bahia teve crescimento de 68,5% no período de 2006 a 2012, passando

de US\$ 11,3 bilhões, em 2006, para US\$ 19,1 bilhões em 2012. As exportações expandiram-se em 66,4%, saindo do patamar de US\$ 6,8 bilhões, em 2006, para US\$ 11,3 bilhões em 2012. As importações também cresceram fortemente, atingindo 73,4% no período. No ano de 2006, a economia baiana importou US\$ 4,5 bilhões, montante que avançou para US\$ 7,8 bilhões em 2012 (Gráfico 11).

Refletindo a matriz industrial do estado, as exportações baianas estão agrupadas em grandes ramos industriais, a exemplo de refino de petróleo, petroquímica, automóveis, celulose e papel, alimentos e metalurgia básica, que concentram na Bahia 60,0% do valor exportado pela região Nordeste em 2012.

O município de Camaçari lidera o *ranking* dos maiores exportadores da Bahia, ao longo dos últimos anos. As vendas ao mercado externo por esse município totalizaram, em 2012, US\$ 2,48 bilhões, representando 22,63% do total das exportações baianas no período. A segunda posição é ocupa-

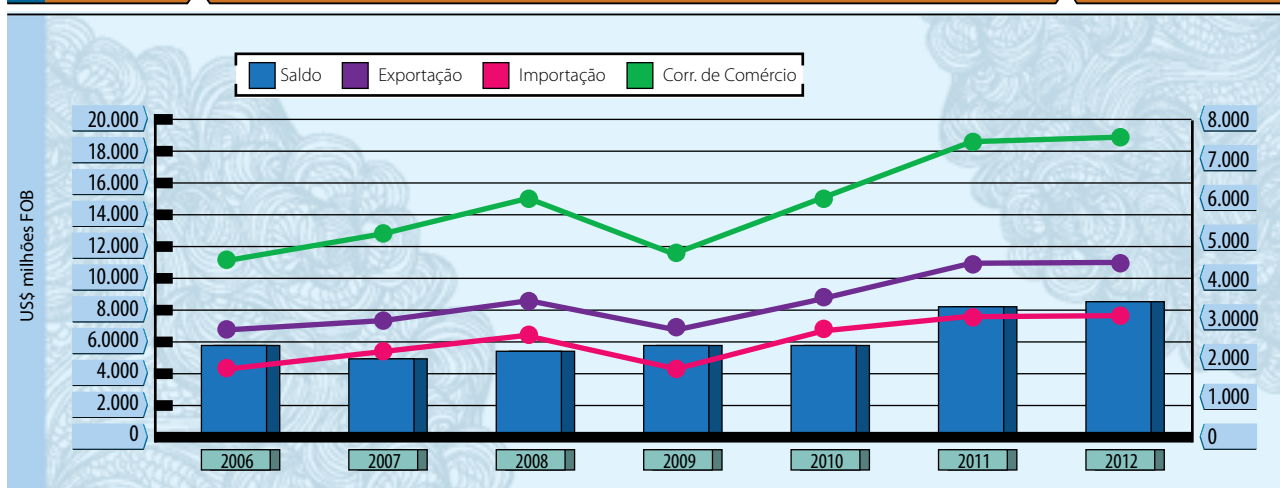
da pelo município de São Francisco do Conde, com taxa de participação de 19,64%, principalmente pelas vendas de combustíveis e lubrificantes.

O aumento da fronteira agrícola do estado e os preços favoráveis das *commodities* deram aos municípios da região Oeste (em especial Barreiras e Luís Eduardo Magalhães) os maiores índices de crescimento nas exportações em 2012, com índices de 43,25% e 33,80%, respectivamente. O crescimento das economias dos países emergentes, especialmente a China e outros países da Ásia, sustentou a demanda externa por produtos agrícolas baianos, com destaque para soja, algodão e milho (Tabela 5).

Em 2013, de janeiro a outubro, as exportações baianas tiveram redução de 9,8%, totalizando US\$ 8,53 bilhões. O desempenho negativo decorreu da redução dos embarques de derivados de petróleo, em 29,4%, e do menor volume de embarques de produtos agrícolas e agroindustriais – queda de 14,1% – em linha com a diminuição da demanda nos principais mercados.

GRÁFICO 11 EVOLUÇÃO DA BALANÇA COMERCIAL

Bahia, 2006 – 2012



Fonte: Banco Central

Elaboração: SEI

Nota: Variação Anual e Acumulada no período 2007-2012



TABELA 5 | EXPORTAÇÕES BAIANAS, PRINCIPAIS MUNICÍPIOS

Bahia, 2011/2012

(Valores em US\$ 1000 FOB)

Municípios	2011	2012	Var.%	Part. %
Camaçari	2.339.570	2.485.162	6,22	22,63
São Francisco do Conde	2.047.650	2.156.501	5,32	19,64
Luís Eduardo Magalhães	927.483	1.240.962	33,80	11,30
Mucuri	940.052	792.875	-15,66	7,22
Dias D'Ávila	874.968	545.143	-37,70	4,96
Eunápolis	491.527	516.913	5,16	4,71
Barreiras	285.383	408.811	43,25	3,72
Maragogipe	-	381.803	-	3,48
Ilhéus	255.965	222.133	-13,22	2,02
Jacobina	164.294	215.464	31,14	1,96
Correntina	269.452	207.530	-22,98	1,89
Feira de Santana	160.430	185.852	15,85	1,69
Salvador	200.680	170.990	-14,79	1,56
Candeias	199.706	152.041	-23,87	1,38
São Desidério	154.500	138.740	-10,20	1,26
Cachoeira	108.047	122.815	13,67	1,12
Itagibá	103.722	122.076	17,70	1,11
Simões Filho	116.688	116.489	-0,17	1,06
Barrocas	88.908	106.960	20,30	0,97
Pojuca	107.264	105.602	-1,55	0,96
Demais municípios	674.754	585.201	-13,27	5,33
Total	10.511.044	10.980.061	4,46	100,00

Fonte: MDIC/SECEX, dados coletados em 15/01/2013.

Em relação às compras externas do estado, até outubro de 2013 houve crescimento de 12,6%, alcançando US\$ 7,25 bilhões. Os maiores incrementos nas importações foram no setor de bens de capital, com 40,0%, o que se relaciona ao aumento dos investimentos e em bens intermediários (8,4%), em decorrência do crescimento da produção industrial do estado. O saldo da balança comercial atingiu o montante de US\$ 1,3 bilhão no período, abaixo do resultado observado em 2012, que alcançou US\$ 3,0 bilhões.

Indústria Geral

A produção industrial expandiu-se 9,5% no período 2006-2012, resultado que não se apresentou maior em função da forte retração (-4,8%) verificada no setor em 2009, sob os efeitos da crise financeira internacional (Gráfico 12).

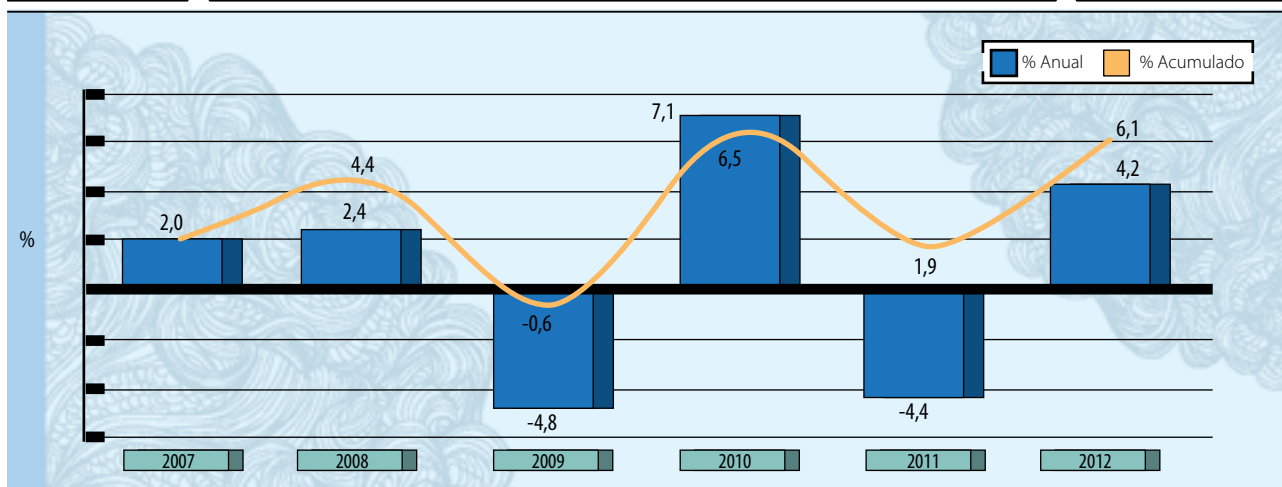
Entre os anos de 2006 e 2012, os segmentos ligados ao consumo obtiveram forte expansão, a exemplo de alimentos e bebidas, com 31,9%. Já os

produtos exportáveis tiveram forte recuo, sobretudo os produtos químicos (-3,6%) e veículos (-23,0%) (Gráfico 13).

Em 2013, no acumulado do período de janeiro a setembro, a taxa da produção industrial baiana expandiu-se em 5,8%, posicionando o estado como o que mais cresceu nesse ano, no cenário nacional. Setorialmente, houve incremento de 6,1% na transformação industrial e variação nula na indústria extrativa mineral. O bom desempenho na transformação industrial decorreu, principalmente, dos segmentos refi-

GRÁFICO 12 CRESCIMENTO ANUAL E ACUMULADO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL

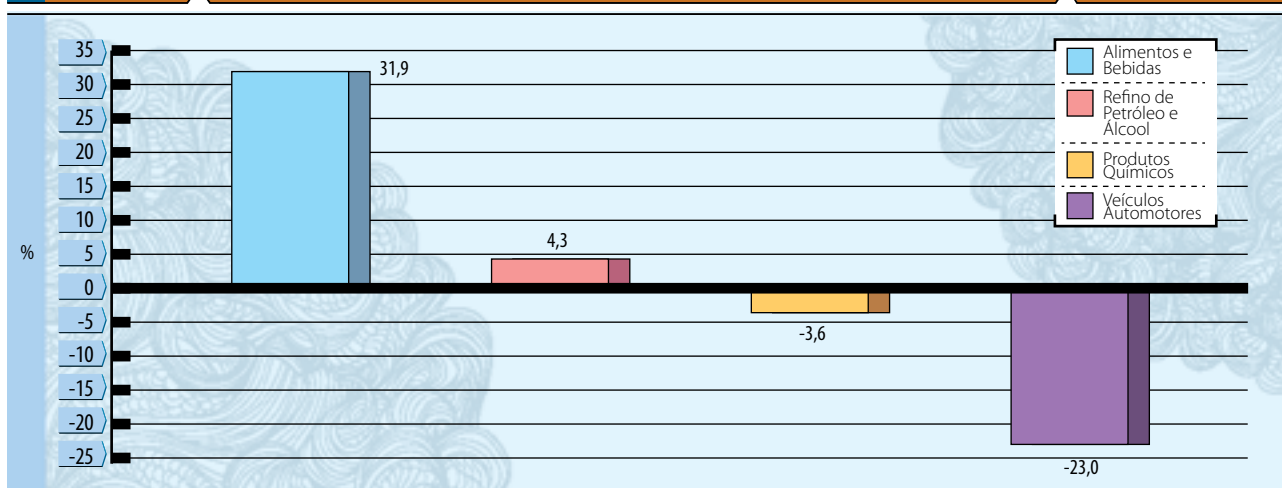
Bahia, 2007–2012



Fonte: IBGE
Elaboração: SEI
Nota: Variação Anual e Acumulada no período 2007-2012

GRÁFICO 13 CRESCIMENTO ACUMULADO DOS PRINCIPAIS SEGMENTOS DA INDÚSTRIA

Bahia, 2006 – 2012



Fonte: IBGE
Elaboração: SEI
*Taxa acumulada no período (2006-2012)

no de petróleo e produção de álcool (15,5%), metalurgia básica (30,2%) e veículos (31,9%), refletindo o aumento do consumo interno, principalmente por derivados de petróleo (nafta, óleo combustível e similares), o melhoramento tecnológico da metalurgia do cobre e o incremento na demanda externa por veículos.

As taxas negativas dos segmentos alimentos e bebidas (-6,4%) e mineiras não metálicas (-0,7%) podem ser debitadas ao fraco desempenho da

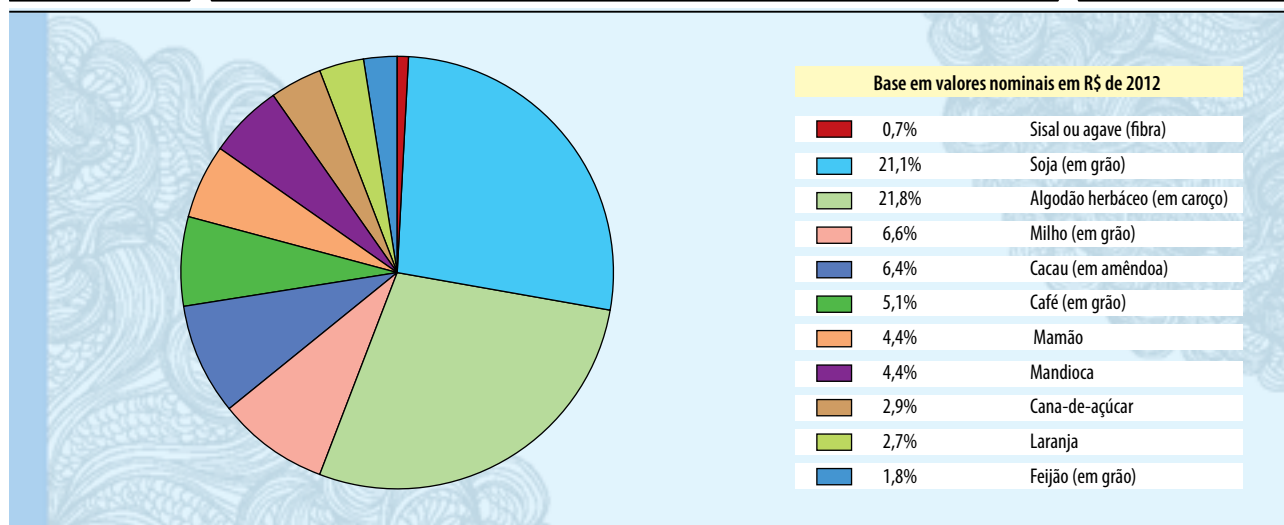
produção agrícola, ao aumento dos preços dos alimentos e ao recuo da construção civil (-3,1%).

Agricultura

O setor agrícola baiano cresceu expressivamente no período 2006-2012, ainda que acometido pelos efeitos deletérios da seca de 2011-2012. A expansão do setor alcançou 51,0% entre 2006 e 2012, representa-

dos por 6,4 milhões de toneladas de grãos. Em 2012 os destaques ficaram com as culturas de soja (61,0%), milho (67,0%) e algodão (55,0%). Considerando o valor da produção, os grãos (como soja, algodão e milho) foram também destaques em termos de valor agregado. (Gráfico 14).

No quesito geográfico, o destaque fica para os Territórios de Identidade Bacia do Rio Grande e Bacia do Rio Corrente, onde se concentram 97,1% da produção de grãos do estado.

GRÁFICO 14 VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PRINCIPAIS PRODUTOS (%)**Bahia, 2012**

Fonte: PAM, IBGE

A região está inserida na chamada nova fronteira agrícola, denominada "Mapitoba" (Gráfico 15).

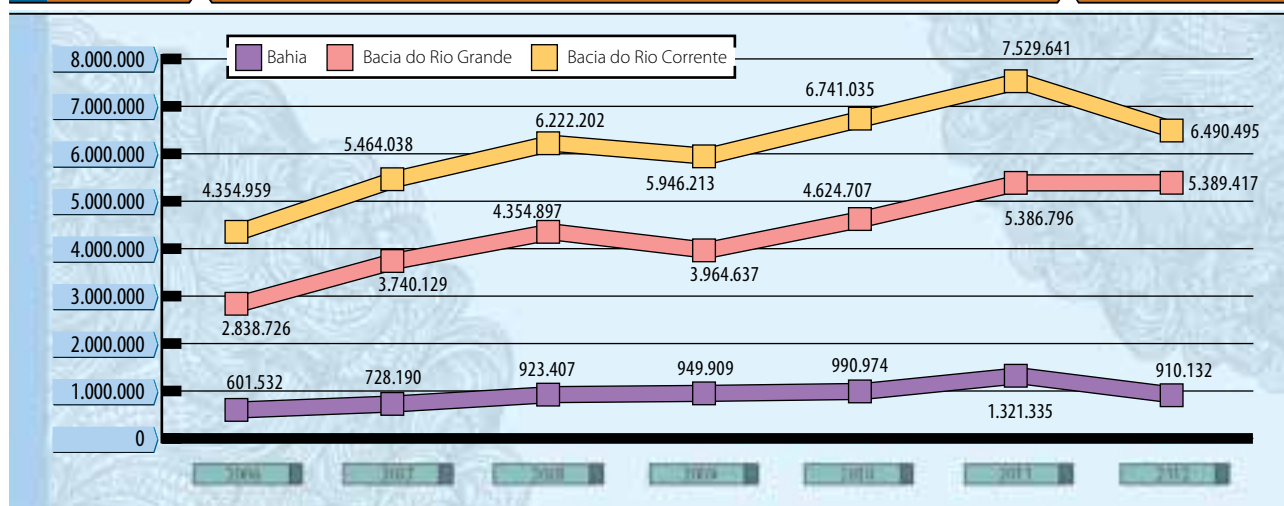
O plano Safra Bahia 2013/2014, ferramenta de baixo custo para investimento na produção agrícola, aumentou seu volume de crédito em R\$ 1,0 bilhão, totalizando R\$ 5,5 bilhões. Destes, R\$ 1,2 bilhão foi destinado especifica-

mente à agricultura familiar, e traduz o esforço de crescimento do crédito produtivo no campo que o Governo do Estado vem adotando nos anos recentes (Gráfico 16).

Em razão da forte seca que aflige a Bahia desde 2012, constatou-se uma queda acentuada na produção agrícola, principalmente na região do semiárido. O Governo implantou pro-

gramas para minimizar as perdas da agricultura familiar, como o Programa Garantia Safra. Assim é que, na safra 2012/13, o estado apresentou recorde de adesão ao programa, alcançando 204,2 mil agricultores (Gráfico 17).

Já em 2013, a safra baiana de grãos indica queda na produção e produtividade da ordem de 4,8% e 20,0%, respectivamente, em relação à safra

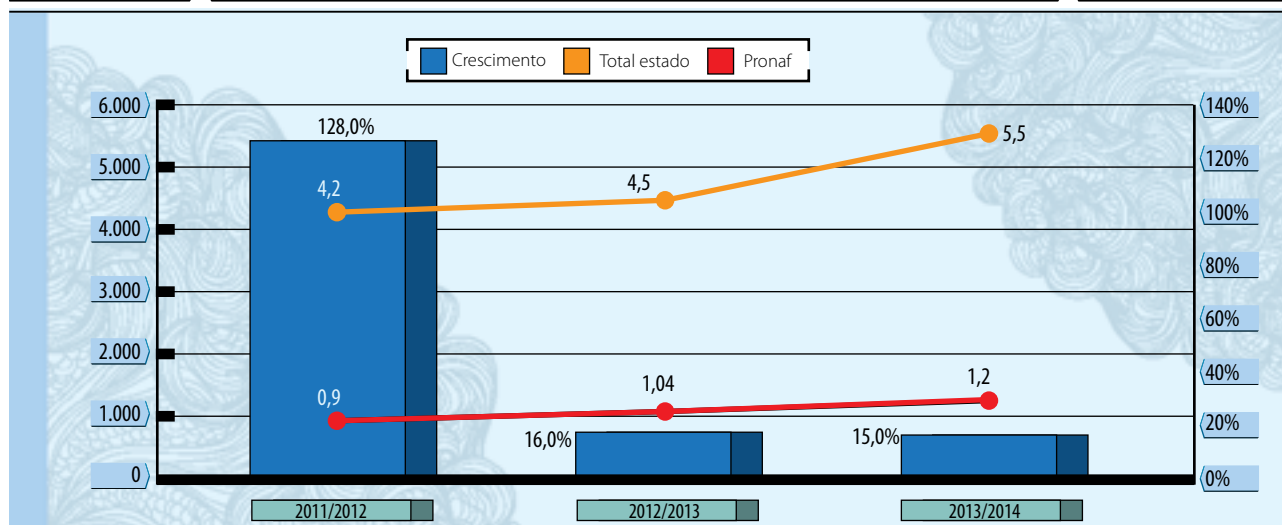
GRÁFICO 15 EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS X TERRITÓRIOS SELECIONADOS**Bahia, 2006 – 2012**

Fonte: PAM, IBGE

Nota: São considerados como grãos: Algodão, Feijão, Milho, Soja e Sorgo.

GRÁFICO 16 VALOR DO PLANO SAFRA (R\$ BILHÃO) E CRESCIMENTO (%)

Bahia, 2011–2014



Fonte: SEAGRI, 2013

anterior, totalizando seis milhões de toneladas (dados da 10ª estimativa do Levantamento Sistemático de Produção Agrícola do IBGE). O recuo foi provocado pela queda nas safras de soja (-13,5%) e algodão (-21,6%), além do recuo da produção de cacau (-1,0%) e de mandioca (-39,7%). Excetua-se o feijão (133,2%) e o milho (13,7%), que lograram aumento na produção.

INDICADORES SOCIAIS

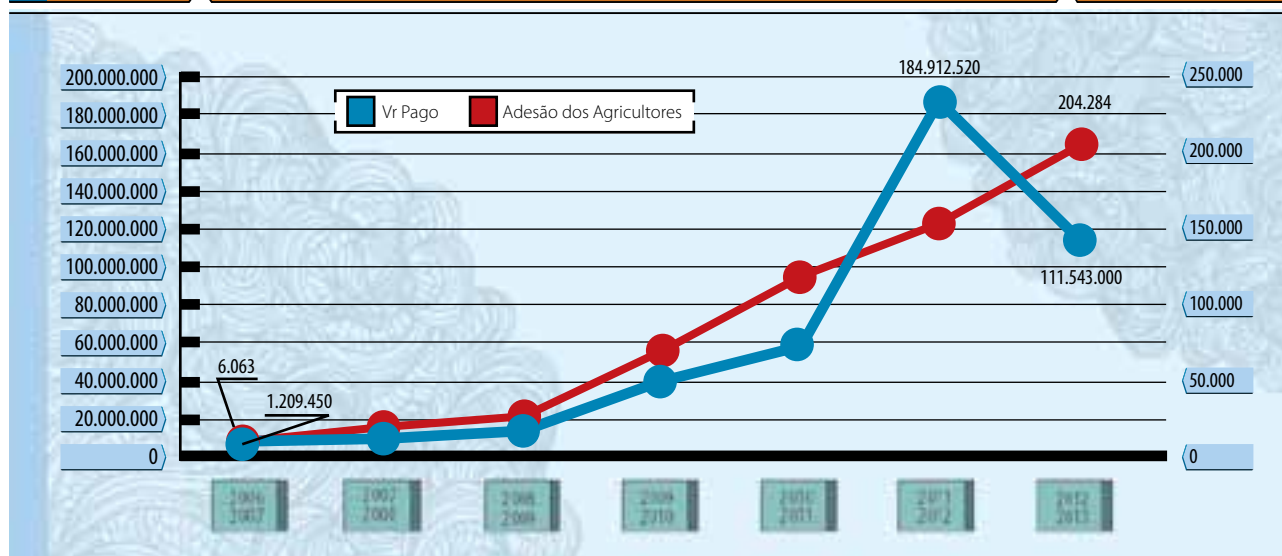
Diminuição do Analfabetismo

De acordo com dados da PNAD, a Bahia registrou redução na taxa de analfabetismo entre 2006 e 2012, período em que o índice de

analfabetos de 15 anos ou mais passou de 18,6% para 15,9%. Apesar desse avanço, evidencia-se que o estado — juntamente com a região Nordeste, que detém 17,4% de analfabetismo — tem muito que avançar em tão estratégica área. A taxa nacional passou de 10,5%, em 2006, para 8,7% em 2012 (Tabela 6).

GRÁFICO 17 VALOR PAGO E AGRICULTORES ADERIDOS – PROGRAMA GARANTIA SAFRA (R\$)

Bahia, 2006 – 2013



Fonte: SEAGRI, 2013

TABELA 6	TAXA DE ANALFABETISMO, SEGUNDO A SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO (%)	Bahia, 2002, 2006 e 2012		
		Anos		
Área Geográfica		2002	2006	2012
Nordeste		23,4	20,8	17,4
Urbana		17,3	15,4	13,2
Rural		39,1	35,3	29,8
Bahia		21,7	18,6	15,9
Urbana		15,2	12,5	11,4
Rural		35,7	32,1	29,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: 2006 e 2012.

Elaboração: SEI/DIPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA.

Notas: 1 Até a década de 2000, a RMS era constituída por oito municípios. Após a sanção das leis complementares estaduais n° 30 e 32, que incluíram Mata de São João, São Sebastião do Passé e Pojuca, a RMS passou a ser composta por treze municípios.

Cobertura da Rede de Ensino

Na Bahia, segundo a PNAD, entre 2006 e 2012 houve um avanço na presença de jovens na escola, tanto para as crianças de 7 a 14 anos como para os jovens de 15 a 17. O destaque fica por conta da evolução da presença de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio que, na população total, saiu de 30,3% em 2006 para 44,4% em 2012. Lançando o olhar nos 20,0% mais pobres da

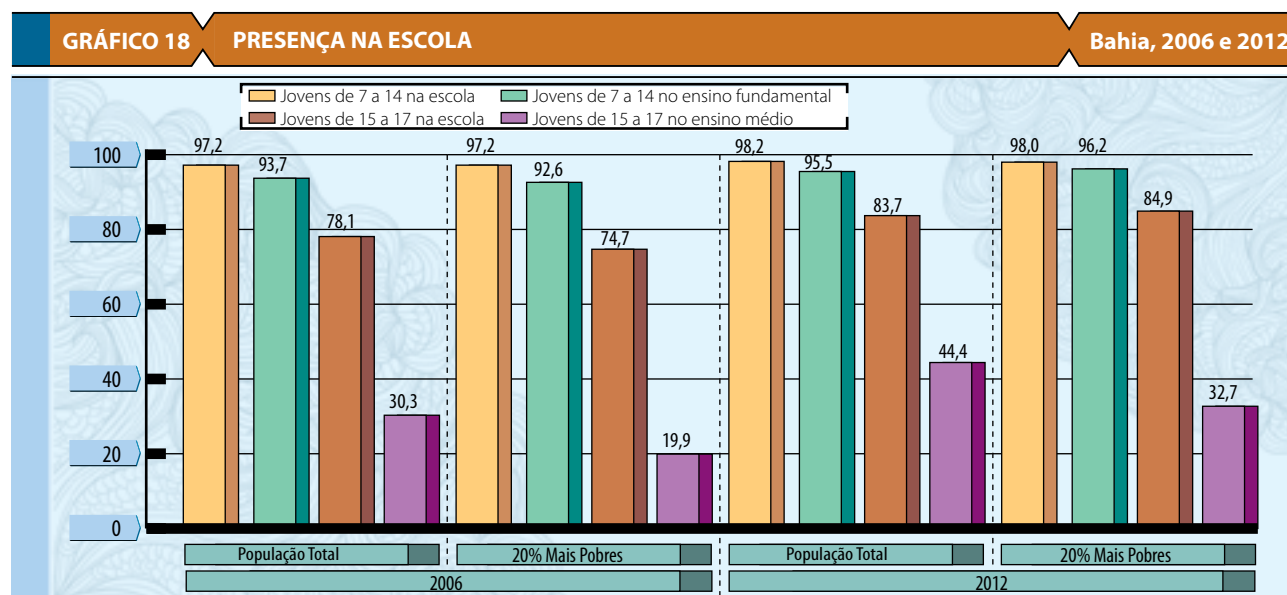
população, a presença no ensino médio avançou de 19,9% em 2006 para 32,7% em 2012 (Gráfico 18).

Mortalidade Infantil

De acordo com os dados do Data-sus, do Ministério da Saúde, a taxa de mortalidade infantil na Bahia diminuiu de 21,7 óbitos por mil nascidos vivos, em 2006, para 16,8 mortos por mil em 2011. Conquanto tenha ocorrido a redução de aproxi-

madamente cinco mil nascimentos no período, o número de óbitos foi reduzido de maneira mais intensa. O número de nascidos vivos se reduziu 2,3%, enquanto o de óbitos infantis caiu 24,5%.

A redução dos óbitos infantis e a consequente redução da mortalidade infantil resultam da ampliação da cobertura do Programa Saúde da Família e da ampliação da estrutura de oferta da atenção básica de saúde no meio rural do Brasil e da Bahia (Tabela 7).



Fonte: Microdados da PNAD, 2006 e 2012. Elaboração SEI

TABELA 7 TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL¹ POR MIL NASCIDOS VIVOS

Bahia, 2006 – 2011

Taxa de Mortalidade Infantil	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Taxa de mortalidade infantil ¹	21,7	19,8	18,4	18,6	18,0	16,8
Nascidos vivos	220.187	220.398	221.700	217.727	212.201	215.032
Óbitos infantis	4.784	4.353	4.086	4.057	3.814	3.612

Fonte: DATASUS. Consulta realizada em Outubro de 2013. Cálculos da SEI.

Notas: ¹ A taxa de mortalidade infantil foi calculada pelo método direto.

TABELA 8 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR TIPO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Bahia, 2006/2012

Tipo de esgotamento sanitário	2006			2012		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Rede coletora	40,5	57,4	2,0	49,9	64,9	3,9
Fossa séptica	11,5	14,3	5,2	12,8	11,7	16,2
Outro ³	34,9	25,2	57,1	31,7	21,9	61,6
Não Tinha	13,1	3,2	35,8	5,6	1,5	18,3

Fonte: DATASUS. Consulta realizada em Outubro de 2013. Cálculos da SEI.

Notas: ¹ A taxa de mortalidade infantil foi calculada pelo método direto.

TABELA 9 PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Bahia, 2006/2012

Tipo de abastecimento de água	2006			2012		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Com canalização Interna	77,2	92,9	41,5	89,8	97,7	65,8
Com rede geral	71,0	90,9	25,5	80,8	94,8	37,6
Sem rede geral	6,2	1,9	16,0	9,0	2,8	28,1
Sem canalização Interna	22,8	7,1	58,5	10,2	2,3	34,2
Com rede geral	5,9	4,5	9,0	2,0	0,8	5,8
Sem rede geral	16,9	2,6	49,5	8,2	1,5	28,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2006 e 2012

Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA, em 27/09/2013.

Esgotamento Sanitário

O percentual de domicílios com rede coletora de esgoto na Bahia saiu de 40,5%, em 2006, para 49,9%, em 2012 (dados da PNAD), um avanço de quase dez pontos percentuais em sete anos. No meio rural, o percentual de domicílios com acesso à rede coletora foi ampliado de 2,0% para 3,9%, no mesmo período. O percentual de domicílios que não

dispunham de esgotamento sanitário no meio rural diminuiu, saindo de 35,8% em 2006 para 18,3% em 2012. (Tabela 8).

Abastecimento de Água

O percentual de domicílios com canalização interna na Bahia aumentou de, aproximadamente, 77,0% para cerca de 90,0%, entre 2006 e 2012. Na zona

rural, esse percentual saltou de 41,5% para 65,8%, no período (Tabela 9).

Coleta de Lixo

O percentual de domicílios cujo lixo é coletado diretamente, na Bahia, foi ampliado entre 2006 e 2012, saindo de 55,6% para 65,3%. Na zona rural, esse percentual registrou aumento de 15,7% para 19,4%, no período (Tabela 10).



TABELA 10

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR COLETA DE LIXO

Bahia, 2006/2012

Tipo de coleta de lixo	2006			2012		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Coletado diretamente	55,6	73,1	15,7	65,3	80,2	19,4
Coletado indiretamente	16,8	23,0	2,7	13,5	17,1	2,5
Outro destino ³	27,6	3,9	81,6	21,2	2,7	78,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001 a 2009 e 2011-2012.
Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA, em 27/09/2013.

Acesso à Energia Elétrica

No meio rural baiano, em 2006, 77,7% dos domicílios tinham acesso à energia elétrica, enquanto em 2012 esse percentual foi ampliado para 94,9%. Esses números demonstram que os programas de eletrificação rural avançam a passos largos na Bahia. Como um todo, o acesso à energia elétrica passou de 92,8% dos domicílios baianos, em 2006, para 98,5% em 2012 (Tabela 11).

Aquisição de bens duráveis

A posse de geladeira e aparelho de TV, no estado da Bahia, registrou um aumento percentual significativo, no período considerado: enquanto em 2006 aproximadamente 70,0% dos domicílios contavam com geladeira, em 2012 esse percentual subiu para 90,6%. A posse de TV passou de 84,5% para 94,4%. O meio rural registrou, também, um aumento intenso de domicílios que possuem esses eletrodomésticos. Enquanto o percentu-

al de domicílios com geladeira quase dobrou no meio rural no período, saltando de 42,3% em 2006 para 77,8% em 2012, o percentual de domicílios no meio rural baiano com TV saiu de 64,4% para 86,6%, entre 2006 e 2012 (Tabela 12).

Acesso a microcomputador, internet e telefonia celular

Na Bahia, o percentual de domicílios apenas com celular (sem telefone fixo)

TABELA 11

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS, POR EXISTÊNCIA DE ENERGIA ELÉTRICA, SEGUNDO SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO

Bahia, 2006/2012

Situação do domicílio	2006				2012			
	Tem		Não tem		Tem		Não tem	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Total	3.497.876	92,8	271.791	7,2	4.438.735	98,5	65.638	1,5
Urbana	2.604.823	99,4	15.622	0,6	3.386.363	99,7	8.864	0,3
Rural	893.053	77,7	256.169	22,3	1.052.372	94,9	56.774	5,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: 2001 a 2009 e 2011-2012.
Elaboração: SEI/ DIPEQ/ COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA, em 27/09/2013.

TABELA 12

PERCENTUAL DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE ALGUNS BENS DURÁVEIS

Bahia, 2006/2012

Bens Duráveis	2006			2012		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Fogão	95,0	97,2	89,9	97,9	98,7	95,4
Televisão	84,5	93,3	64,4	94,4	96,9	86,6
Geladeira	70,3	82,7	42,3	90,6	94,8	77,8
Máquina de lavar roupa	11,5	16,0	1,3	25,5	32,0	5,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: 2006 e 2012.
Elaboração: SEI/DIPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA, em 27/09/2013.

é maior que no Brasil e menor que no Nordeste. Em 2006, no estado, 21,6% dos domicílios possuíam apenas celulares, enquanto que em 2012 esse número ascendeu para 71,4%. Na Região

Nordeste, esse percentual em 2012 é de 77,1%, enquanto no Brasil é de 56,3%.

A Bahia quase quadruplicou, no período, o percentual de domicílios que pos-

suem microcomputador com acesso à internet. Em 2006, 7,5% dos microcomputadores possuíam acesso à internet, enquanto em 2012, esse percentual ascendeu para 27,7%. (Tabela 13).

TABELA 13

PROPORÇÃO DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES, POR EXISTÊNCIA DE MICROCOMPUTADOR E TELEFONE

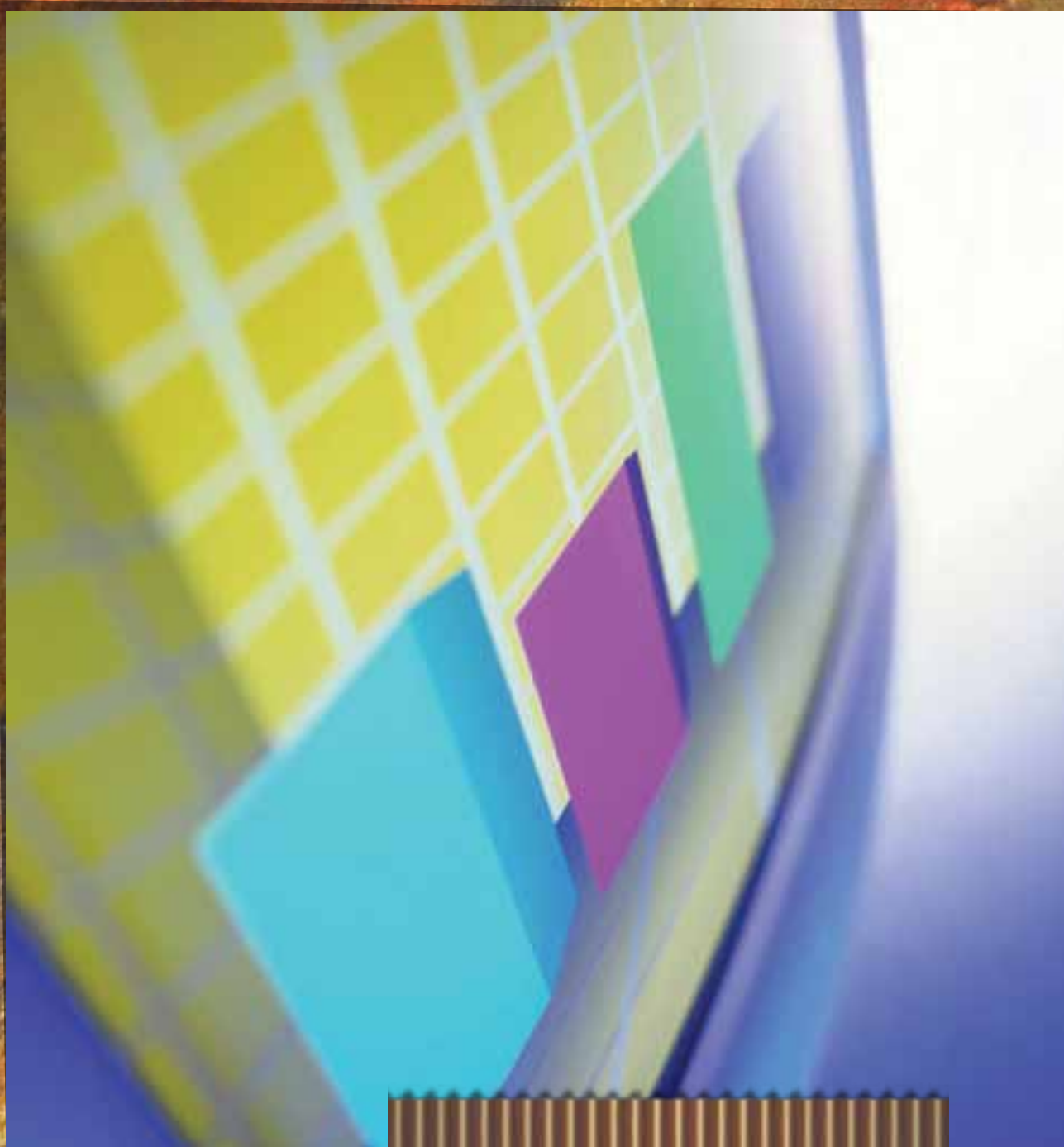
Bahia, 2006/2012

Área Geográfica / Microcomputador e telefone	Proporção de domicílios particulares permanentes ¹ , por existência de microcomputador e telefone.	
	2006	2012
Nordeste		
Tem Microcomputador	9,7	29,3
Microcomputador com acesso à Internet	6,9	25,3
Não tem Microcomputador	90,3	70,7
Telefone fixo	5,9	1,4
Telefone celular	29,1	77,1
Telefone fixo e celular	18,6	21,4
Bahia		
Tem Microcomputador	10,5	31,6
Microcomputador com acesso à Internet	7,5	27,7
Não tem Microcomputador	89,5	68,4
Telefone fixo	8,3	1,9
Telefone celular	21,6	71,4
Telefone fixo e celular	20,2	26,6

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios: 2006 e 2012.

Elaboração: SEI/DIPEQ/COPESP. Dados sistematizados a partir do SIDRA, em 27/09/2013.

Notas: ¹ Segundo o IBGE, são classificados como domicílios particulares permanentes quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas



GESTÃO FINANCEIRA

GESTÃO FINANCEIRA

Um dos objetivos globais da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia é equilibrar as contas públicas, gerando recursos para fazer face às despesas de custeio e aos investimentos, visando a melhoria na qualidade do gasto público do Estado e, dentro deste contexto, o resultado apresentado referente ao exercício de 2013, demonstra que o estado vem mantendo o equilíbrio fiscal, cumprindo os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF e atendendo às metas estabelecidas no Programa de Ajuste Fiscal.

O Portal Transparência Bahia é um instrumento de consulta e acompanhamento “on line” das ações governamentais e da aplicação dos recursos públicos. No portal, estão disponíveis informações da receita e da despesa, dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, incluindo os gastos com educação e saúde, e os pagamentos feitos aos fornecedores e prestadores de serviço. O cidadão pode acessá-lo através do portal www.sefaz.ba.gov.br e nos sites das

secretarias, demais órgãos e entidades da administração pública estadual.

Dentro do portal, é disponibilizado ainda o módulo “Convênios”, com a legislação pertinente e informações sobre a situação dos convênios / convenientes (adimplência ou inadimplência das Prefeituras e Organizações Não Governamentais - ONGs) e o Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF, que contempla metas, compromissos e ações relativos ao período de 2011 a 2013. Encontra-se também disponível no Portal o módulo “copa 2014” contendo todas as informações referentes aos projetos, programas e ações previstas.

Receitas Públicas

As receitas realizadas no exercício de 2013, nelas compreendidas as Receitas Correntes e de Capital, totalizaram R\$ 35,2 bilhões, alcançando 94,4% da previsão anual. Comparando os re-

sultados apurados com o exercício de 2012, observa-se um crescimento nominal na ordem de 10,1%, conforme observa-se na Tabela 14.

Receitas Correntes

Correspondem às receitas realizadas pelo Estado, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, através de impostos, taxas, transferências constitucionais, legais e outras. Em 2013, foram arrecadadas nesta categoria R\$ 31,9 bilhões, representando uma realização de 98,9% das receitas correntes previstas no ano e um crescimento nominal de 8,7% em relação ao exercício de 2012. O Gráfico 19 traz a composição das Receitas Correntes.

As Receitas Tributárias, principal item das Receitas Correntes, representam 58,0% destas e totalizaram R\$ 18,5 bilhões no ano de 2013, sendo que a arrecadação do Imposto sobre a Circula-



TABELA 14 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA

Bahia, 2010 /2013

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA 2013	2013	2012	2011	2010	REALIZAÇÃO % 2013	VARIAÇÃO % 2013 /2012
Receitas Correntes	32.228.830	31.869.180	29.320.658	26.161.887	23.533.327	98,88	8,69
Receita Tributária	17.752.858	18.476.906	15.864.324	14.183.219	12.876.989	104,08	16,47
ICMS	15.114.480	15.682.058	13.495.293	12.161.097	11.153.957	103,76	16,20
Outras Tributárias	2.638.379	2.794.848	2.369.030	2.022.121	1.723.032	105,93	17,97
Receita de Contribuições	2.083.531	2.107.309	1.809.252	1.599.077	1.384.474	101,14	16,47
Receita Patrimonial	465.225	447.586	909.101	416.364	476.768	96,21	-50,77
Receita Agropecuária	865	569	221	286	203	65,79	156,95
Receita Industrial	105	9	91	71	29	8,40	-90,32
Receita de Serviços	155.893	172.097	114.856	87.100	95.317	110,39	49,84
Transferências Correntes	11.829.441	11.251.057	11.028.726	10.139.369	8.818.200	95,11	2,02
FPE	6.505.437	6.260.708	5.821.473	5.645.964	4.583.478	96,24	7,55
Outras Transferências	5.324.004	4.990.349	5.207.253	4.493.404	4.234.723	93,73	-4,17
Outras Receitas Correntes	1.081.447	941.491	830.701	1.014.923	1.000.025	87,06	13,34
Conta Retificadora	(3.595.144)	(3.765.068)	(3.277.814)	(3.054.185)	(2.673.558)	104,73	14,87
Receitas Intra-Orçamentárias Correntes	2.454.609	2.237.225	2.041.201	1.775.662	1.554.881	91,14	9,60
Receitas de Capital	5.090.513	3.354.797	2.665.514	912.649	1.325.860	65,90	25,86
Operações de Crédito	3.814.756	2.657.101	1.854.664	448.565	652.242	69,65	43,27
Operações de Crédito Internas	2.467.035	1.341.035	245.613	376.101	472.332	54,36	445,99
Operações de Crédito Externas	1.347.721	1.316.066	1.609.050	72.464	179.910	97,65	-18,21
Alienação de Bens	9.993	20.176	14.435	8.339	12.663	201,91	39,77
Amortização de Empréstimos	120.633	170.999	99.205	93.369	75.726	141,75	72,37
Transferências de Capital	1.145.132	506.521	696.848	362.375	585.211	44,23	-27,31
Outras Receitas de Capital	-	-	363	-	18	0,00	0,00
TOTAL	37.319.343	35.223.977	31.986.173	27.074.535	24.859.188	94,39	10,12

Fonte: SICOF / FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

ção de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Comunicação de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS representou 49,2% do total das receitas correntes (Gráfico 19).

Arrecadação do ICMS

As receitas provenientes do ICMS, que equivalem a 84,9% da receita tributária, apresentaram arrecadação de R\$ 15,7 bilhões em 2013, conforme demonstrado no Gráfico 20. Este montante representa um crescimento nominal de 16,2% em comparação com o exercício anterior (Gráfico 20).

O ICMS incide sobre operações realizadas por empresas que atuam em

diversos segmentos de mercado. O Gráfico 21 demonstra a participação percentual dos três grandes setores econômicos na arrecadação total desse imposto.

No exercício 2013, ocorreu um crescimento no setor de indústria (+40,8%), comércio (+40,0%) os quais contribuíram para um melhor desempenho da arrecadação do ICMS, quando comparado com 2012. No setor de indústria, o segmento Petróleo, apresentou uma variação nominal positiva de (31,6%), no setor de comércio, tanto o segmento atacadista, como o segmento varejista, obtiveram variações nominais positivas de (19,7%) e (11,7%), respectivamente, comparado ao ano anterior.

Arrecadação do IPVA

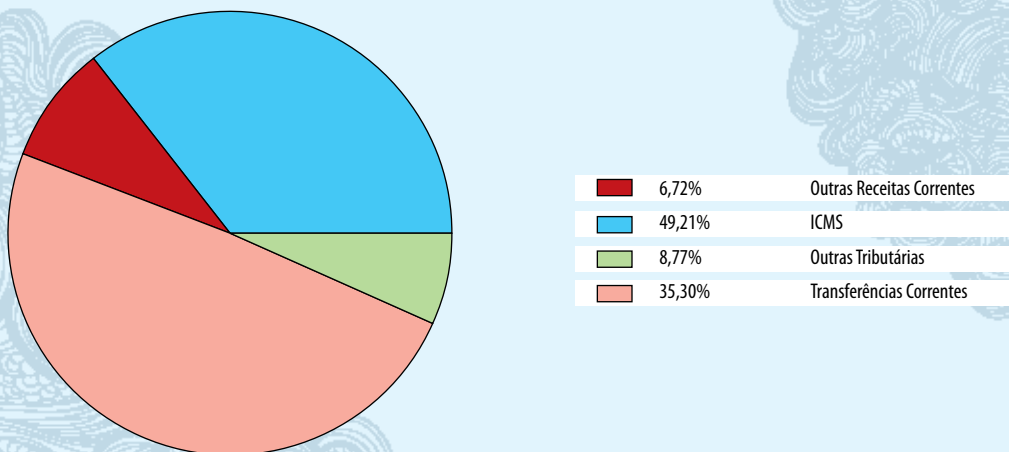
O IPVA apresentou, no ano de 2013, uma variação nominal positiva de 16,1% quando comparado com o realizado em 2012, sendo arrecadados R\$ 834,8 milhões, apresentando os reflexos das medidas anticrise adotadas pelo Governo e também pelo esforço empreendido na ação fiscalizadora.

Receitas do Fundo de Participação dos Estados - FPE

As Transferências Correntes representam 35,3% das Receitas Correntes realizadas e são compostas pelas transferências constitucionais e legais

GRÁFICO 19 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS CORRENTES

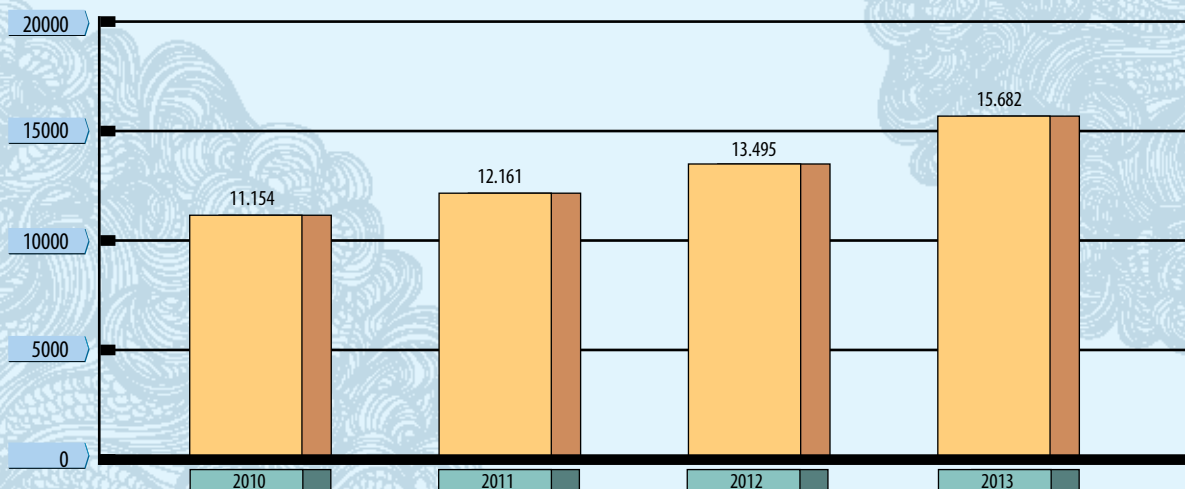
Bahia, 2013



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

GRÁFICO 20 EVOLUÇÃO DO ICMS – VALORES NOMINAIS (R\$ milhão)

Bahia, 2010/2013



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

da União, destacando-se o FPE que participa com 55,7% do total realizado e apresentou em 2013, uma variação nominal positiva de 7,6% em relação a 2012, atingindo o montante de R\$ 6,3 bilhões. O Gráfico 22 apresenta a evolução do FPE nos últimos quatro anos.

Receitas de Capital

As Receitas de Capital totalizaram, no exercício de 2013,

R\$ 3,4 bilhões e referem-se aos ingressos de Operações de Crédito para aplicação nos programas de investimentos governamentais (R\$ 2,7 bilhões), de Alienações de Bens (R\$ 20,2 milhões), as Amortizações de Empréstimos (R\$ 171 milhões) e Transferências de Capital (R\$ 506,5 milhões). Foi realizada nessa rubrica 65,9% da previsão anual. A composição das Receitas de Capital estão apresentadas no Gráfico 23.

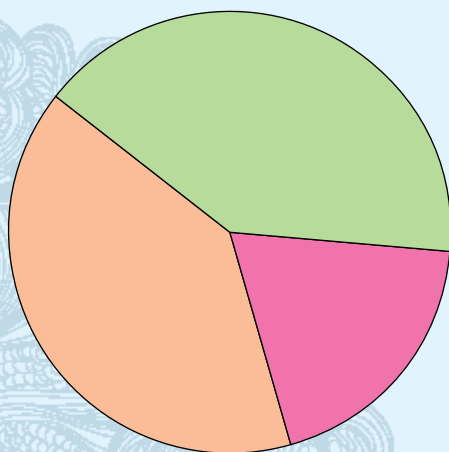
Receita Corrente Líquida – RCL

A Receita Corrente Líquida – RCL é um parâmetro previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, e é sobre esse parâmetro que se calculam os limites das despesas com pessoal e dívida pública. No exercício de 2013, conforme Gráfico 24, essa receita apresentou um crescimento da ordem de 6,7% em relação a



GRÁFICO 21 ARRECADAÇÃO DO ICMS POR SETOR ECONÔMICO

Bahia, 2013

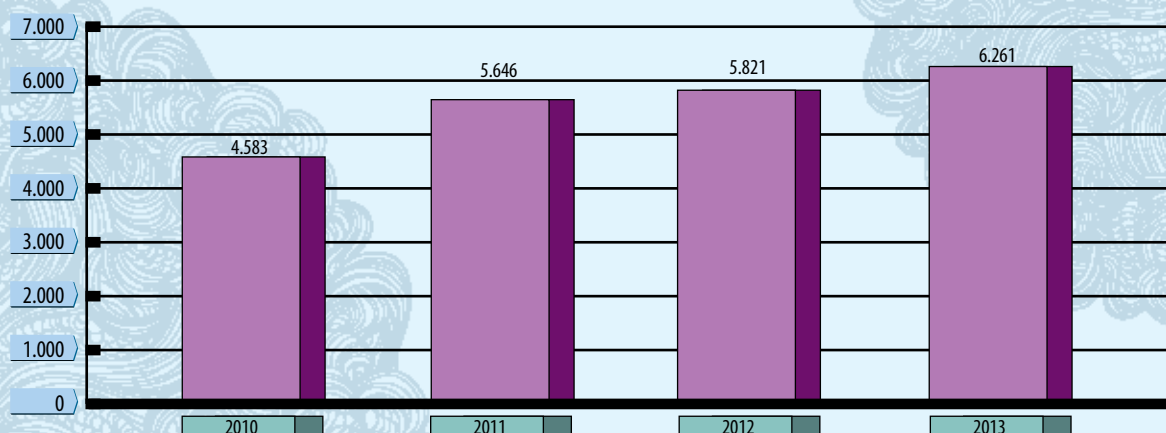


40,84%	Setor Indústria
19,28%	Setor Serviços
39,88%	Setor Comércio

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

GRÁFICO 22 EVOLUÇÃO DO FPE – VALORES NOMINAIS (R\$ milhão)

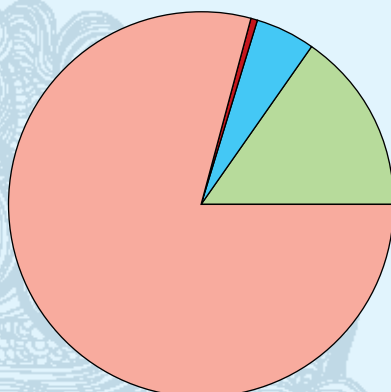
Bahia, 2010/2013



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

GRÁFICO 23 COMPOSIÇÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

Bahia, 2013

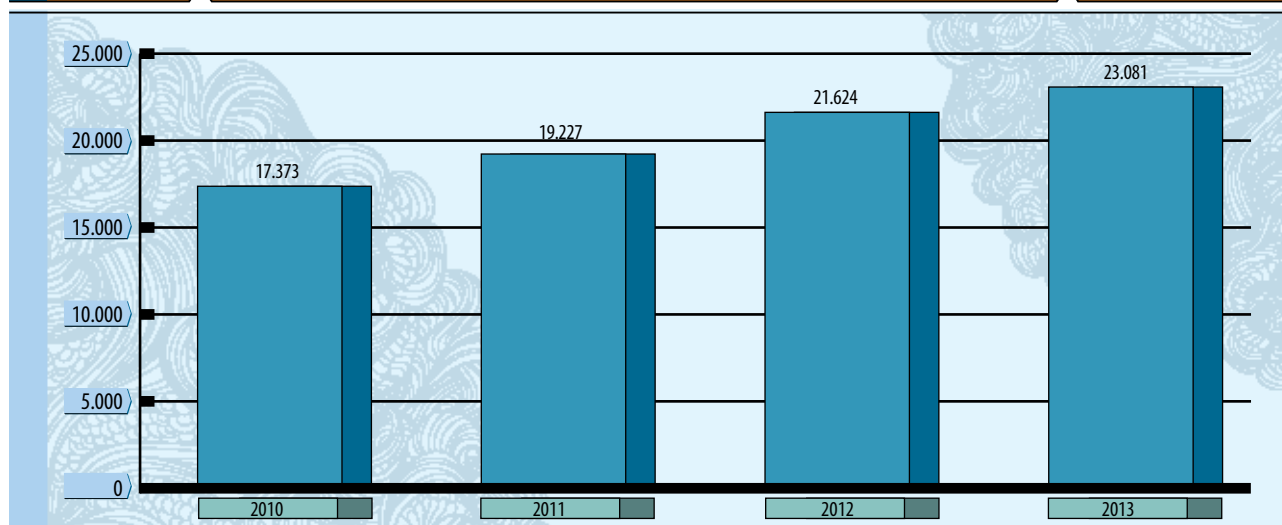


79,20%	Operações de Crédito
0,60%	Alienação de Bens
5,10%	Amortização de Empréstimos
15,10%	Transferências de Capital

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

GRÁFICO 24 EVOLUÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ milhão)

Bahia, 2010/2013



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

2012, representando um montante de R\$ 23,1 bilhões.

Comportamento das Despesas Públicas

A Despesa Total do Estado da Bahia prevista para o exercício de 2013 foi de R\$ 41,1 bilhões, apresentando um valor realizado de R\$ 34,2 bilhões, o que representa uma rea-

lização de 83,3% e um crescimento de 12,7% quando comparado ao ano anterior.

Para o Poder Executivo, a despesa total prevista em 2013 foi de R\$ 37,9 bilhões, tendo apresentado um valor realizado de R\$ 31,1 bilhões, o que representa uma realização de 82,1%. Desse total, as despesas Correntes totalizaram R\$ 26,8 bilhões e as Despesas de Capital R\$ 4,3 bilhões.

As Despesas Correntes são compostas pelos gastos de caráter permanente e continuados da atividade governamental. A Tabela 15 demonstra que no exercício de 2013, as despesas correntes atingiram o montante de R\$ 29,9 bilhões, representando 87,2% do total gasto pelo Estado, com realização de 93,3% do valor orçado anual.

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais somaram R\$ 16,0 bilhões, os Juros e Encargos da Dívida totali-

TABELA 15 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA

Bahia, 2010/2013

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA 2013	REALIZADO (EM MIL REAIS)				REALIZAÇÃO % 2013	VARIAÇÃO % 2013/2012
		2013	2012	2011	2010		
Despesas Correntes	32.002.024	29.869.150	27.075.281	24.070.824	21.502.299	93,34	10,32
Pessoal e Encargos Sociais	16.431.269	16.027.930	14.481.698	12.828.657	11.470.360	97,55	10,68
Juros e Encargos da Dívida	541.818	497.804	515.961	503.486	510.138	91,88	(3,52)
Outras Despesas Correntes	15.028.937	13.343.416	12.077.621	10.738.681	9.521.801	88,78	10,48
Transf. Const. aos Municípios	4.608.668	4.453.587	3.850.325	3.567.638	3.225.227	96,64	15,67
Demais Despesas Correntes	10.420.269	8.889.829	8.227.296	7.171.043	6.296.574	85,31	8,05
Despesas de Capital	9.079.929	4.368.658	3.304.896	3.068.706	3.165.694	48,11	32,19
Investimentos	6.141.663	2.037.263	1.836.280	1.752.502	2.046.146	33,17	10,95
Inversões Financeiras	857.426	649.861	436.521	404.295	247.641	75,79	48,87
Amortização da Dívida	2.080.841	1.681.534	1.032.095	911.908	871.906	80,81	62,92
Reservas de Contingência	-	-	-	-	-	-	-
Total das Despesas	41.081.953	34.237.808	30.380.177	27.139.530	24.667.993	83,34	12,70

Fonte: SICOF / FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

zaram R\$ 497,8 milhões e as Outras Despesas Correntes com um total realizado de R\$ 13,3 bilhões.

As Despesas de Capital totalizaram R\$ 4,4 bilhões com uma realização de 48,1% do valor orçado no ano. Essa categoria é representada pelos Investimentos com valor de R\$ 2,0 bilhões, seguida da Amortização da Dívida e Inversões Financeiras com R\$1,7 bilhão e R\$ 649,9 milhões, respectivamente.

O Gráfico 25 demonstra a composição das despesas no exercício 2013.

Pessoal e Encargos

As despesas com Pessoal e Encargos Sociais representam as mais significativas no conjunto das despesas, e se mantiveram em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses, abaixo

do limite prudencial permitido pela LRF, conforme evidencia a Tabela 16.

Aplicações de Recursos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino,

TABELA 16 DESPESAS DE PESSOAL X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

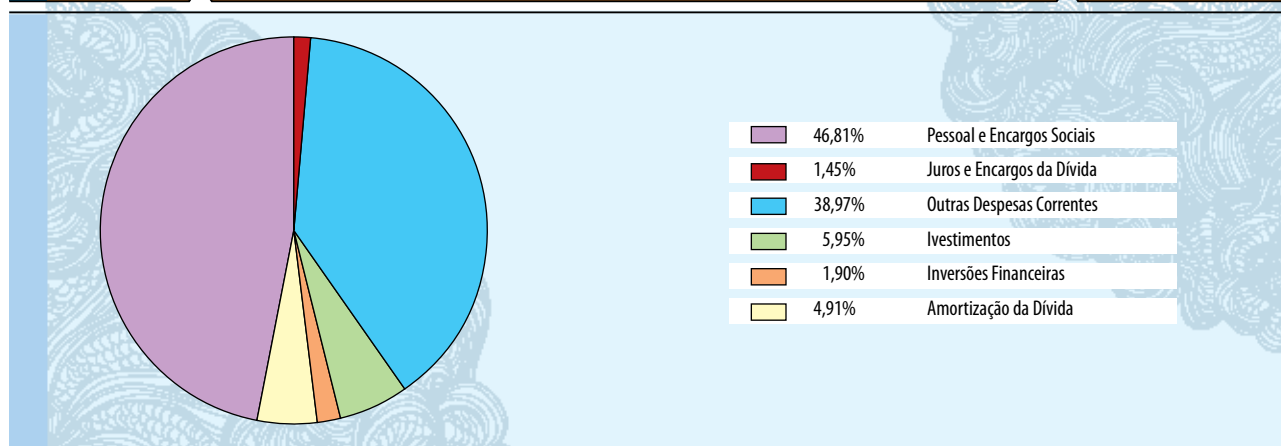
Bahia, 2010/2013

PODER	% LIMITE PRUDENCIAL	% LIMITE MÁXIMO	% DESPESA DE PESSOAL REALIZADA / RCL			
			2013	2012	2011	2010
Executivo e Defensoria	46,17	48,60	45,34	44,58	44,41	43,18
Legislativo	3,23	3,40	2,57	2,58	2,54	2,55
Judiciário	5,70	6,00	5,63	5,41	5,42	5,30
Ministério Público	1,90	2,00	1,45	1,49	1,51	1,52
TOTAL	57,00	60,00	54,99	54,06	53,88	52,55

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF
RCL 2013 = R\$ 23.080.634 mil

GRÁFICO 25 COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS

Bahia, 2013



Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 17 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Bahia, 2010/2013

DESCRIÇÃO	REALIZADO (EM MIL REAIS)				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2013	2012	2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	19.774.146	17.592.511	16.026.202	14.024.226	
Total da Despesa Aplicada para fins de Limite Constitucional	5.555.184	4.488.166	4.148.980	3.709.187	
% Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	28,09%	25,51%	25,89%	26,45%	25,0%

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

aquelas relativas à remuneração do magistério, a manutenção e desenvolvimento do ensino de educação básica, profissional e superior, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

A Tabela 17 demonstra que do total da Receita Líquida sobre Impostos e Transferências Constitucionais, o Governo do Estado aplicou em 2013 um total de R\$ 5,6 bilhões nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondendo a 28,1% destas receitas, superando dessa forma, o limite legal de 25%.

Aplicações de Recursos em Ações e Serviços de Saúde

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, custeio ou investimentos, financiadas pelo Governo do Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que atendam a critérios específicos e que estejam alocadas em Fundo de Saúde.

Os gastos com saúde totalizaram, em 2013, R\$ 2,4 bilhões, corresponden-

do a 12,3% da Receita Líquida de Impostos e Transferências, superando o limite de 12,0% estabelecido pela Lei Complementar 141/2012. A Tabela 18 apresenta a aplicação de recursos em ações e serviços de saúde nos últimos quatro anos.

Dívida Pública

Com o objetivo de manter o equilíbrio das contas públicas, o Governo da Bahia vem conservando o nível de endividamento estadual dentro dos

TABELA 18 APLICAÇÃO DE RECURSOS EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE					Bahia, 2010/2013
DESCRIÇÃO	REALIZADO (EM MIL REAIS)				LIMITE CONSTITUCIONAL
	2013	2012	2011	2010	
Receita Líquida de Impostos	19.774.146	17.592.510	16.026.201	14.024.226	
Total das Despesas Próprias com Saúde	2.429.191	2.216.047	2.154.555	1.931.511	
% Aplicado nas Despesas Próprias com Saúde	12,28%	12,60%	13,44%	13,77%	12,0%

Fonte: SICOF/FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 19 RELAÇÃO DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA / RCL		Bahia, 2010/2013
ANO	DÍVIDA / RCL	
2010	0,50	
2011	0,46	
2012	0,49	
2013	0,47	

Fonte: SEFAZ/SAF/COPAF

TABELA 20 EVOLUÇÃO ANUAL DE PRAZOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS							Bahia, 2007/2013
DESCRIÇÃO	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
DÍVIDA EXTERNA							
Prazo Médio	10,45	9,85	12,85	12,62	12,18	17,18	18,86
Juros Médios (%)	4,51	4,06	2,68	2,32	2,26	1,60	1,40
DÍVIDA INTERNA							
Prazo Médio	14,04	13,41	12,77	12,43	12,30	12,16	12,85
Juros Médios (%)	6,02	5,82	5,66	5,81	5,81	5,85	5,91
DÍVIDA TOTAL							
Prazo Médio	13,53	12,77	12,79	12,44	12,27	13,80	15,44
Juros Médios (%)	5,81	5,51	5,03	5,11	5,06	4,46	3,97

Fonte: SEFAZ/SAF/DEPAT

OBS:

(1) Critérios adotados através das médias ponderadas de saldos devedores.

(2) Prazo emanos e taxa de juros anual.



limites estabelecidos pelo Senado Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

Conforme Tabela 19, a relação entre a Dívida Consolidada Líquida – DCL, e a Receita Corrente Líquida – RCL correspondeu a 0,50 em 2013, bem inferior ao limite fixado pelo Senado Federal de 2 vezes a RCL.

Conforme observado na Tabela 20, a evolução anual do prazo e juros médios da dívida pública do estado da

Bahia apresenta redução de seus valores, em sua linha de tendências, no período de análise. Em 2013, registra-se o menor valor de juros médios da série histórica descrita.

Verifica-se, em 2013, maior valor de prazo médio (15,4 anos) desde 2007. Esse incremento do prazo é reflexo de operações de crédito contratadas em 2012, que apresentam prazos superiores ao prazo médio da carteira da dívida e encontram-se em fase de desembolso.

Resultado Primário

O Resultado Primário demonstra a capacidade do Estado em honrar o pagamento do serviço da sua dívida. A Tabela 21 demonstra que, em 2013, a Bahia obteve o resultado primário de R\$ 300,9 milhões, superior à meta estabelecida na LOA no valor de R\$ 1,7 bilhão negativo.

TABELA 21	RESULTADO PRIMÁRIO			Bahia, 2010 /2013
RECEITAS FISCAIS	RECEITAS REALIZADAS (EM MIL REAIS)			
	2013	2012	2011	2010
Receitas Fiscais Correntes	31.542.296	29.003.253	25.845.592	23.295.670
Receitas Fiscais de Capital	506.521	697.211	362.375	585.229
Receitas Fiscais	32.048.818	29.700.464	26.207.967	23.880.900
DESPESAS FISCAIS	DESPESAS LIQUIDADAS			
	2013	2012	2011	2010
Despesas Fiscais Correntes	29.371.346	26.559.320	23.567.338	20.992.161
Despesas Fiscais de Capital	2.376.596	1.862.199	1.867.686	2.144.226
Reserva de Contingência	-	-	-	-
Despesas Fiscais	31.747.943	28.421.519	25.435.024	23.136.387
Resultado Primário	300.875	1.278.945	772.944	744.513

Fonte: SICOF / FIPLAN / SEFAZ / SAF / COPAF

LDO - Meta do Resultado Primário para o ano de 2013 = R\$ 530.249 mil

LOA - Meta de Resultado primário para o ano de 2013 = R\$1.688.308 mil



**PRINCIPAIS
REALIZAÇÕES DE
GOVERNO POR EIXO**



Introdução – Eixo I

INCLUSÃO SOCIAL E AFIRMAÇÃO DE DIREITOS



Com 24 programas na sua composição, o Eixo I do PPA 2012-2015, Inclusão Social e Afirmação de Direitos, relaciona os enfoques estratégicos, programas e compromissos que buscam incluir socialmente a população menos favorecida, reduzir as desigualdades, combater todas as formas de preconceito e respeitar as diferenças e diversidades de condições e opções que existem na sociedade baiana.

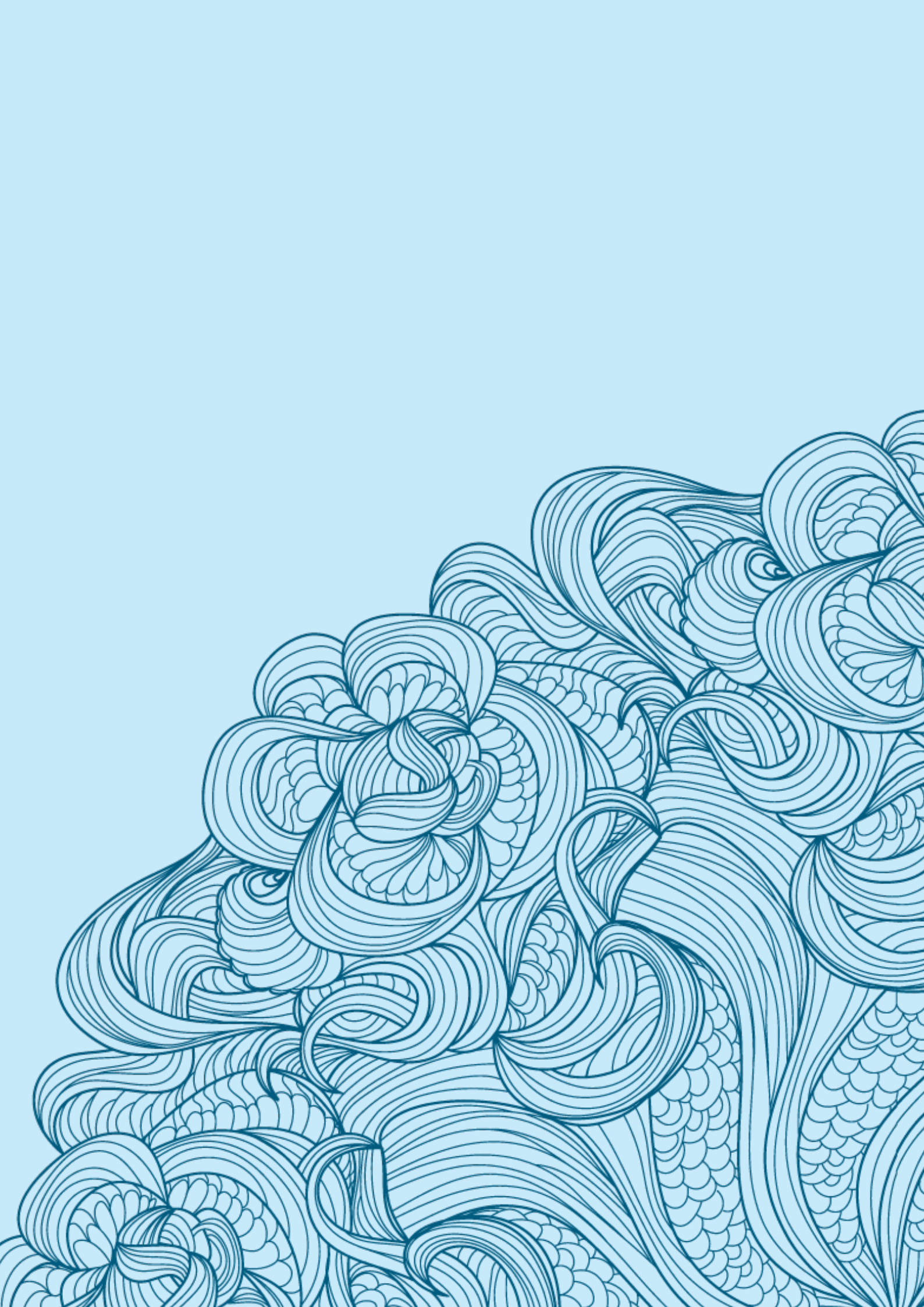
O Eixo é formado pelos seguintes temas: Desenvolvimento Social, Inclusão Produtiva, Saúde, Educação, Segurança Pública, Esporte e Lazer, Trabalho e Renda, Cidadania e Direitos Humanos e Gênero, Raça e Etnia.

Com um investimento de R\$ 14,1 bilhões, foi o Eixo que mais recebeu recursos no ano de 2013, correspondendo a 75,0% dos recursos orçamentários disponíveis para os três Eixos que compõem o PPA 2012-2015.

Nas próximas páginas estão descritas as principais ações de inclusão social e afirmação de direitos executadas pelo Governo do Estado em 2013.



**ÁREA TEMÁTICA:
SAÚDE**





Atenção básica à saúde

Em parceria com o Governo Federal, o Governo da Bahia tem investido na ampliação e melhoria dos serviços de atenção básica à saúde mais próximos da população, a exemplo do Programa de Saúde na Família.

Em 2013, foram repassados mais de R\$ 33,4 milhões para manutenção 2.908 Equipes de Saúde na Família em atividade no estado. Além disso, atualmente existem duas mil Equipes de Saúde Bucal – ESB e 213 Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Nasf, atuando em regime multiprofissional de suporte técnico a essas equipes.

O Gráfico 26 mostra a evolução do número de equipes de saúde na família e de saúde bucal no estado no período de 2006 a 2013.

Foi investido R\$1,8 milhão em 39 convênios firmados com os municípios para a construção de Unidades de Saúde da Família – USF. Vale des-



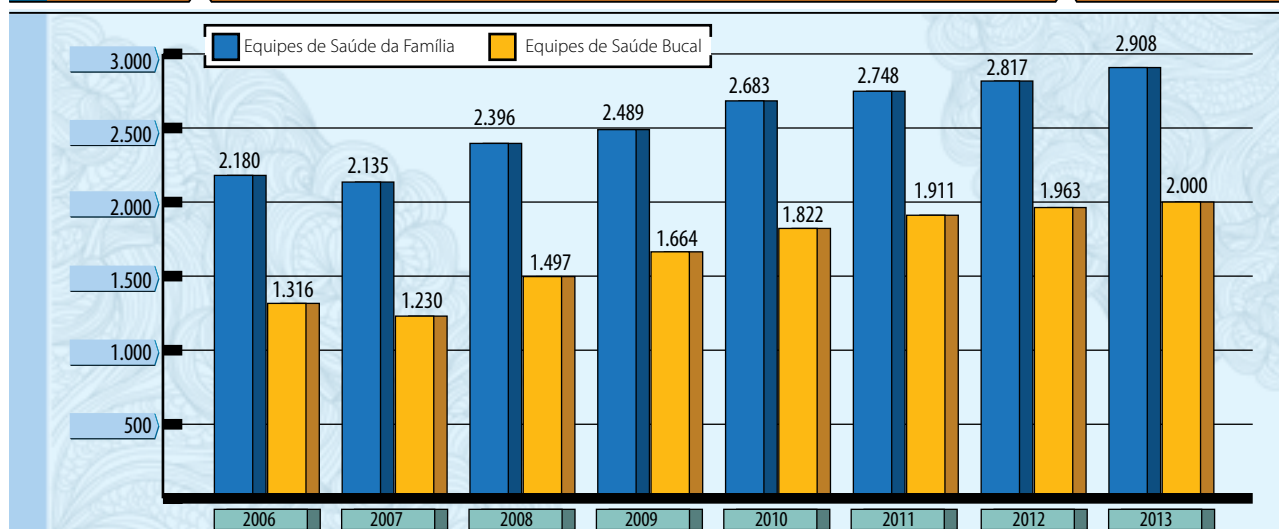
Carol Garcia/GovBa

Atendimento médico aos estudantes da Rede Estadual de Educação, ampliação e melhoria dos serviços de atenção básica à saúde

GRÁFICO 26

NÚMERO DE EQUIPES DE SAÚDE DA FAMÍLIA E DE SAÚDE BUCAL EM FUNCIONAMENTO

Bahia, 2006 – 2013



Fonte: SESAB/Sais

tacar que, desde 2007, cerca de 600 USF foram construídas com recursos do estado. Além disso, o apoio técnico do Governo permitiu que a Bahia captasse, junto ao Governo Federal, mais de R\$ 500,0 milhões para a construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS.

Importa registrar, ainda, o Programa Mais Médicos, iniciativa do Governo Federal que está levando médicos aos lugares mais longínquos e de difícil fixação desses profissionais, a exemplo das periferias das grandes cidades do país. O programa prevê a adesão de médicos formados no país e no exterior, que desejam trabalhar exclusivamente na atenção básica. Esses profissionais recebem bolsa do Governo Federal e apoio dos municípios para moradia e alimentação. Atuam no estado cerca de 790 profissionais do programa, distribuídos em 323 municípios.

que representa um crescimento de 75,0% nos últimos sete anos. Os leitos complementares correspondem a leitos de unidade intermediária às UTI nas modalidades adulto, pediátrica, neonatal, de queimados e coronariana, além das unidades de cuidados intermediários. Dentre esses, destacam-se ainda os leitos em UTI que, em 2007, somavam apenas 272 (do SUS), ascendendo para 932 leitos em 2013, o que equivale a um crescimento superior a 200,0% nos últimos sete anos.

Anualmente, o Governo do Estado aplica cerca de R\$ 500,0 milhões em contratos de serviços com unidades de filantropia ou particulares. São mais de quatro mil leitos para atendimento por meio do SUS. Em 2008, foi criado o Programa Estadual de Reestruturação e Contratualização

dos Hospitais Filantrópicos no SUS Bahia, contemplando, já, 39 hospitais contratualizados.

A Política Estadual de Hospitais de Pequeno Porte, implantada em 2012 para requalificar a atenção hospitalar no estado, já beneficia 46 unidades de municípios com até 31 mil habitantes. Além disso, estão sendo contratados enfermeiros obstetras para trabalhar em hospitais de pequeno porte nos municípios que aderiram a essa importante política do Governo.

A rede hospitalar do Estado é composta de 41 unidades, distribuídas em todas as regiões. Elas atendem urgência e emergência e, em algumas cidades, constituem-se nas únicas opções para os usuários do SUS (Salvador é um exemplo), além de serem referências, nas cidades em que atuam em relação à oferta de serviços de

Atenção Hospitalar

O estado vem envidando esforços continuados e consistentes em prol da qualificação da atenção hospitalar. No presente, existem 469 hospitais gerais em funcionamento na Bahia, com um incremento de 9,6% comparativamente ao ano de 2006, quando existiam 427 unidades com esse perfil. Nesse período verificou-se a ampliação, também, de 125,6% no número de “hospitais dia”, saindo de 39 unidades em 2006 para 88 em 2013.

Merece registro o aumento no número de leitos complementares, que, em 2007, totalizavam 809 unidades e, em 2013, alcançam o patamar de 1.420 leitos no SUS, o



Manu Dias/GovBa

Reformas e ampliações de hospitais tem sido uma das prioridades na área de saúde por todo estado, como o centro de observação pediátrica do Hospital de Valença



média e alta complexidade nas áreas de cardiologia, neurologia e trauma-ortopedia, entre outras.

Essa rede passou por um intenso processo de expansão e qualificação nos últimos sete anos: ganhou 1.377 novos leitos, uma ampliação de 28,7% comparativamente a 2006, quando eram 4.793 leitos, passando a 6.170 leitos de internação em 2013, dos quais 3.205 localizam-se em Salvador. Ainda em Salvador, foram contratados desde 2007 mais de 300 leitos em hospitais do município, para servir de retaguarda às unidades de emergência da rede própria estadual.

Cinco novos hospitais foram inaugurados nos últimos anos nos municípios de Santo Antônio de Jesus, Irecê, Juazeiro, Feira de Santana e Salvador. Além disso, todas as unidades da rede própria passaram por intervenções para melhoria da infraestrutura. Somente em 2013, foram investidos cerca de R\$ 30,0 milhões em obras na rede própria estadual.

A expectativa de ampliação do número de leitos é reforçada com as obras em andamento de construção, reforma e ampliação dos hospitais gerais do Estado e Roberto Santos; Hospital Couto Maia e Hospital São Jorge, em Salvador; do Hospital da Chapada, em Seabra; e do Hospital Prado Valadares, em Jequié.

Acolhimento com Classificação de Risco

O Acolhimento com Classificação de Risco – ACCR, fruto de portaria do

Ministério da Saúde que aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergências, firma-se como um instrumento reorganizador dos processos de trabalho, na tentativa de melhorar e consolidar o SUS por meio de mudanças na forma e no resultado do atendimento do usuário do sistema.

O ACCR qualifica a assistência nas unidades à medida que permite aos profissionais estabelecer prioridade de atendimento de acordo com o risco e gravidade da doença que levou o usuário ao serviço. Em 2013, o Governo da Bahia implantou o ACCR em 13 unidades da rede própria estadual:

- ▶ Hospital Geral Roberto Santos – HGRS;
- ▶ Hospital Geral de Camaçari – HGC;

- ▶ Maternidade Tsylla Balbino – MTB;
- ▶ Instituto de Perinatologia da Bahia – IPERBA;
- ▶ Hospital Geral de Itaparica – HGI;
- ▶ Unidade de Emergência de Pirajá;
- ▶ Hospital Geral Prado Valadares – HGPV;
- ▶ Hospital Geral João Batista Caribé – HGJBC;
- ▶ Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus – HRSAJ;
- ▶ Hospital do Subúrbio – HS;
- ▶ Maternidade José Maria de Magalhães Neto;
- ▶ Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Roma;
- ▶ Hospital Geral de Vitória da Conquista – HGVC.

A estratégia de implantação do ACCR possibilita abrir processos de reflexão



Alberto Coutinho/GovBa

O Hospital Geral Roberto Santos foi uma das unidades de saúde do estado preparados para atender a população

e aprendizado institucional, de modo a reestruturar as práticas assistenciais e construir novos sentidos e valores, avançando em ações humanizadas e compartilhadas, pois possibilita a ampliação da resolutividade ao incorporar critérios de avaliação de riscos que levam em conta toda a complexidade dos fenômenos saúde/doença, o grau de sofrimento dos usuários e seus familiares e a priorização da atenção no tempo, diminuindo o número de mortes evitáveis, sequelas e internações.

Unidade de Pronto Atendimento – UPA

As UPA integram a Política Nacional de Urgência e Emergência, que estrutura e organiza a rede especializada no país com o objetivo de integrar a atenção às urgências. Na Bahia, as UPA vêm sendo implantadas desde 2008 e 17 delas já se encontram em pleno funcionamento. Em 2013, foi iniciada a construção de mais cinco unidades, sendo duas em Salvador (Hospital Roberto Santos e Águas Claras), uma em Feira de Santana, uma em Barreiras e uma em Vitória da Conquista.

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu

O Samu 192 é o principal componente da Política Nacional de Atenção às Urgências e tem como finalidade

proteger a vida das pessoas e garantir a qualidade no atendimento do SUS. Ciente da importância estratégica deste serviço para a população baiana, o Governo da Bahia ampliou a cobertura para 79,0% da população do estado, correspondendo a cerca de 12 milhões de habitantes. Em 2013, foram entregues 375 ambulâncias, 44 motolâncias e uma ambulancha.

Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública

A Rede Estadual de Laboratórios de Saúde Pública – RELSP é composta, atualmente, de dez Laboratórios Municipais de Referência Regional – LMRR implantados nos municípios de Salvador, Guanambi, Bom Jesus da Lapa, Teixeira de Freitas, Vitória da Conquista, Senhor do Bonfim, Brumado, Serrinha, Paulo Afonso e Jequié; nove Laboratórios de Vigilância da Qualidade da Água – LVQA para consumo humano, localizados nas Diretorias Regionais de Saúde – Dires de Alagoinhas, Brumado, Feira de Santana, Salvador, Senhor do Bonfim, Serrinha, Santo Antônio de Jesus, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista e 31 Laboratórios de Vigilância Entomológica – LVE, localizados em todas as Dires.

No decorrer de 2013, foram aplicados pelo Governo do Estado R\$ 10,63 milhões para a manutenção e ampliação da Rede, o que permitiu a conclusão das obras de dois novos LMRR e a ampliação da produção de exames e insumos.

Medicamento em Casa – Medcasa

Programa voltado para pacientes com doenças crônicas como hipertensão e diabetes, o Medcasa tem como objetivo garantir acesso aos medicamentos com o conforto e a segurança da entrega em domicílio. Além disso, contribui para melhorar o acompanhamento de pacientes assistidos pelo SUS, uma vez que, para ter acesso ao programa o paciente tem que ser referenciado pela ESF.

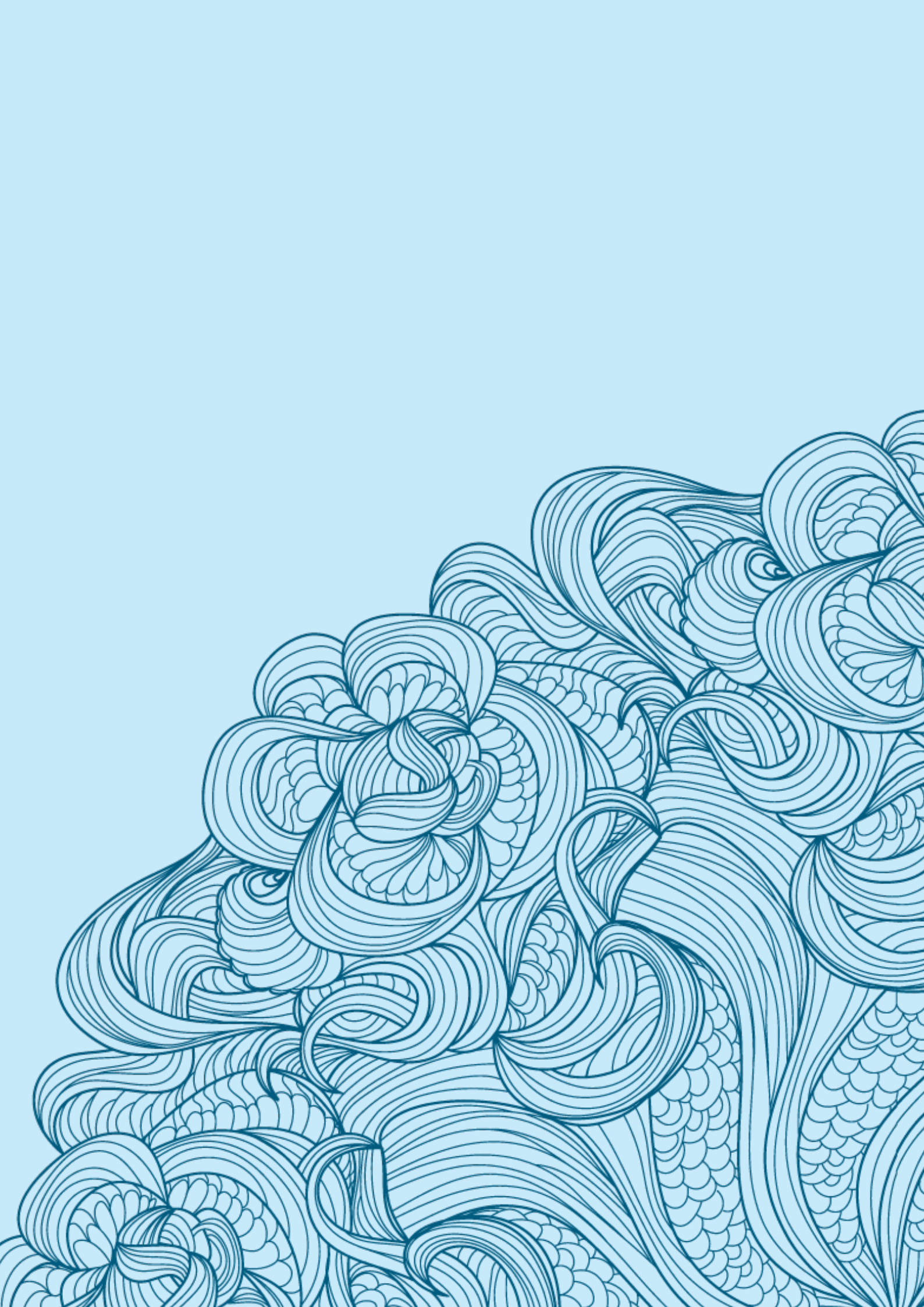
O Medcasa foi implantado em 2008, em parceria com o Ministério da Saúde e com os municípios. Desde o início de suas atividades, foram beneficiados 96.895 usuários. Somente em 2013 foram cadastrados 37.472 novos usuários e 81 municípios assinaram o termo de compromisso, em adição aos 255 que integravam o programa.

Rede Baiana de Farmácia Popular

A Bahia registrou quase 900 mil atendimentos pelo programa Farmácia Popular do Brasil, até novembro de 2013. A rede conta com 27 unidades em funcionamento, estando mais cinco unidades com obras finalizadas. Em 2013, os atendimentos somam mais de 200 mil. A Farmácia Popular conta com uma lista de 97 medicamentos com até 90,0% de desconto, sendo gratuitos os destinados à hipertensão e diabetes.



**ÁREA TEMÁTICA:
EDUCAÇÃO**





Pacto com os Municípios Pela Alfabetização

Este programa é uma parceria do Estado com municípios baianos para melhorar, em regime de colaboração, a educação básica nas escolas públicas estaduais e municipais. O objetivo do programa é promover a alfabetização de todas as crianças até os oito anos de idade.

Para alcançar esse resultado, em 2013, o Governo da Bahia garantiu a formação e o acompanhamento de 555 orientadores de estudo nos 370 municípios que aderiram ao programa. Nos encontros de formação, esses orientadores foram preparados com base na proposta didática “Alfabetizar Letrando” e “Alfabetização Matemática”, para realizarem a for-

mação dos 11.270 professores das redes municipais, que atuam com os 143.101 estudantes de 1º ano do ensino fundamental.

No que se refere à gestão escolar, o Programa de Apoio à Educação Municipal – Proam vem oportunizando a formação e acompanhamento, em serviço, de 4.974 gestores escolares e 121 tutores municipais, com abrangência em 108 municípios, vinculados ao Programa Pacto com Municípios pela Alfabetização em 1.156 escolas das redes municipais, beneficiando um total de 324.608 estudantes da rede pública de ensino.

A partir do compromisso assumido com o pacto, o Governo do Estado investiu R\$ 4,3 milhões em materiais didáticos para o programa. Dessa forma, elaborou, reproduziu e distribuiu 143.101 kits de materiais didáticos,

destinados à alfabetização e letramento e à alfabetização matemática para igual número de estudantes do 1º ano do ensino fundamental, e 11.270 para professores alfabetizadores.

Programa Todos Pela Alfabetização

O impacto do Programa Todos Pela Alfabetização – Topa está demonstrado na redução do analfabetismo no Estado da Bahia. Segundo dados da PNAD, entre 2006 e 2012, período em que o índice de analfabetos 15 anos ou mais passou de 18,6% para 15,9%. Apesar desse avanço, evidencia-se que o estado juntamente com a região Nordeste, que detém 17,4% de analfabetismo – tem muito que avançar em tão estratégica área. A taxa nacio-



Carla Ornelas/GovBa

Escola Aberta do Calabar - Topa no Calabar



Moradores do Calabar e Alto das Pombas concluem curso Técnico em Enfermagem

nal passou de 10,5% em 2006, para 8,7% em 2012.

No processo e atividades de redução do analfabetismo, o Topa ampliou o seu público, passando a atender a comunidades pertencentes a grupos que demandam atenção especial, seja pelo histórico de exclusão social e discriminação (descendentes de quilombolas, indígenas, ciganos, ribeirinhos, caíça-

ras, trabalhadores rurais, assentados por programas de reforma agrária, pescadores, catadores de materiais recicláveis, profissionais do sexo, travestis e transexuais, extrativistas), seja pela idade (idosos e jovens), seja por limitações impostas por deficiências (pessoas com deficiência auditiva, visual, motora e/ou mental ou as vítimas da hanseníase), seja enfim pelas condições de sobrevivência (encarcerados e adolescentes em cumpri-

mento de medida socioeducativa), dentre outros.

A ampliação do público demandou ações e atividades pedagógicas específicas, a exemplo dos Diálogos Pedagógicos Regionais, realizados a cada etapa do programa com os coordenadores de turmas, visando qualificar sua ação pedagógica, bem como a melhoria no processo de ensino aprendizagem dos alfabetizandos. Até o presente, o programa Topa concluiu seis etapas, por meio das quais a Bahia conseguiu alfabetizar cerca de um 1,3 milhão de pessoas, conforme detalhamento na Tabela 22 abaixo:

Educação Profissional

O Governo da Bahia assumiu, nos últimos seis anos, a educação profissional como uma política prioritária de estado. Em sintonia com o Governo Federal, incorporou a formação e a qualificação profissional para milhares de jovens e trabalhadores como parte estratégica para o desenvolvimento da Bahia. Desde 2008 a educação profissional no estado tem sido constantemente ampliada, seja na oferta de cursos, seja no número de estudantes matriculados (Mapa 1).

TABELA 22 QUANTITATIVO DE ALFABETIZANDOS NAS SEIS ETAPAS DO TOPA			Bahia, 2007 – 2013
ETAPA	META	MATRICULADOS	ALFABETIZADOS
1ª (2007-2008)	100.000	224.000	171.000
2ª (2008-2009)	300.000	354.000	289.000
3ª (2009-2010)	300.000	482.000	381.000
4ª (2010-2011)	300.000	285.000	162.000
5ª (2011-2012)	250.000	209.061	198.226
6ª (2012-2013)	250.000	200.196	130.000
TOTAL	1.500.000	1.754.257	1.331.226

Fonte: SEC - Programa Topa



Formação Profissional de Jovens Através da Educação

O exercício de 2013 foi marcado pela expansão da educação profissional, com a oferta de 80 cursos, estruturados em 12 eixos tecnológicos. Eles foram realizados em 123 municípios nos 27 Territórios de Identidade, com 35.869 estudantes matriculados na forma de articulação Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – EPI e 13.308 estudantes matriculados na forma de articulação Subsequente – Prosub.

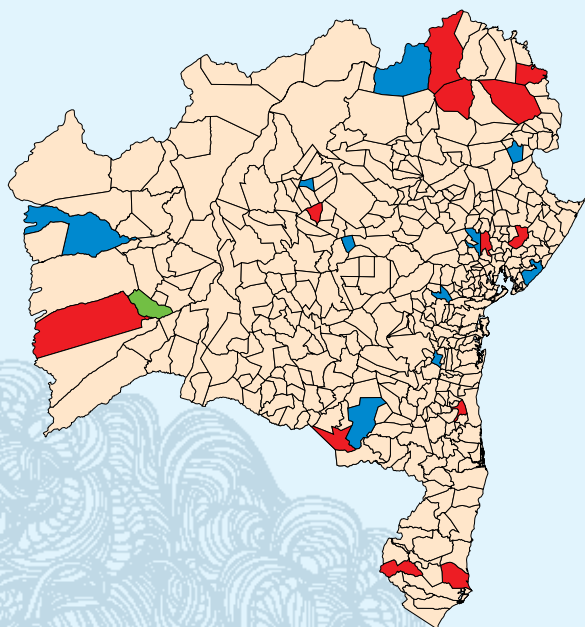
Segundo o Censo 2012, a rede estadual de educação profissional

MAPA 1

REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

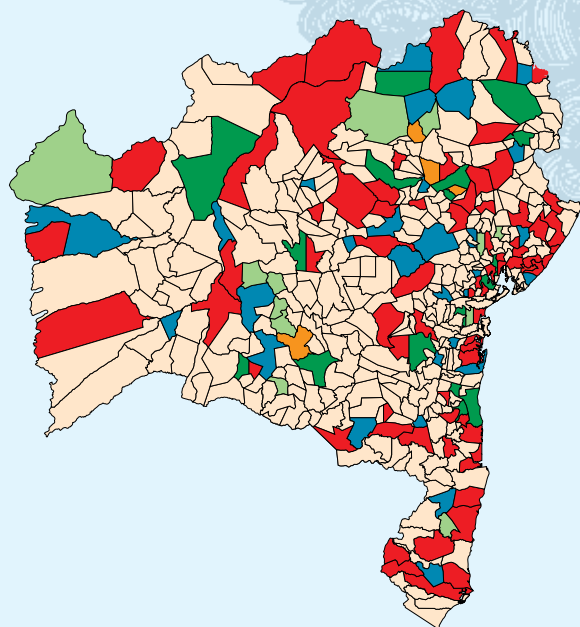
Bahia, 2016/2013

Rede Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia 2006



- Unidades Exclusivas de EP
- Áreas de Unidades Exclusivas de EP
- Unidades de EM que Oferecem EP

Rede Estadual de Educação Profissional do Estado da Bahia 2013

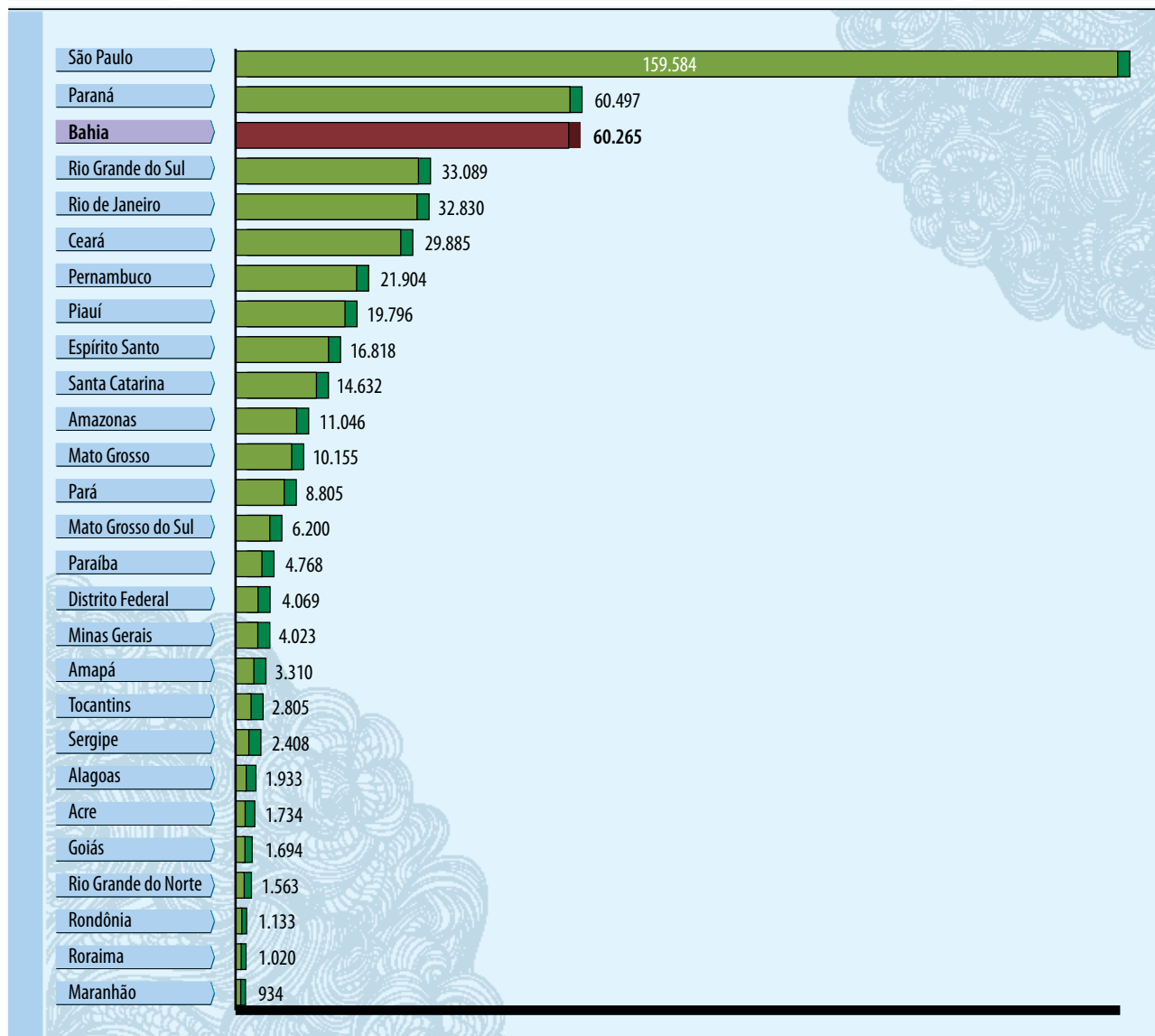


- Centros Estaduais de Educação Profissional
- Anexos dos Centros Estaduais de Educação Profissional
- Centros Territoriais de Educação Profissional
- Anexos dos Centros Territoriais de Educação Profissional
- U.E. Compartilhadas (Ensino Médio + Educação Profissional)

GRÁFICO 27

MATRÍCULAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Bahia, 2012



Fonte: DIEESE, INEP, Censo Escolar 2012

da Bahia estabeleceu-se como a terceira maior do país, atrás apenas dos estados do Paraná e São Paulo. Entre 2006 e 2013, o número de cursos técnicos oferecidos saltou de 15 para 80, além da oferta de oito cursos de qualificação profissional (gráfico 28). De 2006 ao primeiro semestre de 2013, houve um crescimento de quase 1.500% nas matrículas de educação profissional, passando de 4.016 para 64.087 educandos (gráfico 29).

Em 2013, verificou-se a formatura de 8.470 estudantes concluintes dos cursos de educação profissional do ano anterior. Os novos profissionais formaram-se em um amplo leque de eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde; Segurança; Desenvolvimento Educacional e Social; Controle e Processos Industriais; Gestão e Negócios; Turismo, Hospitalidade e Lazer; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Produção Alimentícia; Produção Cultural e Design; Produção Industrial e Recursos Naturais. Salvador destacou-se com 1.931 formandos.

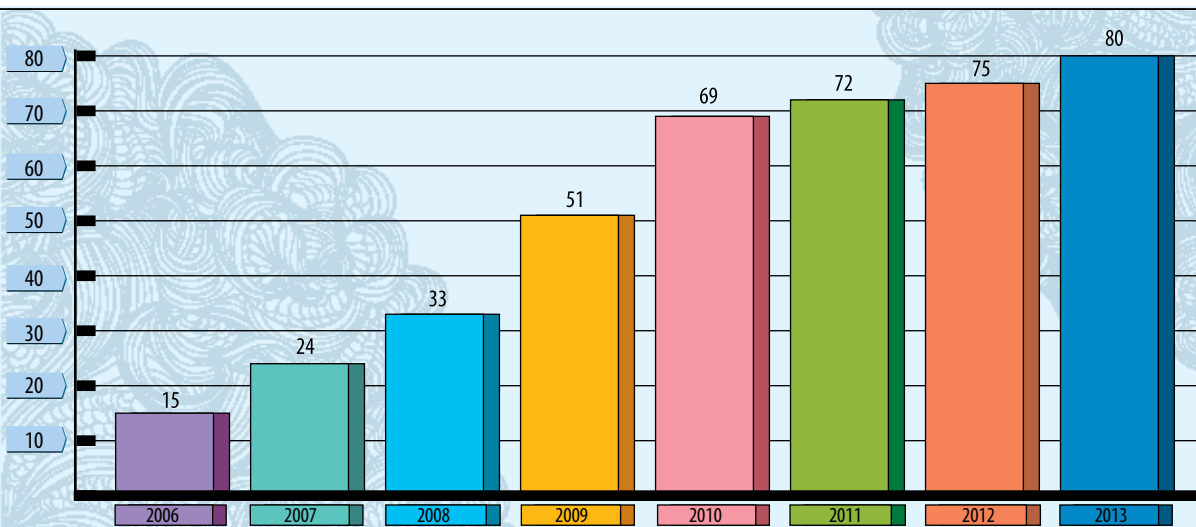
Ensino Médio com Intermediação Tecnológica

Com o objetivo de assegurar a educação a jovens e adultos que moram em localidades de difícil acesso, foram providas de equipamentos e mobiliários 30 novas salas de aula de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – Emitec, programa estruturante para a educação da Bahia, que faz uso de uma

GRÁFICO 28

EVOLUÇÃO DE CURSOS TÉCNICOS NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Bahia, 2006-2013

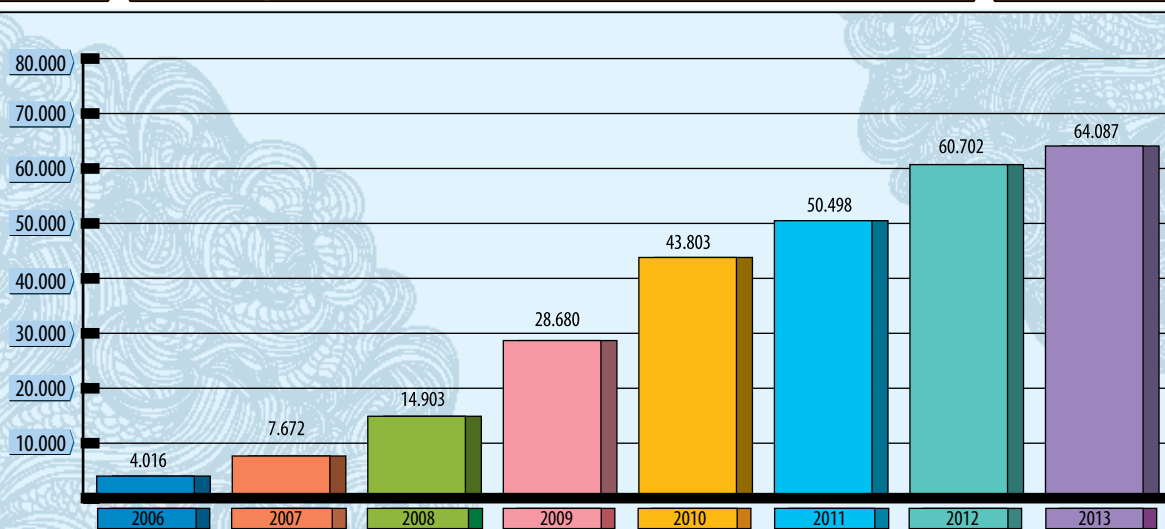


Fonte: SEC, 2013

GRÁFICO 29

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Bahia, 2006-2013



Fonte: SEC, 2013

rede de serviços de comunicação multimídia, integrando dados, voz e imagem.

Este programa é uma alternativa pedagógica para atender a jovens e adultos que moram em localidades de difícil acesso em relação aos centros de ensino-aprendizagem e onde não há oferta de ensino médio, além de atender a localidades que têm deficiência em profissionais

com formação específica em determinadas áreas de ensino. O Emitec prevê atendimento a todas as localidades dos municípios da circunscrição de 30 Diretorias Regionais de Educação – Direc. As ampliações foram realizadas em 18 municípios pertencentes a oito Territórios de Identidade que ainda não dispunham do programa, que atende atualmente a cerca de 16 mil estudantes.

Acesso à Educação Integral

A educação integral pretende desenvolver os alunos de forma completa, em sua totalidade. Muito mais do que a extensão do tempo em sala de aula, ela reorganiza espaços e conteúdos.

A estratégia do Governo da Bahia, em 2013, em relação à ampliação do acesso à educação integral, deuse por meio

do desenvolvimento de ações como seminários e encontros formativos com técnicos, gestores e professores das 33 Direc, para a sua implantação em toda a rede estadual através da implementação progressiva de uma política de educação integral na rede pública estadual. Em 2013, Salvador passou a contar com 42 escolas de educação integral, beneficiando a 5.318 alunos.

Universidade para Todos

Em 2013, foram atendidos 23.625 estudantes no Projeto Universidade para Todos – UPT em 186 localidades da Bahia, situadas em 26 Territórios de Identidade.

Os impactos observados com o UPT são consistentes e múltiplos: contribuição para o ingresso de grande número de

alunos do ensino médio no ensino superior (de 2003 até 2012 cerca de dez mil estudantes ingressaram nas universidades através do projeto); geração de emprego e renda para cerca de duas mil pessoas que atuam no projeto (a exemplo de coordenador de área, secretário de apoio, serviços gerais, professor/especialista); a complementação da formação de 2,5 mil estudantes de graduação e pós-graduação que atuam como professor/monitor; presença significativa de alunos do UPT no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem e aprovação de estudantes do UPT em seleções para preenchimento de vagas oferecidas pelo mercado de trabalho.

Ampliação do Número de Vagas nas Universidades Estaduais

Os principais resultados referentes à atuação da graduação nas universi-

dades estaduais da Bahia apresentam matrícula de 43.898 estudantes em cursos de oferta regular (Tabela 23).

Verificou-se a evolução no quantitativo geral das categorias em 2013, comparativamente a 2012. Na pós-graduação, observa-se também a evolução no tocante à formação em nível *stricto sensu* (Tabela 24), tendo as universidades oferecido 64 cursos de mestrado e 13 de doutorado, possibilitando a qualificação de profissionais em áreas diversificadas.

As universidades estaduais, assumindo um compromisso político e social, vêm atendendo às demandas dos Territórios de Identidade e dos municípios baianos. Nas últimas décadas, com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, observa-se um aumento na oferta de cursos na modalidade

TABELA 23	NÚMERO DE VAGAS, CURSOS, MATRÍCULAS E DOCENTES NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO PRESENCIAL DE OFERTA REGULAR NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA						Bahia, 2012/2013	
UNIVERSIDADES	VAGAS		CURSO		MATRÍCULA		DOCENTE	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
UEFS	2.032	2.140	25	28	6.644	7.803	899	990
UESB	2.406	2.327	44	47	7.556	8.543	998	1.035
UESC	1.600	1.676	31	33	7.605	7.905	748	793
UNEB	5.075	5.170	113	113	19.529	19.647	2.030	2.023
TOTAL	11.113	11.313	213	221	41.334	43.898	4.675	4.841

Fonte: SEC - Asplan/UES

TABELA 24	NÚMERO DE CURSOS E MATRÍCULAS DA PÓS-GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA				Bahia, 2013	
UNIVERSIDADES	MESTRADO		DOUTORADO		TOTAL	
	CURSOS	MATRÍCULAS	CURSOS	MATRÍCULAS	CURSOS	MATRÍCULAS
UEFS	21	557	4	132	25	689
UESB	14	586	3	149	17	735
UESC	20	473	5	162	25	635
UNEB	9	270	1	59	10	329
TOTAL	64	1.886	13	502	77	2.388

Fonte: SEC - Asplan/UES



de educação a distância, diversificando as possibilidades de acesso à educação superior.

A criação das novas vagas na graduação amplia o quadro geral das universidades estaduais em seus bacharelados e licenciaturas, a exemplo dos novos cursos de Ciências Sociais e Psicologia na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – Uesb e os cursos de Psicologia, Ciências Sociais e Filosofia na Universidade do Estado da Bahia – Uneb. Na pós-graduação, verifica-se a criação, na Uneb, de dois novos cursos de mestrado: Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, em Salvador, e Mestrado Acadêmico em Educação, Cultura e Territórios Semi-áridos, em Juazeiro (Tabela 25).

Gestão da Rede Estadual de Educação

Avalie Alfa

Em sua busca sistemática da melhoria da educação e prestação de

contas à sociedade acerca da qualidade dos serviços educacionais na rede pública de ensino, o Governo da Bahia executa, em parceria com a Universidade do Ceará, uma política de avaliação externa de alfabetização, o Avalie Alfa.

O Avalie Alfa foi aplicado nos 370 municípios que assinaram adesão ao Programa Todos pela Escola – Pacto com Municípios e nas 25 unidades escolares estaduais que ainda ofertam o 2º ano do ensino fundamental, envolvendo 150 mil estudantes das redes públicas de ensino.

Com os resultados dos exames, divulgados por meio de publicações, os agentes envolvidos podem, de forma crítica e autônoma, utilizar os dados para aperfeiçoar o próprio sistema educacional. Dentre as ações voltadas para a avaliação, foi realizado um encontro envolvendo todos os Territórios de Identidade, com representantes municipais dos 370 municípios que aderiram ao Programa Pacto com Municípios, visando à melhoria do processo de ensino e da aprendizagem, por meio da apropriação de fundamentos

teóricos das avaliações em larga escala e dos resultados da avaliação externa da alfabetização.

Os dados decorrentes da avaliação realizada permitem subsidiar o acompanhamento e a intervenção pedagógica para a garantia da alfabetização até os oito anos de idade.

Avalie Ensino Médio

O Governo da Bahia, visando ao cumprimento das metas de melhoria da educação e à prestação de contas à sociedade acerca da qualidade dos serviços educacionais voltados ao ensino médio em sua rede de ensino, executa, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, uma política de avaliação do ensino médio, com instrumentos e procedimentos que informam, da melhor maneira possível, os resultados alcançados, o Avalie Ensino Médio. Ele foi aplicado nas 33 Direc em 2013, envolvendo 414 municípios, 1.054 unidades escolares e 335.292 estudantes.

TABELA 25

GRUPOS DE PESQUISA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DA BAHIA CERTIFICADOS PELO CNPq

Bahia, 2013

ÁREA DO CONHECIMENTO	UNIVERSIDADES				TOTAIS
	UEFS	UESB	UESC	UNEB	
Ciências Agrárias	1	18	8	13	40
Ciências Biológicas	21	13	18	13	65
Ciências da Saúde	14	22	14	28	78
Ciências Exatas e da Terra	19	16	16	10	61
Ciências Humanas	28	53	23	119	223
Ciências Sociais Aplicadas	7	5	19	28	59
Engenharias	7	5	7	6	25
Linguística, Letras e Artes	12	11	11	36	70
TOTAL	109	143	116	253	621

Fonte: SEC - Asplan/UES



Programa de Educação Matemática nas Escolas Públicas da Bahia

As revistas, boletins e os painéis do Avalie Ensino Médio apresentam os resultados das avaliações para gestores, professores, estudantes e comunidade escolar, como um indicativo da qualidade educacional.

Programa Gestão da Aprendizagem Escolar – Gestar

O Gestar, do Governo Federal, é um programa de formação continuada voltada para a formação de professores de matemática e de língua portuguesa, objetivando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Sua finalidade é elevar a competên-

cia dos professores e de seus alunos e, consequentemente, de melhorar a capacidade de compreensão e de intervenção sobre a realidade sociocultural.

O Governo da Bahia, em parceria com o Governo Federal, promoveu a formação continuada, em serviço, de 656 professores de língua portuguesa e 622 de matemática, atuantes nas séries finais do ensino fundamental, impactando positivamente na aprendizagem de 257.625 estudantes. Cada professor formado exerceu a função de articulador dentro da unidade escolar, realizando mediação e acompanhamento pedagógico, de modo a oportunizar espaços sistemáticos para compartilhamento de experiências e resolução de problemas. Esses espaços foram utiliza-

dos por 4.663 professores como forma de construção de conhecimentos, saberes e competências.

Para atender 713 escolas, das 825 existentes que ofertam as séries finais do ensino fundamental, o Gestar na Escola desenvolveu um conjunto planejado de ações realizadas de forma presencial e a distância, com foco em competências e habilidades necessárias por série/ano.

As unidades escolares parceiras em 276 municípios foram atendidas, também, com plantões e acompanhamento pedagógico. Os plantões deram suporte socioemocional aos professores sobre dificuldades específicas em sessões individuais na es-



cola. O acompanhamento pedagógico consistiu na observação ativa e interativa da atuação pedagógica do professor. O programa estabeleceu uma rede de aprendizagem permanente, com espaços para reflexão, pesquisa e discussão de práticas.

Projeto de Monitoramento, Acompanhamento, Avaliação e Intervenção Pedagógica na Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia – Paip

O Paip é um projeto de gestão pedagógica permanente que acompanha, orienta e sugere intervenções pedagógicas nas unidades escolares, com o objetivo de fortalecer o processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes.

Implantado a partir de janeiro de 2012, o projeto organiza-se a partir das ações de gestão compartilhada entre o núcleo central, núcleos regionais e as unidades escolares, no intuito de compreender os processos vivenciados nas escolas, assim como seus resultados, que impactam na aprendizagem dos estudantes a partir de duas perspectivas: dimensão estudante e programas/projetos. Em 2013, foi realizado o monitoramento, acompanhamento e orientação pedagógica em 1.702 escolas da rede estadual, envolvendo as 33 Direc.

Acesso a Novos instrumentos de Ensino-aprendizagem

Objetivando contribuir para a melhoria da aprendizagem, as escolas da rede estadual passam por um processo contínuo de estruturação –

tanto em termos de mobiliário como de equipamentos multimídia – para o uso de estudantes e professores. Foram adquiridos, com recursos do Governo Federal, 25.495 *tablets* educacionais, visando melhorar a prática docente integrando-a à utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação e, ainda, o aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem. Os equipamentos encontram-se em processo de distribuição para os professores do ensino médio de 1.234 unidades escolares nos 417 municípios baianos, com investimento de R\$ 7,3 milhões.

Assessoramento Técnico-pedagógico aos Municípios

O Plano de Ações Articuladas – PAR é uma nova ferramenta de planejamento



Raul Golinelli/GovBa

Foram adquiridos 250 ônibus escolares através do Programa Caminho da Escola, com investimento de R\$ 62,6 milhões

educacional colaborativa entre a União, estados e municípios, com o intuito de democratizar o acesso aos recursos e programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE do Ministério da Educação – MEC, com vistas ao atendimento das 28 diretrizes do Decreto nº 6.094/2007 da Presidência da República, que institui o Compromisso Todos pela Educação.

O Governo da Bahia, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, prestou assessoramento técnico para a elaboração do PAR em 37 municípios que não conseguiram atender a essa demanda até 2012. O assessoramento envolveu 750 profissionais, entre secretários municipais de educação e equipes locais, com investimento de R\$ 118,0 mil e foco no planejamento das políticas educacionais e captação de recursos.

Programa Caminho da Escola

Foram adquiridos 250 ônibus escolares através do Programa Caminho da Escola, com investimento de R\$ 62,6 milhões (empenhados), dos quais R\$ 7,2 milhões já foram liquidados. Desse conjunto, já foram entregues 114 ônibus.

Transparência na Escola

O controle dos gastos foi garantido com a criação do Sistema Transparência na Escola, que passou a divulgar os dados financeiros referentes aos recursos repassados diretamente para as unidades escolares, através do Portal da Educação.

Com a divulgação das receitas, das despesas e da situação da prestação de contas de cada unidade escolar estadual, o cidadão passou a ter conhecimento e acompanhar a aplicação dos mais de R\$ 480,0 milhões, entre verbas federais e estaduais, repassados às 1.383 unidades escolares estaduais durante os anos de 2011, 2012 e 2013.

De forma prática e objetiva, todos os valores originários de programas estaduais e federais podem ser acompanhados em suas mais diversas aplicações: aquisição de

material permanente, manutenção, conservação, pequenos reparos e reformas parciais da unidade escolar, aquisição de material de consumo necessário ao funcionamento da escola, avaliação de aprendizagem, implementação do projeto pedagógico, desenvolvimento de atividades educacionais diversas, aquisição de gêneros alimentícios para a alimentação escolar. Esta ferramenta publiciza os investimentos com recursos públicos destinados à educação, ao tempo em que contribui para o maior controle e acompanhamento por parte da sociedade.

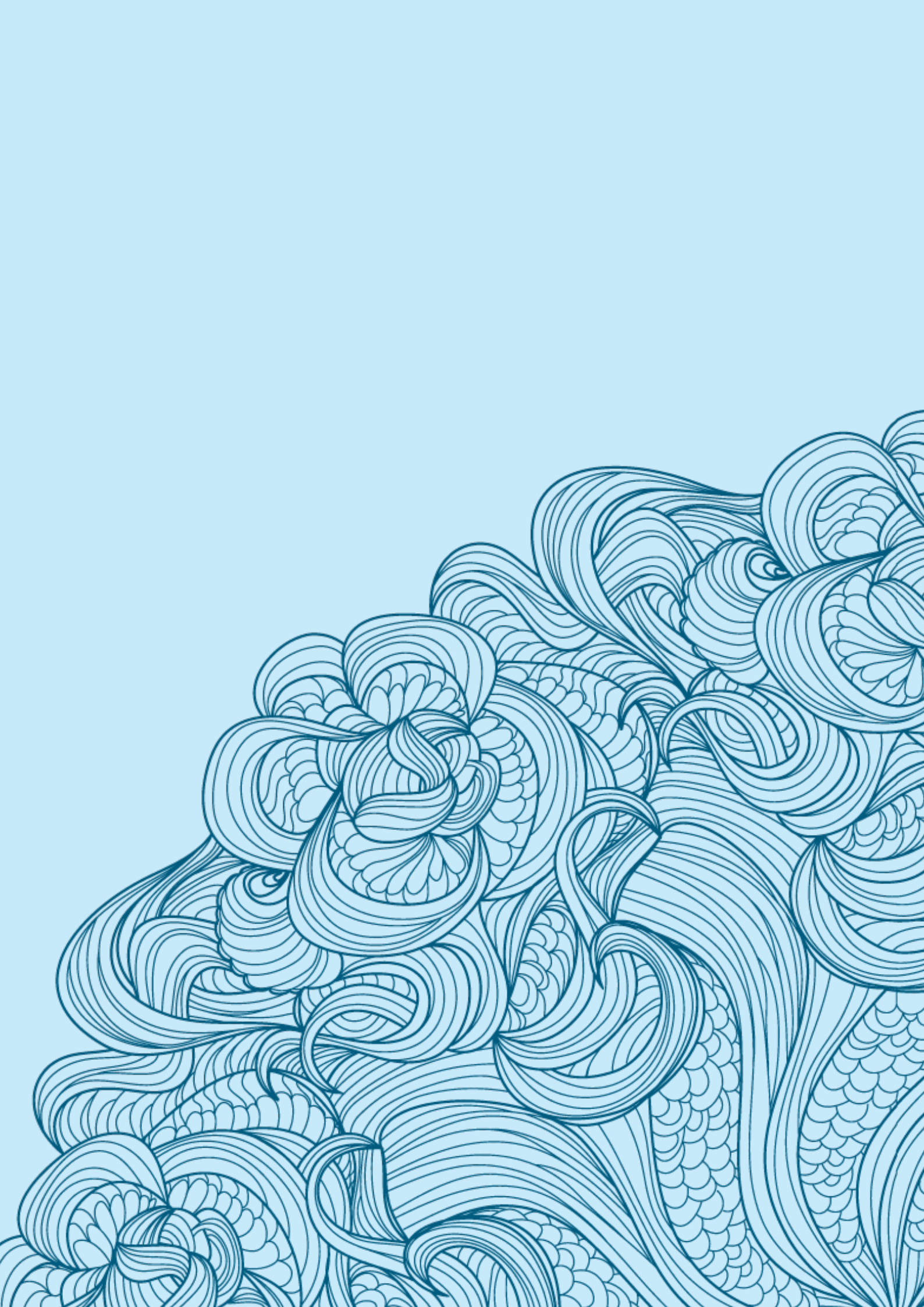


Bruno Ricci/GovBa

Mais Educação na Escola Professora Candolina



**ÁREA TEMÁTICA:
SEGURANÇA PÚBLICA**





Melhoria na Infraestrutura de Segurança Pública

A diminuição em 14,7% dos crimes violentos letais intencionais na Região Metropolitana de Salvador – RMS, em 2013, confirma a importância do investimento em prevenção e repressão à violência, além de ações sociais voltadas especificamente para as pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social.

Em 2013, o Governo da Bahia investiu maciçamente em segurança pública, com o propósito de dotar as polícias de melhores condições de trabalho. Para tanto, destacam-se as ações:

- ▶ Ampliação e renovação da frota de veículos policiais, através da aquisição de 124 viaturas ostensivas, veladas e especiais para as instituições policiais, totalizando investimentos da ordem de R\$ 9,4 milhões;
- ▶ Aquisição de armamento letal e não letal, além de munição real e de treinamento, para as Polícias Civil, Militar e Técnica, com investimentos superiores a R\$ 7,1 milhões;
- ▶ Expansão e melhoria da rede física do Sistema de Segurança Pública, por meio de construção, reforma e readequação de unidades policiais da Polícia Militar – PM, Polícia Civil – PC e Departamento de Polícia Técnica – DPT na Capital, RMS e interior do estado, com investimentos da ordem de R\$ 31,1 milhões;
- ▶ Implantação de unidade especializada em salvamento e extinção de incêndios em Barreiras, beneficiando mais de 800 mil pessoas, atendendo a uma reivindicação de mais de 30 anos das comunidades da região Oeste, com investimento da ordem de R\$ 1,8 milhão;
- ▶ Modernização e ampliação do parque tecnológico de informações e telecomunicações do Sistema de Segurança Pública, através da instalação de seis Centros Integrados de Comunicação – Cicom nas cidades de Feira de Santana, Itaberaba, Itabuna, Jequié, Porto Seguro e Vitória da Conquista, possibilitando a ampliação do atendimento aos chamados telemáticos de segurança pública no interior do estado, concentrando



Mateus Pereira/GovBa

Implementação de novas tecnologias no auxílio ao combate a violência e criminalidade

do as chamadas para os serviços de emergência 190, 193 e 197. Foram investidos recursos da ordem de R\$ 6,1 milhões, beneficiando mais de 2,9 milhões de pessoas em 111 municípios. O detalhamento da informação segue na Tabela 26, a seguir;

- ▶ Modernização e ampliação do parque tecnológico de informações e telecomunicações do Sistema de Segurança Pública, através da aquisição de equipamentos de informática, bem como 900 rádios "transceptor portátil", destinados às redes digitais Protocolo Tetra, totalizando um investimento de mais de R\$ 7,0 milhões (Tabela 27);
- ▶ Ações de aquisição de equipamentos de proteção, segurança, perícia, identificação e material operacional de equipamentos e material permanente de manutenção, ampliação, renovação e funcionamento da frota de veículos da polícia, além da melhoria e expansão da rede física, visando à melhoria das unidades



Manu Dias/GovBa

Entrega de novas viaturas para a Polícia Rodoviária Estadual

TABELA 26		NÚMERO DE MUNICÍPIOS, PESSOAS BENEFICIADAS E RECURSOS APLICADOS COM A MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÕES E TELECOMUNICAÇÕES DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA		Bahia, 2013
MUNICÍPIO SEDE	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	EXPECTATIVA DE POPULAÇÃO BENEFICIADA*	RECURSOS APLICADOS (R\$1,00)	
FEIRA DE SANTANA	17	1.200.000	780.000	
ITABERABA	24	130.000	1.200.000	
ITABUNA	32	450.000	1.100.000	
JEQUIÉ	15	350.000	900.000	
PORTO SEGURO	8	300.000	1.100.000	
VITÓRIA DA CONQUISTA	15	500.000	1.020.000	
TOTAL	111	2.930.000	6.100.000	

Fonte: Stelecom/SSP

Nota: Cálculos realizadas pela soma das populações dos municípios atendidos por cada Cicom, com base na população estimada pelo IBGE para 2013.

TABELA 27

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Bahia, 2013

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	VALOR (R\$ 1,00)
Microcomputadores e <i>notebooks</i>	1.032	2.290.490
<i>Storages</i> e Servidores Corporativos para Projetos SSP	6	107.404
<i>Tablets</i>	20	64.123
Telefones sateliais	6	104.412
Rádio Transceptor Portátil	900	4.230.000
Outros equipamentos de informática (<i>impressora, nobreak, scanner</i>)	102	268.215
Total	-	7.064.645

Fonte: SSP - SGT/DG

do Corpo de Bombeiros e do Sistema de Segurança Pública, que foram financiadas através de operações de crédito, totalizando um investimento de R\$ 49,0 milhões;

- Realização de Concurso Público para preenchimento de 600 vagas direcionadas aos cargos de delegado, investigador e escrivão de polícia.

moradores de 14 bairros de Salvador. Dispondo de infraestrutura para a realização do policiamento comunitário, assim como ações sociais e de inclusão voltadas à educação e ao lazer da comunidade atendida.

O Governo da Bahia entende que a violência é uma questão que não se

circunscreve apenas à segurança. Em função disso, realiza forte articulação institucional para a realização de projetos sociais nas Bases Comunitárias, buscando dotar as políticas de segurança pública da transversalidade preconizada pelo Programa Pacto Pela Vida, através da realização de palestras, exames de saúde, emissão

Bases Comunitárias de Segurança Pública

Duas novas Bases Comunitárias de Segurança Pública – BCS implantadas marcaram o ano de 2013, sendo uma em Salvador, no bairro de São Caetano, e a outra na cidade de Porto Seguro, representando investimentos superiores a R\$ 1,2 milhão. Essas BCS juntaram-se às nove já existentes – seis na RMS e três nas cidades de Feira de Santana, Vitória da Conquista e Itabuna.

Implantada numa área da região considerada crítica, a BCS de São Caetano atende a cerca de 300 mil



Inauguração da sede definitiva da Base Comunitária de Segurança de Itabuna

Divulgação/ GovBa

de documentação civil, inclusão de membros da comunidade em programas sociais e atividades de ensino, esporte e lazer.

Como exemplo de sucesso das ações sociais transversais implantadas, o projeto Karatê do Saber atende a 140 crianças e jovens entre sete e 17 anos, constituindo-se em uma iniciativa da filosofia do policiamento comunitário voltado ao engajamento das comunidades, com o objetivo de integrar, estabelecer vínculos de confiança, proporcionar qualidade de vida e prevenir o in-

gresso de crianças, jovens e adultos no mundo da criminalidade. Alunos do projeto participaram do Campeonato Brasileiro de Karatê, em Anápolis/GO, conquistando dez medalhas de ouro, sete de prata e quatro de bronze.

As BCS oferecem ainda serviços diversos às comunidades, como cursos de pré-vestibular e de alfabetização e educação de jovens e adultos, cursos técnicos e de qualificação profissional, atividades físicas e de lazer, atividades culturais, cadastramento no Programa Bolsa Família, emissão de

documentos e palestras e orientações de saúde, dentre outros.

Capacitação Policial

Em 2013, foram capacitados 7.328 servidores da Segurança Pública em diversas áreas do conhecimento. Além disso, foi dado início ao curso internacional de Especialização em Segurança Pública, em parceria com a Universidade Federal da Bahia e Universidade de Pádua, na Itália, beneficiando servidores das Polícias Civil, Militar e Técnica.

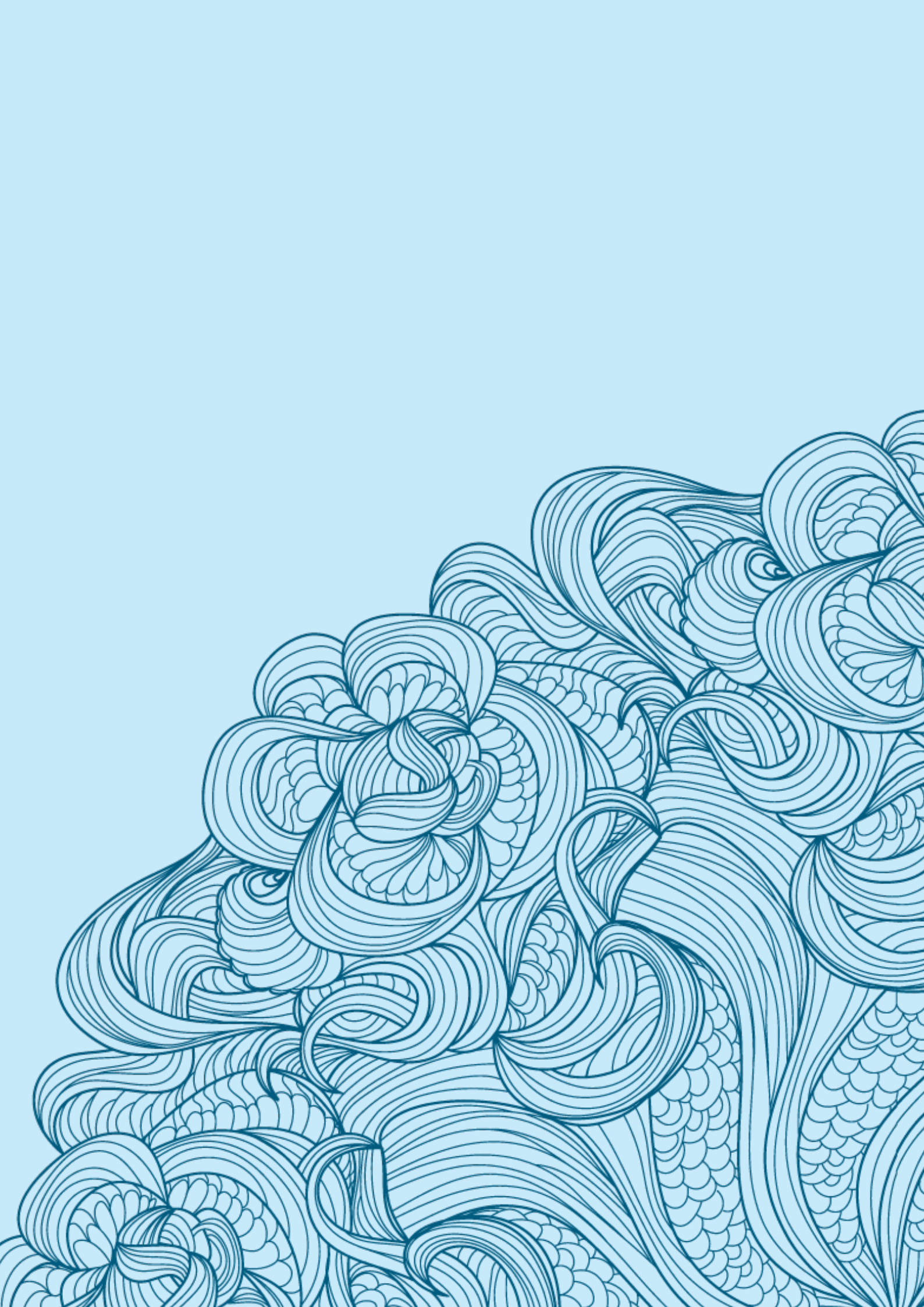


Mateus Pereira/GovBa

Formatura de 109 aspirantes-a-oficial da Polícia Militar



**ÁREA TEMÁTICA:
CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS**





Plano Viver sem Drogas

O Plano Viver sem Drogas é um marco na realização das políticas públicas voltadas para o combate ao uso do álcool e outras drogas, na Bahia. É seu papel articular os setores, como o judiciário e a segurança pública com os sistemas de saúde e assistência social, com o objetivo de que essas áreas constituam-se em uma rede preparada para o enfrentamento às drogas no estado, por meio de uma rede de acolhimento, tratamento e reinserção social estruturada para usuários de drogas e apoio às suas famílias, atuando de forma sistêmica, além de promover e fomentar ações de prevenção ao uso de drogas, sobretudo junto à população jovem.

O Viver sem Drogas possui quatro eixos: (i) ampliação da rede SUS, (ii) integração e qualificação dos dispositivos que lidam direta ou indiretamente com a questão do uso abusivo de drogas, (iii) prevenção ao uso de drogas e (iv) sistema complementar de atendimento, como os convênios do Governo do Estado com as comunidades terapêuticas.

As ações emergenciais voltadas para o uso abusivo de álcool, crack e outras drogas são integradas, articuladas e acompanhadas pela Câmara Setorial de Enfrentamento ao Crack – CSEC.

O monitoramento do plano revelou as seguintes principais entregas, em 2013:

- ▶ 239 usuários beneficiados, em primeiro atendimento e 7.231 atendimentos subsequentes no Centro de Convivência Especializado em Crack e outras Drogas;
- ▶ 2.295 atendimentos individuais,

1.161 abordagens em contexto de rua, 214 sessões de grupos de saúde e 58 eventos esportivos e culturais, realizados pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – Caps AD;

- ▶ 28 oficinas de implantação da Rede de Atenção Psicossocial – Raps em todas as macrorregiões do estado, tendo sido finalizada a pactuação tripartite da expansão da rede de saúde mental da Bahia;
- ▶ Três cursos de qualificação na atenção à saúde mental e elaboração do Projeto Terapêutico Singular, para profissionais da Rede de Atenção Psicossocial das 28 macrorregiões de saúde;
- ▶ Implantação do Telecorad, Central Telefônica de Orientações e Referências Gratuitas em Atenção ao uso de Álcool e outras Drogas (0800-075-5547), no âmbito do Projeto de Prevenção ao Uso de Drogas em Ambientes Escolares;
- ▶ Acesso de 351 gestores escolares da rede estadual de ensino à plataforma *Moodle*, com a temática drogas;
- ▶ Realização de curso de formação para 200 gestores educacionais de Salvador, RMS e Feira de Santana, incluindo oferta de supervisão coletiva para 64 gestores educacionais de Salvador;
- ▶ Veiculação de duas campanhas de prevenção ao uso de drogas em meios de comunicação de massa;
- ▶ 815 usuários de drogas atendidos, de forma totalmente gratuita, em dez comunidades terapêuticas conveniadas.

Além das ações do Plano Viver sem Drogas, o Governo da Bahia aderiu ao programa federal “Crack, é possível vencer”, com o objetivo de ampliar a oferta dos serviços de saúde e assistência social aos usuários e dependentes de drogas, além de fortalecer as ações de segurança pública, prevenção e capacitação.

Ressocialização do Interno e do Cumpridor de Penas e Medidas Alternativas

O Governo da Bahia tem entre seus propósitos prioritários territorializar a custódia de pessoas em conflito com a lei, como parte de sua reintegração social, mediante o cumprimento das penas sem distanciá-los da convivência com suas famílias. Para isso, em 2013 foram criadas 202 vagas, com a inauguração dos minipresídios de Itabuna e Feira de Santana. Com a ampliação do conjunto penal de Feira de Santana serão mais 900 vagas, visando reduzir o déficit e beneficiar as pessoas privadas de liberdade, tornando-as mais próximas de suas famílias durante a execução das penas, bem como proporcionar a garantia de segurança e humanização do sistema penitenciário.

A implantação de Centrais de Apoio e Acompanhamento de Penas Alternativas por municípios de 11 Territórios de Identidade sofreu ampliação de 10,0% em relação a 2012. Seguindo a tendência de ampliação e consolidação da Política Pública de Penas e Medidas Alternativas – PMA, o Governo da Bahia criou mais cinco núcleos nos municípios de Serrinha, Cruz das Almas, Irecê, Paulo Afonso e Brumado.

Garantias de Direitos da Criança e do Adolescente

Visando propiciar garantias de direitos às crianças e adolescentes, o Governo do Estado deu continuidade ao estabelecimento de parcerias com empresas públicas e privadas, objetivando a captação de recursos, dedutíveis do Imposto de Renda, para financiamento de ações de atendimento às crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Além disso, financiou 18 projetos de organizações da sociedade civil voltados ao enfrentamento das situações de violência contra crianças e adolescentes, estímulo ao protagonismo e à formação para a cidadania, inclusão socioproductiva das famílias, inclusão social através da música, cultura e desenvolvimento de potencialidades e capacidades de crianças e adolescentes.

Outra ação de destaque foi a Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual e Trabalho Infantil, realizada no período do carnaval, em Salvador, por meio de um conjunto de ações, tais como o acolhimento provisório para crianças de até 12 anos, observatório das violações de direitos e produção e reprodução de peças publicitárias.

Enfrentamento ao Trabalho Infantil

Em ações de enfrentamento ao trabalho infantil, o Governo do Estado cofinanciou centenas de municípios

baianos em atividades relacionadas, conforme abaixo:

- ▶ 264 municípios para serviços socioeducativos de convivência e fortalecimento de vínculo e outras ações para o enfrentamento ao trabalho infantil, contribuindo para a retirada estimada de 124.681 crianças e adolescentes desta condição;
- ▶ 63 municípios para serviços de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, assegurando atendimento a 4.160 adolescentes;
- ▶ 40 municípios para garantia do acolhimento e proteção integral, contribuindo para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos, reestabelecendo vínculos familiares e/ou sociais, assegurando acolhimento a 2.880 crianças e adolescentes;
- ▶ 230 municípios para serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 0 a 14 anos;
- ▶ 187 municípios, em regime de complementação à cobertura realizada pelo MDS, assegurando o atendimento a aproximadamente 531.268 famílias cadastradas no Cadúnico.

Além dessas ações, foram preparadas cartilhas e guias de orientação aos municípios em assuntos vinculados ao tema.

Desenvolvimento Socioeconômico dos Jovens

Visando à capacitação e inserção no mercado de trabalho de jovens em situação de risco social, o Governo da Bahia formou 1.390 jovens em construção civil, arte e tecnologia audiovisual e tecnologia da informação nos municípios de Salvador, Irecê e Senhor do Bonfim.

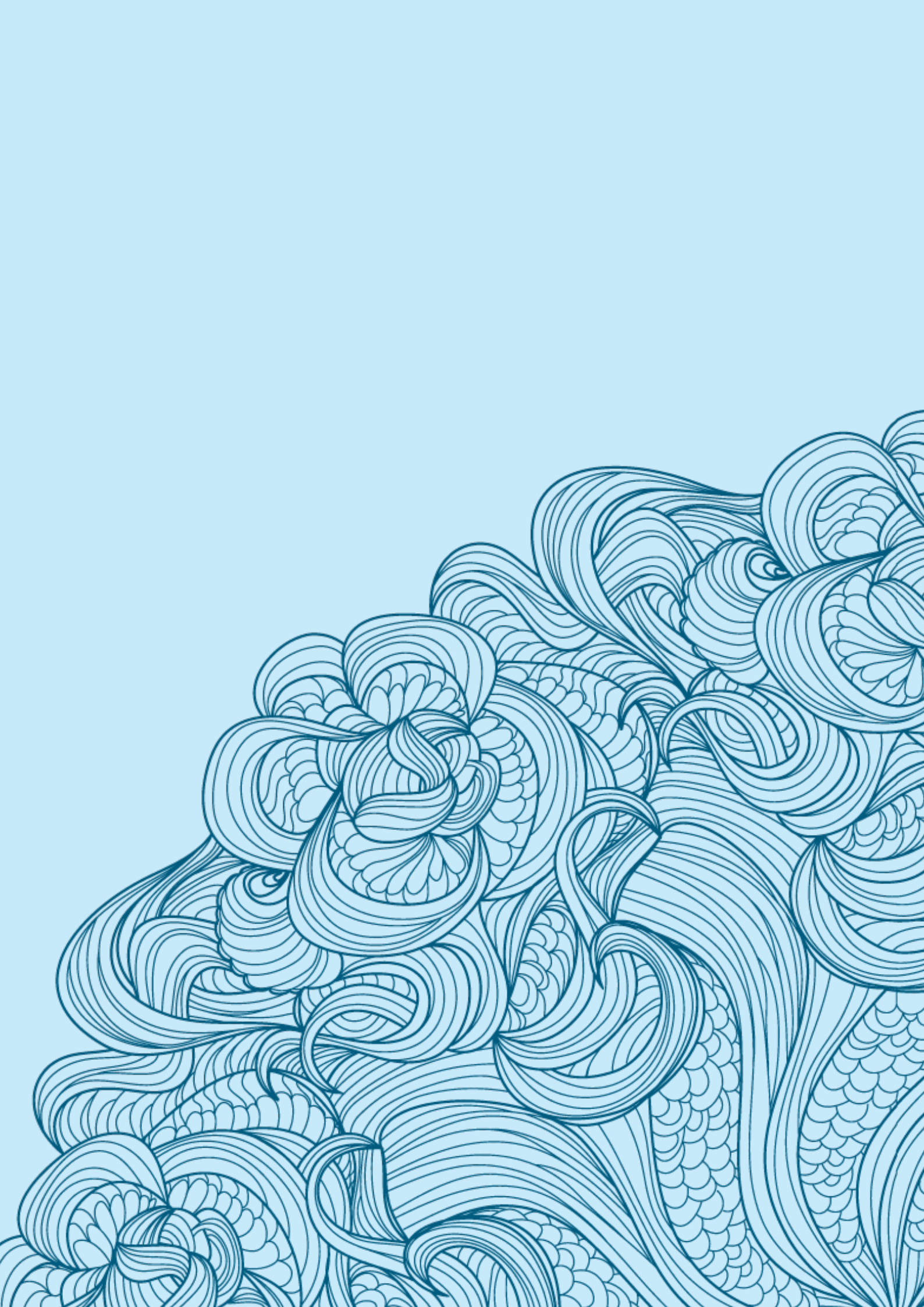
Proteção ao Idoso

Dentre as ações de apoio à proteção e prevenção de situações de risco social e violação de direitos dos idosos, o Governo da Bahia investiu diretamente no cofinanciamento dos Serviços de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa Idosa em 230 municípios, além de, em regime de complementação, na cobertura realizada pelo MDS a 187 municípios.

Também cofinanciou 68 municípios visando garantir o acolhimento e proteção integral a 2.679 idosos, com a finalidade de contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência e ruptura de vínculos e reestabelecer vínculos familiares e/ou sociais. Além disso, prestou assistência aos municípios nos serviços de atendimento à pessoa idosa.



**ÁREA TEMÁTICA:
DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**





Enfrentamento à Seca e Ampliação do Acesso à Água de Qualidade

Em 2013, manteve-se intensa a seca na Bahia, afligindo diretamente a mais de três milhões de pessoas em todo o estado.

Visando minimizar os graves efeitos desse fenômeno climático, o Governo da Bahia deu continuidade às ações empreendidas em 2012, investindo na construção de cisternas para consumo humano e estruturas hídricas direcionadas à produção de alimentos e geração de renda, beneficiando, direta e indiretamente, a 197 mil famílias de 189 municípios, além da construção de 13 cisternas de produção nos municípios de Adustina, Abaré e Macururé, beneficiando a 212 famílias, e de 39.327 cisternas de consumo humano.

Além das cisternas domiciliares e de produção, foram construídas quatro barragens nos municípios de Abaré, Adustina e Mirante. Foram ainda realizados investimentos na construção/ampliação de sistemas de abastecimento de água (simplificados, convencionais e integrados), sendo exemplos:

- ▶ Construção de sistemas de abastecimento de água (convencional e integrado) em Barreiras e Ribeirão do Largo, beneficiando, aproximadamente, 2,2 mil pessoas, com investimento da ordem de R\$ 1,9 milhão;
- ▶ Construção de 508 sistemas simplificados de abastecimento de água, beneficiando a mais de 20



Alberto Coutinho/GovBa

Ações do Governo do Estado no enfrentamento à seca

- mil habitantes em 104 municípios, com investimento acima de R\$ 45,7 milhões;
- ▶ Ampliação de 18 sistemas convencionais de abastecimento de água em dez municípios de nove Territórios de Identidade, com investimento de R\$ 550,0 mil, para estender a oferta de água a 2.211 habitantes;
- ▶ Ampliação de sistemas de abastecimento de água nos municípios de Irecê, Dias D'Ávila, Planaltino e Castro Alves, beneficiando, aproximadamente, 339 mil habitantes, com investimento de R\$ 18,7 milhões;
- ▶ Implantação do sistema integrado de abastecimento de água no município de Jacobina, com população beneficiada de 83.609 habitantes e investimento de R\$ 734,0 mil;
- ▶ Implantação do sistema de abastecimento de água no município de Laje, beneficiando 623 habi-

tantes, com investimento da ordem de R\$ 193,0 mil;

- ▶ Perfuração de 697 poços em 141 municípios, com investimento de R\$ 9,0 milhões.

Encontram-se ainda em execução as obras dos sistemas de abastecimento de água nos municípios de Campo Formoso, Feira da Mata, Serra do Ramalho, Novo Horizonte, Fátima, Heliópolis, Paripiranga, Adestina, Jequié, Rio do Pires, Planaltino, Curaçá, Glória, Inhambupe, Pindobaçu, Riachão das Neves e Rio de Contas, que beneficiarão mais de 80 mil pessoas, com um investimento total de R\$ 91,0 milhões, oriundos do Bird, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Fundação Nacional de Saúde – Funasa e Governo do Estado.

Também está em elaboração o diagnóstico socioambiental em 1.115 localidades de 41 municípios do semiárido, objetivando identificar a necessidade de implantação e/ou recuperação de 385 dessalinizadores.

Com relação ao acesso e garantia da qualidade da água, foram implantadas 120.936 ligações de água e 75.096 ligações de esgoto.

Dentre as principais ações de saneamento básico, foram implantados os sistemas de esgotamento sanitário nos municípios de Baixa Grande, Irajuba e Itaparica, com uma população beneficiada de 27.402 habitantes e investimento de R\$ 2,2 milhões, e ampliado o sistema de esgotamento sanitário em áreas urbanas dos municípios de Muritiba, Castro Alves, Camaçari, Guanambi, Itamaraju, Paulo

Afonso, Salvador (Aratu/Macaco), Santo Antônio de Jesus (1ª etapa), Teixeira de Freitas, Vera Cruz, Feira de Santana (Bacia do Subaé), Vitória da Conquista, Candeias, Jequié, Itaberaba e Jaguarari, beneficiando cerca de 750 mil pessoas, com investimento superior a R\$ 39,0 milhões.

Encontra-se em fase de elaboração de estudos e projetos o esgotamento sanitário nos municípios de Conceição do Coité, Jequié e Itaberaba, além do projeto de saneamento básico e resíduos sólidos na área urbana de Chorrochó.

Direito à Alimentação Adequada e de Qualidade

Visando minimizar os efeitos da seca em 138 municípios em situação de emergência, o Governo da Bahia realizou a aquisição de cerca de 7,5 milhões de litros de leite bovino e 587 mil litros de leite caprino de 1.536 agricultores familiares, para distribuição entre crianças de dois a sete anos.

Aos beneficiários do Programa Leite Fome Zero foram distribuídas 938 toneladas de leite em pó.

Mais de 17,2 milhões de pratos de sopa foram distribuídos, beneficiando a aproximadamente 386 mil pessoas/mês, fortalecendo o trabalho social desenvolvido por 611 instituições em 354 municípios baianos, incluindo a capital. Nos restaurantes populares do Comércio e da Liberdade, em Salvador, foram fornecidas, em média, 4,3 mil refeições/dia, totalizando, aproximadamente, 780 mil refeições servidas em 2013. Destas, cerca de

9,6 mil foram servidas a menores de cinco anos. Foram realizadas, ademais, campanhas de educação alimentar e nutricional e pesquisa sobre o perfil socioeconômico da população que frequenta os restaurantes populares.

Em apoio às prefeituras, foram entregues kits de equipamentos para estruturar o Centro de Aquisição e Distribuição de Alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos, beneficiando 237 municípios.

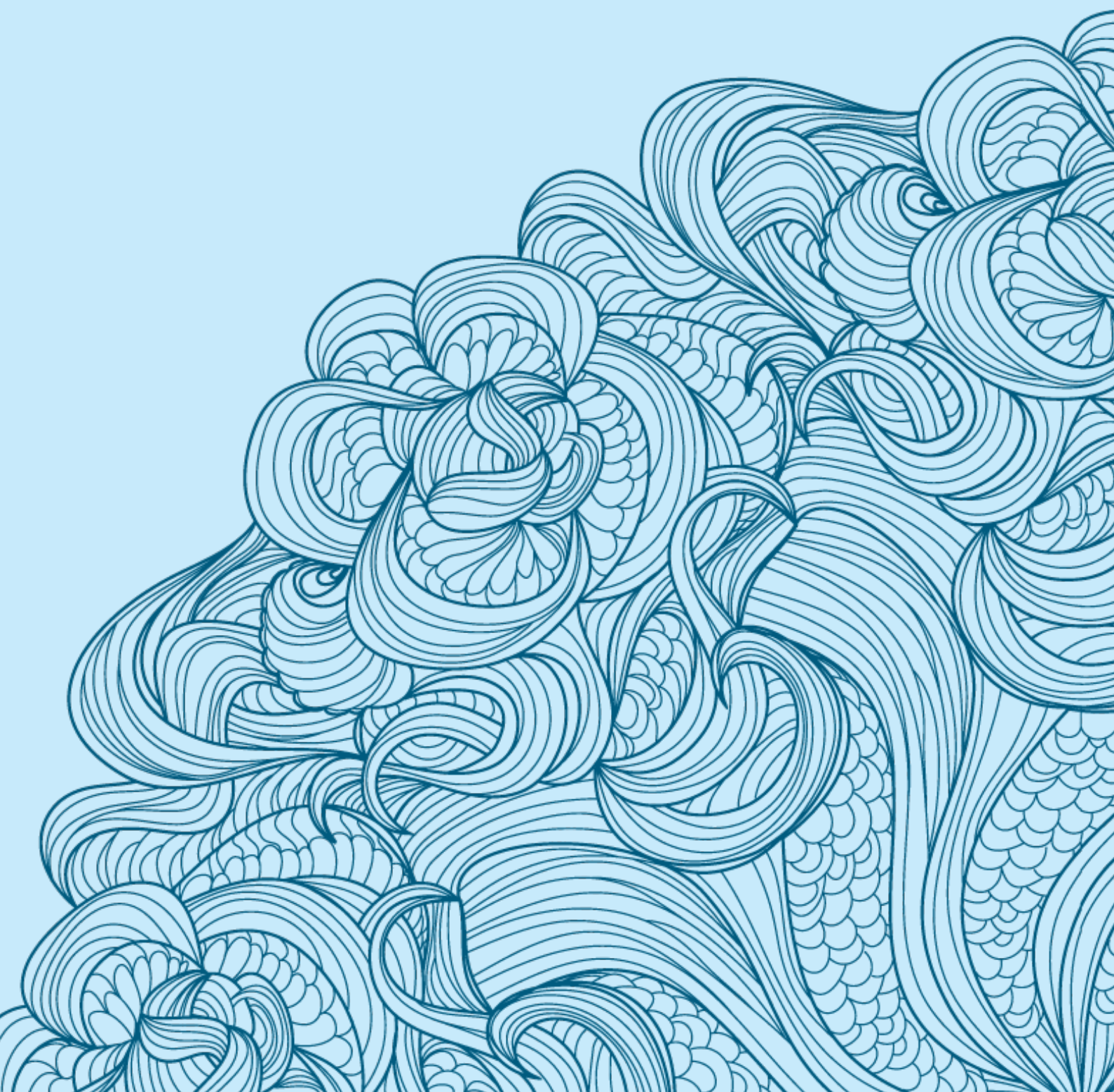
Também foram beneficiados cerca de 11 mil agricultores e quase duas mil entidades, com aquisição e distribuição de, aproximadamente, 2,5 toneladas de alimentos em 66 municípios, com um investimento de R\$ 16,6 milhões.

Fortalecimento do Convívio Familiar, Comunitário e Social

Visando ao fortalecimento das ações de convívio familiar, comunitário e social, o Governo da Bahia investiu no cofinanciamento de 556 Centros de Referência de Assistência Social – Cras, localizados em 416 municípios, criando uma capacidade total de atendimento a quase 411 mil famílias; empreendeu, ainda, cofinanciamento aos 417 municípios baianos para concessão de benefícios eventuais (cesta básica, auxílio natalidade e auxílio funeral, dentre outros). Além disso, prestou assessoramento técnico a 67 municípios na operacionalização do Programa de Proteção e Atendimento Integral à Família – Paif e demais serviços de proteção social básica.



**ÁREA TEMÁTICA:
INCLUSÃO
PRODUTIVA**





Agricultura Familiar

Em 2013, a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural permitiram a implantação de importantes projetos produtivos e sociais, além de viabilizar o acesso dos agricultores aos benefícios de políticas públicas e programas governamentais, promovendo a inclusão socioproductiva, melhorando a qualidade de vida e ampliando a geração de renda. A meta estabelecida para o exercício de 2013 foi assistir a mais de 50 mil agricultores familiares, totalizando 100 mil nos dois anos (2012 e 2013). Esta meta foi superada em 65,0%, chegando-se a atender 165.480 agricultores

familiares, sem repetição, nos 27 Territórios de Identidade, dos quais 70.181 neste exercício.

O Governo também elaborou, emitiu e ativou mais de 97 mil declarações de aptidão ao Pronaf – DAP para agricultores familiares dos 27 Territórios de Identidade, permitindo-lhes acessar aos benefícios das políticas e programas governamentais voltados para o fortalecimento da agricultura familiar.

O incentivo à agricultura familiar tem ocorrido por meio de diversos projetos, sendo destaques a implementação do projeto de segurança alimentar do rebanho da agricultura familiar, que vem ocorrendo desde

2011, fomentando a reserva estratégica de alimentos para os animais baseada na produção e disseminação de palma forrageira e com a instalação de 345 unidades técnicas didáticas, envolvendo diretamente 5,5 mil agricultores familiares. O projeto, além de contribuir para a sustentabilidade da bovinocultura de leite e da ovinocaprino cultura da agricultura familiar, incentiva a produção de alimentos, a geração de trabalho, renda e inclusão social.

Foram distribuídas 1.375.000 mudas de palma (raquetes), beneficiando 1.375 agricultores familiares, sendo, ainda, plantados 50 hectares de palma nas estações experimentais da



Mateus Pereira/GovBa

Produtos da agricultura familiar para a merenda escolar

Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola – EBDA, para a produção de mudas (raquetes) a serem distribuídas a mais de 27,5 mil agricultores familiares.

Para fomentar a criação de reserva estratégica de alimentos para os animais, estão sendo implantadas Unidades Técnicas Didáticas – UTD de palma forrageira adensada. A técnica do seu plantio, de forma adensada, está sendo disseminada pelos técnicos que prestam atendimento aos agricultores familiares em todas as regiões do semiárido baiano, sendo considerada uma excelente alternativa devido ao baixo custo de produção, atingindo uma produtividade dez vezes superior à de um cultivo tradicional.

O Projeto Quintais Produtivos está sendo implantado com observância aos princípios e conceitos da agroecologia, tecnologias sustentáveis adaptáveis à realidade dos agricultores familiares do semiárido baiano, evidenciando a possibilidade de se obter a segurança alimentar e nutricional. A expectativa é melhorar a qualidade do alimento em função da não utilização de agrotóxicos.

Neste exercício, foram adquiridos materiais para a instalação de 2.480 kits “Quintais”, 554 kits “Ater-Técnicos” e 400 kits “Proteção Nascente”. Esses kits constituem a estrutura física dos Quintais Agroflorestais e serão repassados, com orientação técnica, aos agricultores familiares cadastrados e selecionados pelo programa.

O atendimento a mais de 15 mil mulheres rurais com Ater e a realização de cursos sobre associativismo, implantação de quintais agroflorestais, diagnóstico local participativo e ofi-



Alberto Coutinho/GovBa

Ações conjuntas ajudaram o agricultor do semiárido baiano a se manter durante a rigorosa estiagem

cinas sobre desenvolvimento pessoal apoiam e fortalecem a política de gênero priorizada pelo estado.

Outro apoio dado aos agricultores familiares que merece destaque, é o Programa Garantia Safra, uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf com características de seguro agrícola, objetivando garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sistematicamente sujeitos à perda de safra por estiagem ou excesso hídrico.

O Programa Garantia Safra assegura, na safra 2013/2014, uma renda de R\$ 850,00, em cinco parcelas mensais e sucessivas, para os agricultores familiares que efetivarem a adesão ao programa antes dos períodos de plantio – e quando verificada perda da safra das culturas do feijão, milho, algodão, mandioca e arroz em proporção maior que 50,0%. A adesão direciona-se a agricultores com renda de até 1,5 salário mínimo mensal, que plantam entre 0,6 a cinco hectares e que não são beneficiários de outros seguros de safra. O Fundo que



garante as indenizações é constituído de recursos da União (20,0%), dos estados (6,0%), dos municípios (3,0%) e dos próprios agricultores (1,0%).

O Estado da Bahia aporta ao fundo, desde a safra 2008/2009, metade das obrigações dos municípios e contribuições dos produtores rurais aderidos ao programa, passando de R\$ 500,0 mil na safra 2007/2008 para R\$ 15,5 milhões na safra 2012/2013.

Para a safra de 2013/2014 está prevista a aplicação de R\$ 30,6 milhões de recursos do Governo do Estado. O Gráfico 30, abaixo, reflete essa evolução.

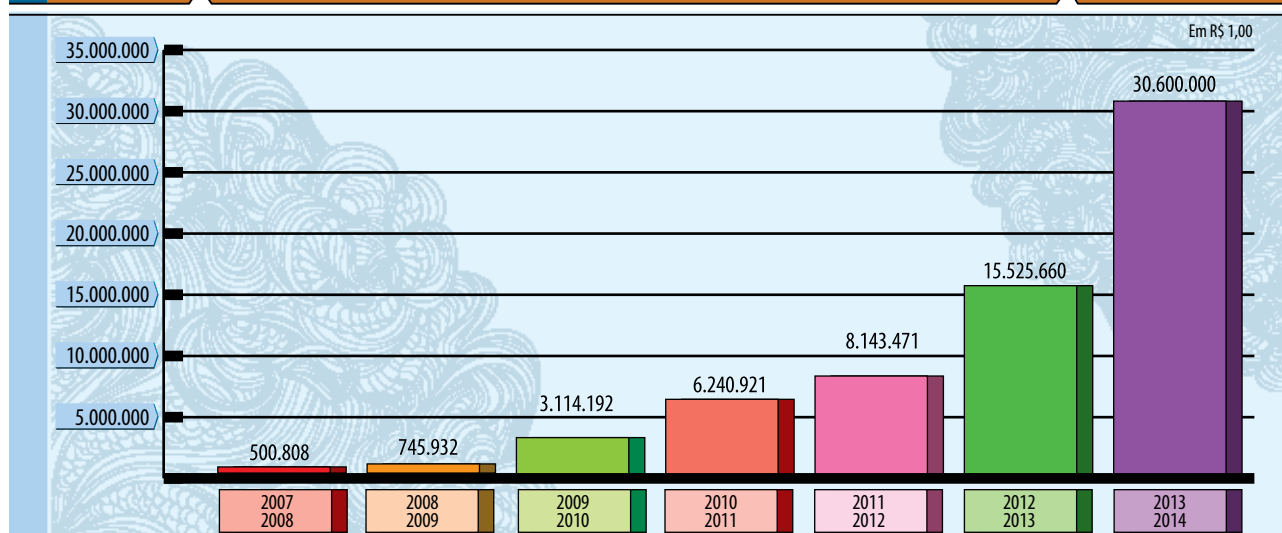
Aliadas a este estímulo do Governo Estadual, outras ações — como a divulgação do Garantia Safra junto às prefeituras e a emissão DAF, específicas para o programa — elevaram substancialmente a

adesão dos municípios e dos agricultores familiares, passando de 15.176 agricultores aderidos na safra 2007/2008 para 204.285 na safra 2012/2013. Do total aderido na safra 2007/2008, 2.199 agricultores familiares foram indenizados, passando para 111.543 agricultores na safra 2012/2013. Para a safra 2013/2014, já aderiram ao programa 158.226 agricultores (até meados de dezembro de 2013).

GRÁFICO 30

RECURSOS APORTADOS PELO GOVERNO DO ESTADO NO PROGRAMA GARANTIA SAFRA

Bahia, 2007/2008
2013/2014

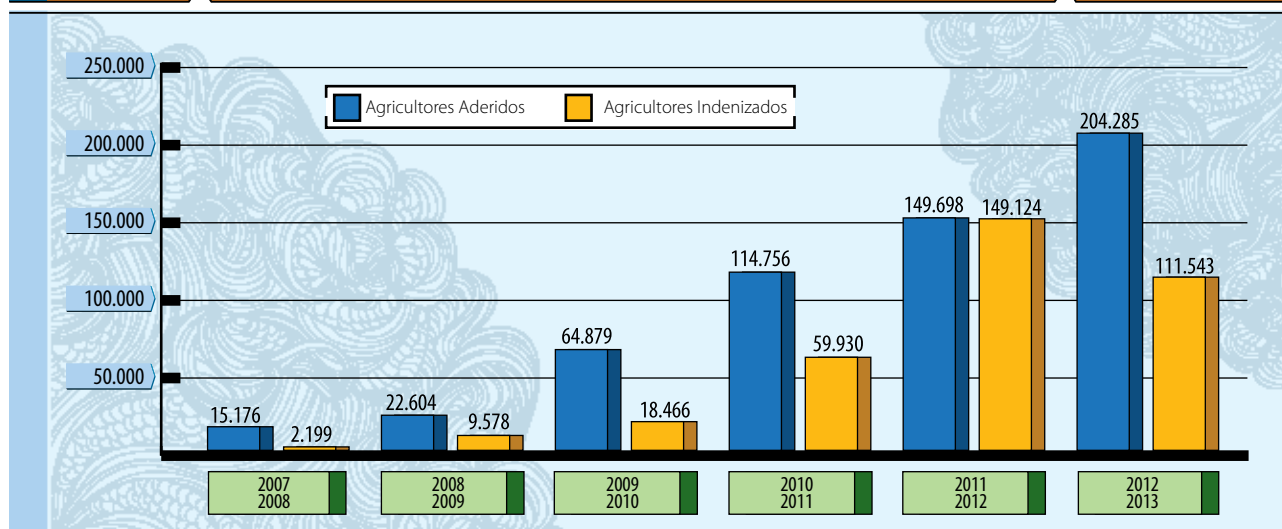


Fonte: SEAGRI

GRÁFICO 31

AGRICULTORES FAMILIARES ADERIDOS E INDENIZADOS NO PROGRAMA GARANTIA SAFRA

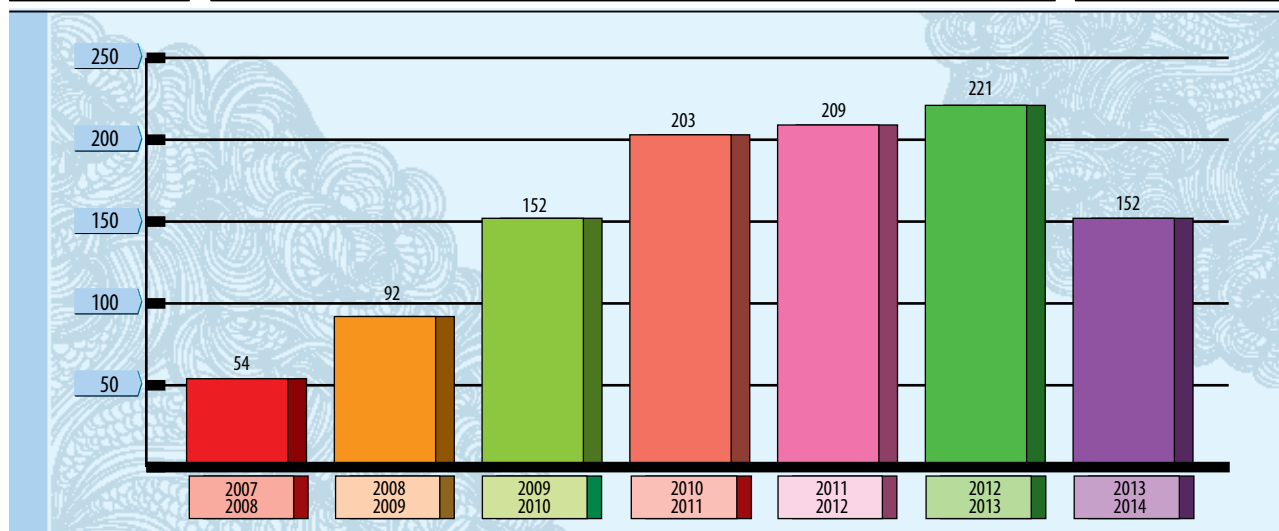
Bahia, 2007/2008
2013/2014



Fonte: SEAGRI

GRÁFICO 32 MUNICÍPIOS ADERIDOS AO PROGRAMA GARANTIA SAFRA

Bahia, 2007/2008
2013/2014



Fonte: SEAGRI

Os gráficos 31 e 32, a seguir, mostram as séries históricas de adesão e indenização dos agricultores e do quantitativo de municípios que aderiram ao programa.

Por meio do Projeto de Incentivo à Produção da Cultura do Sisal no Estado da Bahia, o Governo está implantando 100 unidades de produção de sisal, como projeto piloto, em cinco polos de produção em áreas situadas na região do sisal, selecionadas de acordo com critérios técnicos, dentre eles a concentração da produção.

Com o objetivo de minimizar os efeitos da seca e problemas relacionados à cadeia produtiva do sisal, estão sendo também adotadas ações emergenciais e estruturantes para a melhoria da produtividade no campo, através da recuperação de cinco mil hectares da lavoura de sisal; assistência técnica sobre práticas de manejo baseadas no sistema de produção; construção de 200 terreiros cimentados para secagem do resíduo de sisal e aquisição de 200 peneiras rotativas para separação da mucilagem e bucha de campo,

além da inclusão de um maior número de produtores de sisal nas políticas públicas de comercialização.

Vale também destacar que, por meio de parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o Governo da Bahia está prestando serviços de Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental – Ates às famílias dos projetos de assentamentos, criados ou reconhecidos pelo Incra, tornando-os unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar e nutricional, inseridas no processo de produção, voltadas para o desenvolvimento rural sustentável e solidário.

As principais atividades desenvolvidas nos 50 Núcleos Operacionais de Ates, em 2013:

- ▶ Realização de 353 anteprojetos de parcelamento;
- ▶ Elaboração de 49 projetos para Crédito Instalação – apoio mulher, 306 projetos de Crédito Estiagem, 604 projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e 153 projetos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;

sição de Alimentos – PAA e 153 projetos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae;

- ▶ Implantação de 445 unidades de demonstração de quintais florestais e 26 unidades de demonstração de palma adensada;
- ▶ Distribuição de 24,4 toneladas de sementes e 327 mil mudas;
- ▶ Formação de 224 Bancos Comunitários de Sementes;
- ▶ Formação de 125 Núcleos de Gestão Ambiental, com 1.686 beneficiários;
- ▶ Regularização de 12 associações;
- ▶ Capacitação de 1.511 agricultores em associativismo e de 3.385 assentados em 338 cursos/treinamentos diversos;
- ▶ Adesão de 580 agricultores ao Programa Bolsa Verde, do Governo Federal.



Distribuição de Sementes e Mudas

Nas atividades de Ater desenvolvidas, a distribuição de sementes alcançou, na safra verão 2012/2013, quase 100 mil agricultores familiares de 127 municípios, localizados em 13 Territórios de Identidade, com 962,3 toneladas de sementes distribuídas. Prioritariamente foram atendidos os agricultores familiares que aderiram ao Programa Garantia Safra, indígenas e quilombolas, em dez municípios, e também agricultores familiares que não aderiram ao Programa, conforme Tabela 27:

Foram adquiridas 132,1 toneladas de sementes de feijão *phaseolus*, 346,3 toneladas de vigna e 483,9 toneladas de milho.

Na safra de inverno 2013 foram distribuídas quase 1,4 mil toneladas de sementes, das quais 633,0 de feijão, 104,0 de vigna e 631,4 de milho, beneficiando 128.166 agricultores, conforme Tabela 28.

Outro segmento que merece destaque foi o de distribuição de mudas frutíferas, essências florestais, cacau seminal e cacau clonal para os agricultores familiares situados nos Ter-

ritórios que compõem os biomas da Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado da Bahia.

Regularização Fundiária para Agricultores Familiares

A regularização fundiária viabiliza aos agricultores familiares a permanência na terra, com a concessão do título definitivo do imóvel rural. O título representa a segurança jurídica da posse do imóvel e permite ao agricultor o acesso à terra, à inserção

TABELA 27 DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES - SAFRA VERÃO					Bahia, 2013
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGRICULTOR BENEFICIADO	SEMENTES DISTRIBUÍDAS (Kg)			
		FEIJÃO	VIGNA	MILHO	TOTAL
Irecê	15.353	38.383	36.260	76.765	151.408
Velho Chico	19.894	9.753	89.718	99.470	198.941
Chapada Diamantina	7.098	36.527	3.549	35.489	75.565
Piemonte do Paraguaçu	671	1.341	2.012	3.353	6.706
Sertão do São Francisco	23.534	35.301	82.369	117.670	235.340
Oeste Baiano	1.946	2.432	7.296	9.728	19.456
Bacia do Rio Corrente	3.844	-	-	19.222	19.222
Bacia do Paramirim	4.519	2.259	20.333	22.593	45.185
Sertão Produtivo	11.208	1.860	54.182	44.834	100.876
Vitória da Conquista	5.969	2.985	26.861	29.846	59.692
Piemonte Norte do Itapicuru	3.680	-	18.402	18.402	36.804
Piemonte da Diamantina	798	-	3.988	3.988	7.976
Vale do Jiquiriçá	512	1.284	1.284	2.561	5.129
TOTAL	99.026	132.125	346.254	483.921	962.300

Fonte: SEAGRI - SUAF

TABELA 28	DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES - SAFRA INVERNO					Bahia, 2013
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGRICULTOR BENEFICIADO	SEMENTES DISTRIBUÍDAS (Kg)				TOTAL
		FEIJÃO	VIGNA	MILHO		
				SERTANEJO	CAATINGUEIRO	
Portal do Sertão	14.507	72.535	-	72.535	-	145.070
Agreste de Alagoinhas	7.468	37.340	22.505	37.340	-	97.185
Recôncavo	7.313	36.567	13.000	35.742	-	85.309
Piemonte do Paraguaçu	3.452	17.260	-	-	17.260	34.520
Metropolitano de Salvador	1.685	8.429	1.000	7.667	-	17.096

continua

continuação

continuação

TABELA 28		DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES - SAFRA INVERNO				Bahia, 2013	
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	AGRICULTOR BENEFICIADO	SEMENTES DISTRIBUÍDAS (Kg)				TOTAL	
		FEIJÃO	VIGNA	MILHO			
				SERTANEJO	CAATINGUEIRO		
Baixo Sul	8.100	40.500	-	40.500	-	81.000	
Semi-Árido Nordeste li	14.590	72.950	36.495	-	72.950	182.395	
Vitória da Conquista	7.594	30.120	-	-	30.120	60.240	
Médio Rio de Contas	1.672	8.365	5.000	-	8.365	21.730	
Bacia do Jacuípe	5.457	27.285	-	-	27.285	54.570	
Sisal	24.636	123.180	9.000	-	123.180	255.360	
Piemonte Norte do Itapicuru	9.831	49.155	-	-	49.155	98.310	
Piemonte da Diamantina	2.107	10.535	-	-	10.535	21.070	
Litoral Sul	5.568	27.840	-	27.840	-	55.680	
Itapetinga	1.420	7.100	-	7.100	-	14.200	
Vale do Jiquiriçá	3.635	18.175	7.000	18.175	-	43.350	
Itaparica	3.585	17.952	10.000	-	17.925	45.877	
Extremo Sul	5.546	27.730	-	27.730	-	55.460	
TOTAL	128.166	633.018	104.000	274.629	356.775	1.368.422	

Fonte: SEAGRI/Suaf

nas políticas dos governos estadual e federal, ao financiamento agrícola e à aposentadoria rural. Este importante documento reforça, ainda, a frenagem da grilagem e da especulação imobiliária.

A titulação de imóveis compreende a expedição de documento que transfere do patrimônio público para o particular as terras ocupadas e beneficiadas por agricultores. Em 2013, foram emitidos 4.237 títulos de terra, correspon-

dendo a uma área de 42,1 mil hectares em 26 Territórios de Identidade, conforme indicado na Tabela 29.

O Governo da Bahia vem intensificando as ações de medição de imóvel rural, realizando 3.905 medições em 2013, em 19 Territórios de Identidade, conforme Tabela 30.

Outras ações referentes à regularização fundiária que, também, merecem destaque: realização de

24 ações discriminatórias rurais, legalizando uma área de 264,2 mil hectares, promovendo a regularização fundiária dos imóveis particulares e a arrecadação daqueles considerados públicos, e realização de oito ações discriminatórias urbanas e suburbanas, abrangendo 3,4 mil hectares entre sedes municipais e povoados, possibilitando aos municípios o conhecimento e reconhecimento dos seus domínios.

TABELA 29		EMIÇÃO DE TÍTULO DE TERRA		Bahia, 2013
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE		NÚMERO DE TÍTULOS	ÁREA (ha)	
Irecê		47	349,4	
Velho Chico		197	3.380,4	
Chapada Diamantina		219	1.540,4	
Sisal		105	1.540,6	
Litoral Sul		92	846,9	
Baixo Sul		114	733,0	
Extremo Sul		290	5.972,0	
Vale do Jiquiriçá		385	2.109,1	

continua



continuação

TABELA 29 EMISSÃO DE TÍTULO DE TERRA		Bahia, 2013
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE	NÚMERO DE TÍTULOS	ÁREA (ha)
Sertão do São Francisco	64	1.232,1
Bacia do Rio Grande	121	1.551,1
Bacia do Paramirim	19	187,7
Sertão Produtivo	219	3.382,9
Piemonte do Paraguaçu	135	1.722,4
Bacia do Jacuípe	308	2.804,4
Piemonte da Diamantina	56	1.021,2
Semiárido Nordeste II	116	1.249,3
Litoral Norte e Agreste Baiano	474	3.122,7
Portal do Sertão	449	1.589,1
Vitória da Conquista	60	760,8
Recôncavo	208	728,4
Médio Rio de Contas	70	1.013,6
Bacia do Rio Corrente	252	2.460,6
Itaparica	42	695,1
Piemonte Norte do Itapicuru	57	770,7
Metropolitano de Salvador	48	228,5
Costa do Descobrimento	90	1.112,9
TOTAL	4.237	42.105,3

Fonte: SEAGRI

TABELA 30	MEDICÃO DE IMÓVEL RURAL	Bahia, 2013
TERRITÓRIO DE IDENTIDADE		MEDICÃO REALIZADA
Irecê		6
Velho Chico		638
Sisal		1
Baixo Sul		57
Médio Sudoeste da Baía		57
Vale do Jiquiriçá		408
Sertão do São Francisco		3
Bacia do Rio Grande		399
Sertão Produtivo		175
Bacia do Jacuípe		1
Piemonte da Diamantina		1
Litoral Norte e Agreste Baiano		569
Portal do Sertão		386
Vitória da Conquista		676
Médio Rio de Contas		151
Bacia do Rio Corrente		158
Itaparica		33
Piemonte Norte do Itapicuru		185
Metropolitano de Salvador		1
TOTAL		3.905

Fonte: SEAGRI

Piscicultura, Aquicultura, Pesca e Desenvolvimento Sustentável

Visando incentivar a piscicultura e a aquicultura no estado, o Governo da Bahia prestou, em 2013, assistência técnica a 6.907 aquicultores e pescadores da piscicultura marinha, cultivo de ostras, cultivo de algas, unidades produtivas em tanque-rede, unidades produtivas em viveiros escavados, assistência às colônias, associações e cooperativas de pescadores.

Apesar de a seca ter sido um fator limitante para o sucesso dos pro-

jetos de cultivo de peixes em tanques-rede, 32 módulos de piscicultura estão instalados nas barragens públicas do estado. O projeto está atendendo 500 famílias nas comunidades ribeirinhas no cultivo de peixes em tanques-rede e estima-se uma produção em torno de 350 toneladas de pescado. Destaca-se, ainda, o aproveitamento da água de rejeito do processo de dessalinização dos poços para a produção de peixes, com o cadastramento de mais de 100 poços com dessalinizadores já instalados.

No que tange ao desenvolvimento da aquicultura, no ano de 2013 o Governo do Estado produziu e dis-

tribuiu 11,8 milhões de alevinos em aguadas públicas comunitárias para 76 municípios, por meio das estações de piscicultura de Boa Vista do Tupim, Correntes, Cipó, Itamaraju, Jequié, Joanes, Paulo Afonso e Pedra do Cavalo, em Cachoeira, de modo a garantir a segurança alimentar de 6.116 famílias ribeirinhas.

Como forma de incentivo e ampliação da renda das marisqueiras, está sendo construída uma fábrica de sabonetes à base de algas marinhas na Comunidade de Mangui-nhos, em Itaparica. A fábrica terá capacidade para produzir 100 quilos de sabonete por dia, gerando um incremento de até R\$ 500,00 na



Elói Correia/GovBa

Entrega de equipamentos no Terminal Pesqueiro da Ribeira



Construção, reforma e ampliação de centros de beneficiamento do pescado em todo estado, trazendo benefícios a centenas de famílias de pescadores

renda mensal de cada marisqueira, beneficiando direta e indiretamente cerca de 200 famílias de pescadores e marisqueiras.

Também se encontra em fase de construção a Unidade Modular de Beneficiamento de Pescado para a Associação dos Pescadores e Apicultores de Casa Nova, investimento da ordem de R\$ 469,1 mil, que beneficiará 400 famílias e a revitalização da Unidade de Beneficiamento de Pescado da Associação de Pescadores do Município de Prado, que beneficiará, aproximadamente, 400 famílias de pescadores.

Os pescadores do sul da Bahia também podem contar com a im-

plantação do projeto de desenvolvimento da maricultura em Prado e Caravelas, que prevê investimentos da ordem de R\$ 1,5 milhão em infraestrutura e capacitação de pequenos piscicultores para a produção de algas, ostras e bejupirás, este último em caráter experimental, beneficiando a mais de 200 famílias. As ações são frutos de um convênio do Governo do Estado com o município de Prado.

Como forma de melhor dotar os pescadores artesanais e marisqueiras de melhores condições de trabalho, o Governo da Bahia distribuiu apetrechos de pesca e equipamentos de proteção individual, renovando seus

instrumentos de pesca, assim como modernizando a frota pesqueira artesanal. Foram entregues equipamentos de pesca, frio e navegação, beneficiando, aproximadamente, 11,6 mil pescadores e marisqueiras. Também foram entregues, em Maraú, 60 embarcações em fibra de vidro, com investimento de, aproximadamente, R\$ 453,6 mil, beneficiando 180 pescadores e marisqueiras. A finalidade da ação é substituir, gradativamente, a frota pesqueira artesanal de madeira por embarcações mais modernas e ecologicamente corretas, que irão proporcionar melhores condições de trabalho e autonomia em deslocamento para novos pesqueiros.

Inclusão Produtiva de Populações Pobres

O Governo da Bahia entende como estratégica a inclusão produtiva das populações que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Para isso, vem desenvolvendo diversas ações que visam dotar as famílias de oportunidades e infraestrutura, de forma que possam gerar renda, diminuindo assim a desigualdade econômica e social.

Com efeito, em 2013 o apoio traduziu-se em:

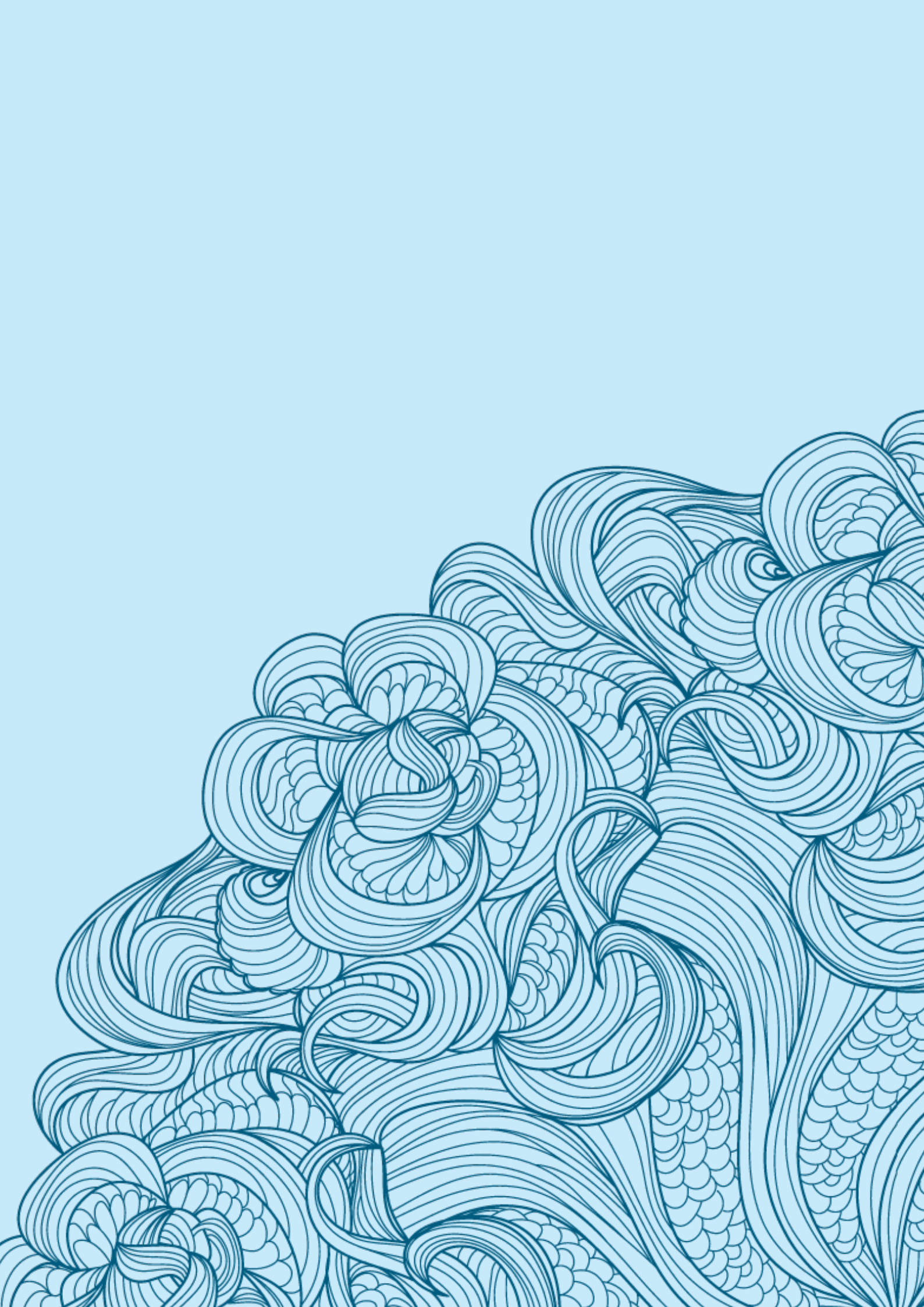
- ▶ 824 equipamentos de cozinha e costura, beneficiando a 1.406 famílias;
- ▶ 70 empreendimentos produtivos e de geração de renda, beneficiando 15.292 famílias em 60 municípios, com investimento de R\$ 8,8 milhões;
- ▶ 2,5 mil famílias beneficiadas com investimento na ordem de R\$ 5,4 milhões, por meio de capacitação e
- ▶ Implantação de unidade de produção de mudas no município de Itabuna, com investimento de, aproximadamente, R\$ 2,9 milhões.



As diversas ações adotadas pelo governo para com as populações em condição de vulnerabilidade social tem trazido benefícios a milhares de famílias, gerando renda e melhores condições de vida



**ÁREA TEMÁTICA:
GÊNERO, RAÇA
E ETNIA**



Promoção da Igualdade Racial

O Brasil, assim como a Bahia, possui um extenso passivo social em relação à falta de equidade no tratamento dado às diferentes etnias que compõem a nação. Ciente da importância do tema, o Governo da Bahia tem realizado ações que visam a melhor conscientizar as pessoas sobre o problema da desigualdade racial e tem desenvolvido ações dirigidas à minimização e erradicação deste gravame.

Com o objetivo de reafirmar e ampliar o compromisso governamen-

tal – e da sociedade civil organizada – com as políticas públicas de enfrentamento ao racismo e debater a promoção da igualdade racial, o Governo da Bahia convocou a III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial – III Conepir. A conferência contou com a participação de 600 representantes da sociedade civil e órgãos de governo e nela foram discutidas estratégias para o enfrentamento ao racismo, avaliadas as Políticas de Promoção a Igualdade Racial no Brasil e como está sendo articulado o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial em nível nacional.

Além da Conferência Estadual, foram realizadas 77 conferências municipais e intermunicipais de Promoção da Igualdade Racial.

Foram apoiados projetos de 26 organizações da sociedade civil com recursos totais de R\$ 539,2 mil, por meio dos editais: (i) Agosto da Igualdade, com o intuito de fortalecer a discussão e a preservação da memória e do legado deixado pelos heróis baianos e líderes da Revolta dos Búzios (ii) e Novembro Negro, objetivando fortalecer um ambiente favorável para a continuidade do projeto de implementação e consolidação de políticas de promoção da igualdade racial na Bahia.



Manu Dias/GovBa

III Conferência de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (CONEPIR)

Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa

O Decreto nº. 14.297, de 31 de janeiro de 2013, instituiu o Centro de Referência de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa com a finalidade de congregar esforços no planejamento e na execução das políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e proteção dos indivíduos e grupos étnicos atingidos

pela discriminação e demais formas de intolerância, em articulação com os segmentos que compõem a Rede de Combate ao Racismo e à Intolerância Religiosa.

A formalização dessa rede contou com a participação de representantes de 21 órgãos públicos e sociedade civil. Entre as ações por ela desenvolvidas destacam-se o fortalecimento das organizações da sociedade civil que prestam ser-

viços de acompanhamento e atendimento às pessoas, integração e compartilhamento de banco de dados das organizações articuladas na rede para recebimento de denúncias, acompanhamento de casos e divulgação de informações sobre racismo e intolerância, estímulo à produção acadêmica e formação de agentes multiplicadores do conhecimento sobre legislação antirracista e anti-intolerância religiosa.

Alberto Coutinho/GovBa



Festa da Lavagem das Escadarias do Senhor do Bonfim

Sustentabilidade e a Melhoria da Qualidade de Vida dos Povos e Comunidades Tradicionais

Os “territórios tradicionais” são os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observando-se, no que respeita aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem o Art. 231 da Constituição Federal e o Art. 68 do seu Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Visando fortalecer os mecanismos de controle social das políticas públicas, o Governo da Bahia garantiu o funcionamento pleno da Comissão Estadual para a Sustentabilidade de Povos e Comunidades Tradicionais – Cespct, instância deliberativa e paritária, com participação de representantes de todos os segmentos de população tradicional, tendo por finalidade coordenar a elaboração e implementação da política e do Plano Estadual de Sustentabilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais no Estado da Bahia.



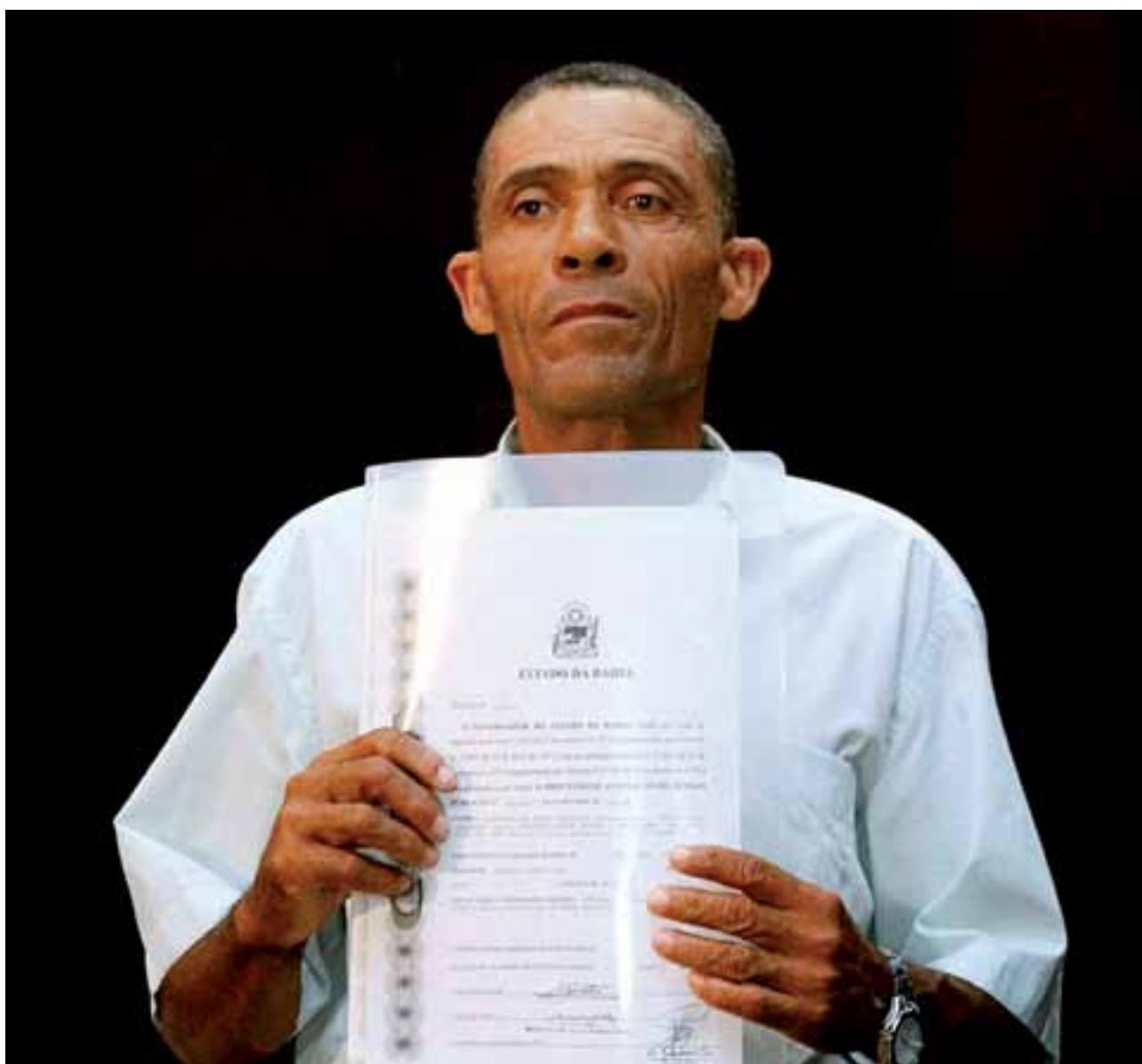
No ano de 2013, a Política de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais foi aprovada pela Cespct, estando em fase de ajustes para publicação. Foram também produzidos e impressos 50 mil exemplares da Cartilha Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais, para distribuição gratuita, com o objetivo de orientar essas comunidades acerca dos seus direitos e para o exercício da cidadania plena.

Regularização Fundiária de Comunidades Remanescentes de Quilombos e por Fundos ou Fechos de Pastos

A Lei nº. 12.910, de 11 de outubro de 2013, que dispõe sobre a regularização fundiária de terras públicas estaduais, rurais e devolutas, ocupadas tradicionalmente por Comunidades Remanes-

centes de Quilombos e por Fundos de Pastos ou Fechos de Pastos, constituiu-se em um importante marco legal para beneficiar e regulamentar as terras ocupadas por quilombolas e ocupantes de fundos ou fechos de pastos.

Neste sentido, foi realizado o georreferenciamento e diagnóstico da situação fundiária de 29 comunidades quilombolas em 17 municípios e seis Territórios de Identidade, beneficiando 2.322 famílias,



Heckel Júnior/GovBa

Entrega de Títulos de Terra às comunidades tradicionais e remanescentes quilombolas

consolidando a política de regularização fundiária para as 558 Comunidades Remanescentes de Quilombos, e o mapeamento inédito das áreas dessas comunidades, em parceria com a Universidade Federal da Bahia – UFBA/Projeto Geografar, iniciado em 2009, somando, em 2013, um total de 412 comunidades dentre as 494 certificadas pela Fundação Palmares.

Atendimento às Mulheres em Situação de Violência

O enfrentamento da violência contra as mulheres tem nas ações a seguir o seu destaque:

- ▶ Capacitação de caráter técnico/formativo de 200 profissionais que trabalham nos 19 Centros de Referência à Mulher em Situação de Violência – Cram;
- ▶ Assinatura do termo de adesão ao Programa Viver sem Violência, que

estabelece a criação da primeira Casa da Mulher Brasileira; realização da campanha Carnaval 2013, com o tema “Respeito à Mulher – Entre Neste Bloco”, que mobilizou cerca de 40 artistas;

- ▶ Atendimento a 56 mulheres e seus filhos abrigados na Casa Abrigo Mulher Cidadã e
- ▶ Articulação para inserção das mulheres abrigadas em programa habitacional.

Houve também a entrega, pelo Governo Federal, de duas unidades móveis para atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Campo e na Floresta.

Autonomia das Mulheres

Visando promover a autonomia econômica e financeira das mulheres,

por meio da inclusão produtiva e social, de forma a ampliar a cidadania pelo acesso a direitos, bens e serviços, o Governo da Bahia formalizou diversos convênios com associações e municípios, beneficiando, direta e indiretamente, 1.924 mulheres nos municípios de Monte Santo, Cansanção, Itiúba, Igrapiúna, Ibirapitanga, Camamu, Santa Luzia, Una, São Domingos, Sapeaçu, Valença, Taperoá, Itacaré, Canavieiras, Prado, Lauro de Freitas e Salvador.

Conferiu-se o apoio ao funcionamento do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres – CDDM, com a elaboração, aprovação e publicação do regimento interno, realização de 11 sessões ordinárias, elaboração do plano de trabalho do Conselho, ampliação da participação do CDDM em comissões técnicas e grupos de trabalho, além do mapeamento dos 23 Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher no estado.

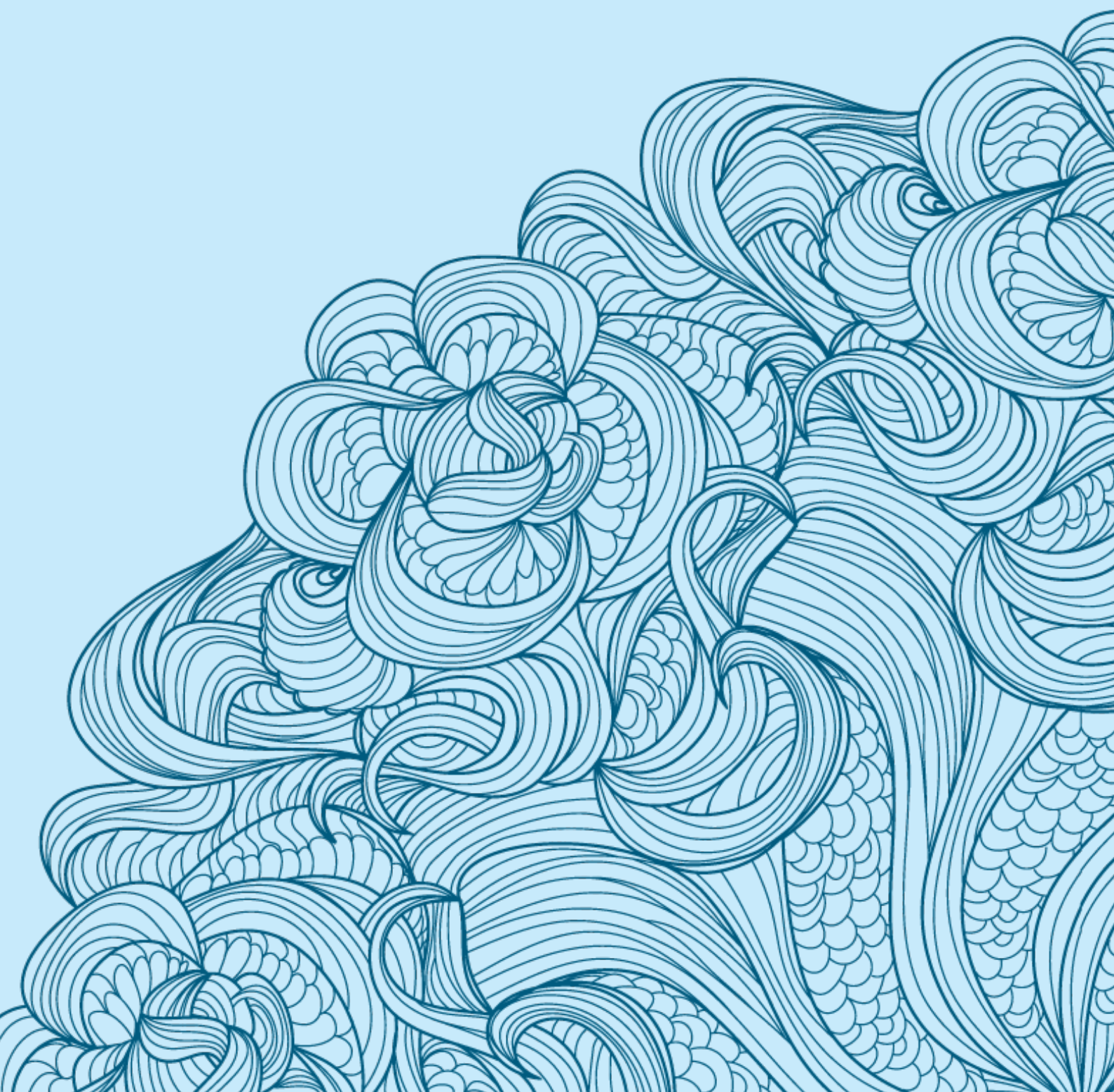


Alberto Coutinho/GovBa

Anúncio da instalação na Bahia de novos Centros de Referência de Atendimento à Mulher



**ÁREA TEMÁTICA:
TRABALHO
E RENDA**





Empreendimentos Solidários

A economia solidária vem se apresentando, nos anos recentes, como alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social, apontando para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável, com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça.

Em 2013, o Governo da Bahia realizou a contratação de 18 projetos de pesquisa, desenvolvimento e/ou transferência de tecnologias inovadoras para a cadeia produtiva da pesca artesanal e aquicultura familiar, totalizando um investimento de R\$ 2,4 milhões, com o objetivo de melhorar as condições de vida da população baiana e promover a inclusão social e produtiva de famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo.

O microcrédito foi fortalecido por meio da liberação de R\$ 42,2 milhões em 15.629 contratos nos municípios de Cachoeira, Conceição do Almeida, Conceição da Feira, Igrapiúna, Iramaia, Itagibá, Jaguaripe, Jiquiriçá, Mucugê, Pau Brasil, Planaltino, Potiraguá, Prado, Presidente Tancredo Neves, Ribeira do Pombal, Rio Real, Serrolândia, Tabocas do Brejo Velho, Teodoro Sampaio e Salvador.

No que se refere ao fomento, a cultura da economia solidária foi difundida por meio do apoio direto

a seis feiras territoriais e duas feiras estaduais de economia solidária, além da realização de duas oficinas na Feira Mundial de Economia Solidária, que aconteceu em Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Eventos de promoção e comercialização do artesanato e da culinária baiana ocorreram com a participação de quatro mil artesãos e culinistas e aquisição de cerca de 30 mil peças artesanais e venda de mais de 31 mil peças.

Além da promoção e ampliação das comunidades artesanais de 18 municípios, foram capacitados 2,6 mil artesãos.

Inserção de Trabalhadores no Mercado Formal de Trabalho

As ações de inserção de trabalhadores no mercado formal de trabalho ocorreram por meio de:

- ▶ Qualificação de 2,6 mil pessoas por meio do Programa Qualifica Bahia Pacto pela Vida, entre o final de 2012 e início de 2013, contemplando 19 municípios baianos;
- ▶ Qualificação de 1.190 pessoas nos programas Trilha das Artes, Trilha do Esporte, Trilha para Mulheres e



Elói Correa/GovBa

Certificação de 800 trabalhadores do Programa Qualifica Bahia

Projovem Trabalhador;

- ▶ Qualificação de 2,4 mil trabalhadores nos municípios de Salvador e Santo Amaro;
- ▶ Certificação de 8,4 mil educandos entre o final de 2012 e início de 2013, em 132 municípios baianos;
- ▶ Credenciamento de 54 instituições formadoras nos 27 Territórios do estado, para execução das ações de qualificação social

e profissional nos próximos três anos;

- ▶ Realização de 68 mil (re)inserções de trabalhadores no mercado de trabalho formal e
- ▶ Inauguração de sete novas unidades do Serviço de Intermediação de Mão de Obra – SineBahia nos municípios de Alcobaça, Araci, Pau Brasil, Entre Rios, Jiquiriçá, Pindaí e Itagibá, e mais uma unidade móvel, com aplicação de recursos da ordem de R\$ 386,4 mil.

Agenda Bahia do Trabalho Decente

No exercício de 2013, o Governo da Bahia desenvolveu o relatório de monitoramento da execução de cada plano de ação que integra o Programa Bahia do Trabalho Decente, que já conta com 240 ações catalogadas, em fase de monitoramento da execução e dos impactos para atingir o cenário de trabalho decente no estado. Foram capacitados 49 gestores municipais para desenvolverem agendas municipais ou regionais de Trabalho Decente.

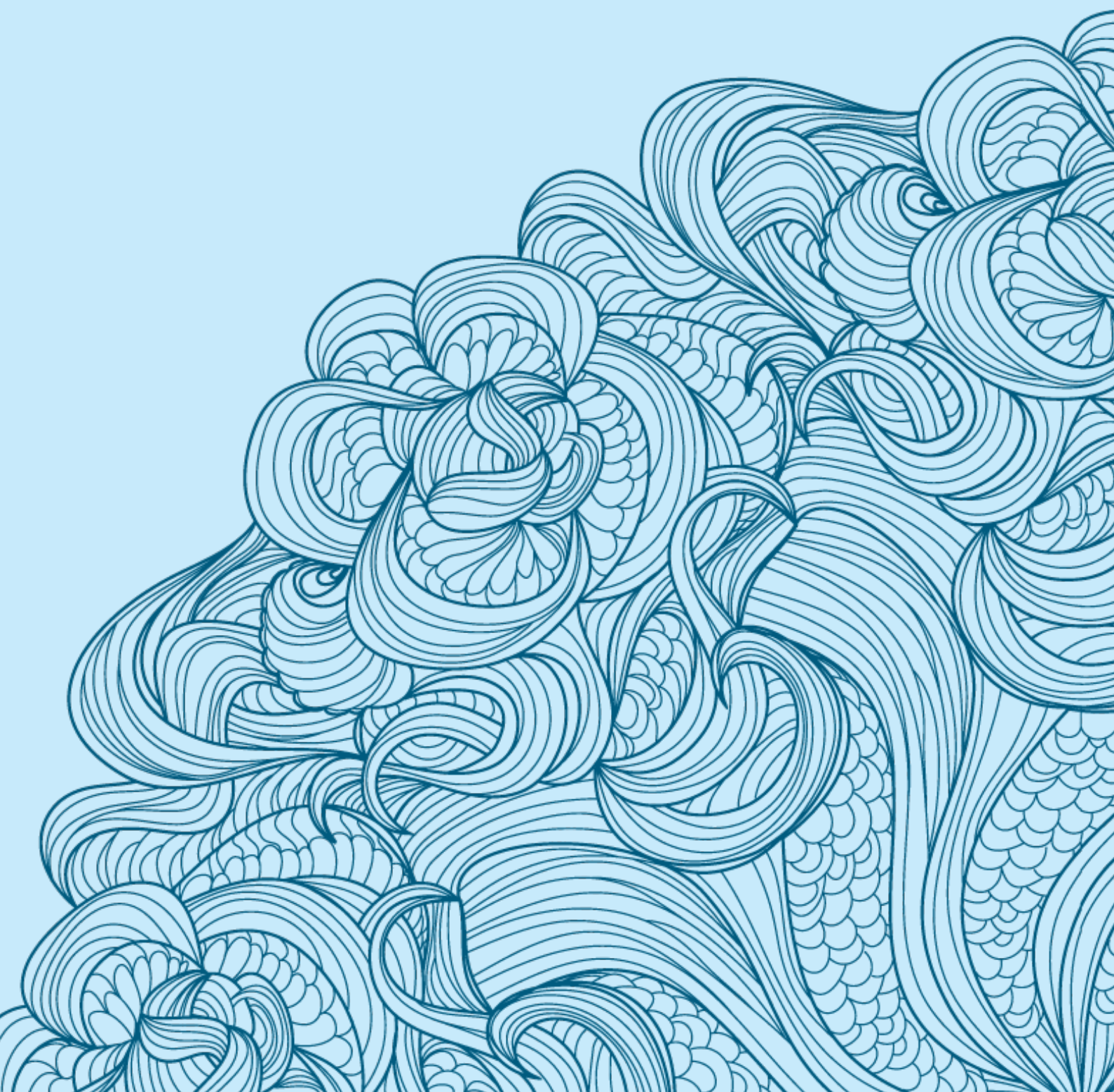


Adenilson Nunes/GovBa

Encontro da Agenda Bahia do Trabalho Decente



**ÁREA TEMÁTICA:
ESPORTE E LAZER**





Infraestrutura de Esporte e Lazer

Visando à criação e requalificação de áreas de convivência que permitam a prática de atividades físicas de esporte e lazer, o Governo da Bahia investiu na implantação de equipamentos urbanos e comunitários através dos serviços de construção, pavimentação, recuperação, requalificação e urbanização de centros comunitários, fontes, praças, pontes e balneários. Também revitalizou os parques Costa Azul, Jardim dos Namorados, Dique do Tororó e Parque de Pituaçu, em Salvador.

Outras ações importantes referem-se à construção e reforma de equipamentos esportivos e de lazer, por meio de convênios com os municípios e contratos oriundos de emendas federais e estaduais, destacando a construção do Centro Panamericano de Judô – CPJ no município de Lauro de Freitas, que, além de abrigar ações de iniciação, servirá para a realização de eventos esportivos de alto rendimento. O CPJ está com obras em andamento e previsão de inauguração no primeiro semestre de 2014. O investimento total é da ordem de R\$ 40,2 milhões, oriundos do Ministério do Esporte, do Governo do Estado e da Confederação Brasileira de Judô.

Encontram-se também em andamento as obras de implantação de complexos esportivos voltados para o esporte de alto rendimento, a exemplo do Ginásio Poliesportivo de Cajazeiras, o Complexo de Piscinas da Fundac e a pista de atletismo da Vila Militar do Bonfim, em Salvador.

Inclusão Social por meio do Esporte

Consciente de que o esporte é um vetor na diminuição da violência nas comunidades que apresentam maior vulnerabilidade social, o Governo da Bahia deu continuidade à implementação do Programa Segundo Tempo, do Governo Federal, atendendo a 12,1 mil pessoas em 36 municípios; implantação de escolinha de iniciação esporti-

va, em Salvador, Feira de Santana, Lauro de Freitas e Simões Filho, atendendo a cinco mil beneficiários; promoção das atividades físicas nas escolas de esporte em Salvador, Porto Seguro, Gandu, Riachão do Jacuípe, Itabuna, Maracás, Conceição do Almeida, Lafaiete Coutinho, Santo Antônio de Jesus, Pindobaçu e São Francisco do Conde, atendendo 18.478 pessoas e realização das Caravanas de Lazer e outros eventos esportivos em 13 municípios, com participação de 18.468 pessoas.



Elói Correa/GovBa

Andamento das obras do Centro Panamericano de Judô

Apoio a Atletas e Paratletas

O Governo da Bahia, em 2013, ampliou o Programa Estadual de Incentivo ao Esporte Amador, Olímpico e Paralímpico – FazAtleta, realizando investimentos da ordem de R\$ 3,6 milhões, por meio de renúncia fiscal, beneficiando a 55 atletas. Também concedeu bolsas-esporte a atletas e paratletas. Ao todo, 52 atletas e 13 paratletas foram beneficiados, com investimento de aproximadamente R\$ 110,0 mil.



Maquete eletrônica do Centro Panamericano de Judô

Marcelo Reis/GovBa



Introdução – Eixo II

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E INFRAESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO

Com 18 programas, o Eixo II do PPA 2012-2015, Desenvolvimento Sustentável e Infraestrutura para o Desenvolvimento, tem como objetivo, em síntese, assegurar a geração de riquezas com maior equidade social, garantindo a todos condições de acesso ao básico para uma existência com dignidade e às oportunidades abertas pela retomada do crescimento, num contexto de desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Integram este Eixo os seguintes Temas: Infraestrutura Logística e de Telecomunicações, Energia, Meio Ambiente, Economia Verde, Ciência, Tecnologia e Inovação, Desenvolvimento Urbano, Turismo, Cultura e Desenvolvimento, Indústria, Mineração e Serviços Estratégicos, Cadeias Produtivas do Agronegócio.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 4,1 bilhões, Eixo II corresponde a 21,7% dos recursos orçamentários disponíveis para os três Eixos que compõem o PPA 2012-2015.

Nas próximas páginas estão descritas as principais ações de desenvolvimento sustentável e infraestrutura para o desenvolvimento executadas pelo Governo do Estado em 2013.



**ÁREA TEMÁTICA:
INFRAESTRUTURA
LOGÍSTICA E DE
TELECOMUNICAÇÕES**





Logística Multimodal

Em parceria com a União, o Governo da Bahia vem incorporando a visão de uma logística multimodal na perspectiva do desenvolvimento integrado do estado. Os investimentos em expansão e recuperação de estradas, nos últimos seis anos, foram expressivos, gerando como resultado a construção de sete mil quilômetros de rodovias.

Ainda neste enfoque estratégico, o planejamento e investimentos realizados definirão uma mudança na logística, tendo como elemento central o modal ferroviário. O Porto Sul terá uma importância basilar na interligação da Ferrovia de Integra-

ção Oeste-Leste – Fiol com o Oeste do Brasil. Agregue-se a essa dinâmica a operação dos portos e terminais portuários de Aratu e a expansão da atividade de contêineres no Porto de Salvador (carga geral).

Foi confirmada ao Governo da Bahia, nesse contexto, a construção do segundo terminal do Complexo Porto Sul, a ser utilizado por empresas que se associarão em torno de uma Sociedade de Propósitos Específicos, com edital para consulta pública.

A autorização conferida pela Secretaria Especial de Portos– SEP, da Presidência da República, é um importante passo para a consolidação do projeto Pedra de Ferro, que integra a produção e beneficiamento

de minério de ferro em mina localizada em Caetité, e o escoamento desta produção pelo Terminal de Uso Privativo - TUP do Complexo Porto Sul, via Fiol.

O projeto Pedra de Ferro representa um investimento total de US\$ 3,0 bilhões e vai gerar cerca de oito mil empregos diretos, se somadas às etapas de construção e operação da mina e do porto.

Ressalte-se que o empreendimento Porto Sul é constituído por um porto público e o TUP, a serem construídos na localidade de Aritaguá, em Ilhéus. Esse complexo terá uma área destinada à instalação de terminais de serviços de movimentação de cargas, designado Zona de Apoio Logístico -



Manu Dias/GovBa

Restauração e pavimentação em diversas estradas baianas

ZAL, em conjunção com o TUP, para a movimentação de minério de ferro, de propriedade da Bahia Mineração – Bamin.

O Porto público tem previsão de operar com uma capacidade nominal de exportação de 75 milhões de toneladas por ano e de importar cinco milhões. Entre as cargas previstas para embarque e desembarque destacam-se minério de ferro, soja, milho, etanol, fertilizantes, carvão, produtos siderúrgicos, clínquer, contêineres e carga geral.

Em relação à geração de empregos, a previsão é da ordem de dois mil empregos diretos, na fase de construção, e mais 1.760 na operação do porto público e do terminal privado da Bamin.

Vale ressaltar, o projeto Sistema Viário Oeste – SVO, que avançou significativamente, com a participação decisiva de órgãos e entidades, com destaque para as secretarias estaduais de Infraestrutura – SEINFRA, do Planejamento – SEPLAN, da Fazenda – SEFAZ (por meio do Núcleo de Parcerias Público-Privadas), de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, do Meio Ambiente – SEMA e da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Reforma Agrária, Pesca e Aquicultura – SEAGRI (por meio da Coodenação de Desenvolvimento Agrário) além do Derba, Desenvolvimento e PGE, traduzindo-se num projeto institucionalmente integrado.

O Governo da Bahia ampliou, em 2013, a dimensão do SVO, considerado uma ação integrada de desenvolvimento regional, o Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de Influência da Ponte Salvador–Ilha de Itaparica.



Maquete eletrônica, projeto da ponte Salvador-Ilha de Itaparica

parica. Em razão da amplitude e complexidade do novo escopo, foi contratada, a consultoria McKinsey & Company para apoiar a estruturação e monitoramento dos estudos necessários para completar e aprofundar os resultados do Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI de 2010, no valor de R\$ 40,0 milhões.

Nessa perspectiva, foram definidas as seguintes frentes de trabalho: sondagens no traçado previsto, engenharia de projeto básico, estudos de hidráulica marinha, estudos de impacto ambiental (EIA-Rima), estudos urbanísticos, estudos de impacto cultural, estudos socioeconômicos e modelagem econômico-jurídico-financeira. Além disso, outras ações-meio (ges-

tão de projeto, comunicação) e frentes secundárias de diagnóstico e proposição foram estabelecidas, sendo exemplos o levantamento fundiário, pactuação e composição com prefeituras da macroárea, estudos de navegação e análise e revisão do plano rodoviário regional, em parceria com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Em 2013 foram licitados o EIA-Rima, os trabalhos de sondagem, os estudos de engenharia e os estudos urbanísticos. Destes, os dois primeiros tiveram contratos e ordens de serviços assinados e foram iniciados seus trabalhos de campo. Além disso, avançaram nos estudos de socioeconomia e de modelagem e estruturação jurídico-financeira. Foi iniciado



ainda, o levantamento da situação fundiária na Ilha de Itaparica.

A gestão do projeto e o conjunto de estudos definidos somam um volume de investimentos de pouco mais de R\$ 90,0 milhões, dos quais quase R\$ 22,0 milhões foram realizados em 2013.

Com escopo ampliado e redefinido como Plano de Desenvolvimento Socioeconômico da Macroárea de Influência da Ponte Salvador-Ilha de Itaparica, o projeto do Sistema Viário do Oeste prosseguiu em várias frentes, sendo destaque o debate do projeto em dezenas de municípios nos Territórios de Identidade da RMS, Recôncavo e Baixo Sul; articulação e cooperação formal com os municípios mais afetados pelo Plano – Salvador, Vera Cruz e Itaparica; conclusão da primeira fase dos trabalhos de discriminação fundiária nos municípios de Vera Cruz e Itaparica, em áreas decretadas de utilidade pública; sondagens do subsolo da Baía de Todos-os-Santos, no eixo previsto para a construção da ponte, no valor de R\$ 7,7 milhões; conclusão do processo licitatório do projeto básico de engenharia, avaliado em R\$ 22,6 milhões e assinatura de convênio com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos – Coppetec (Universidade Federal do Rio de Janeiro) para os estudos de hidráulica marítima, os quais, quando contratados, custarão R\$ 3,8 milhões e a conclusão da licitação dos Estudos de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental do projeto, no valor de R\$ 7,2 milhões.

Corredor logístico

Os investimentos privados para a construção do Porto Sul somarão

R\$ 5,6 bilhões ao longo de 25 anos. O porto movimentará cargas de todos os tipos de granel e modalidades diversas de acondicionamento, com estimativa de operar 100 milhões de toneladas/ano no 25º ano de funcionamento.

Somado à Ferrovia de Integração Oeste-Leste – Fiol e ao novo aeroporto de Ilhéus, trata-se do maior investimento logístico da Bahia. Agregados, eles formam um tripé logístico, viabilizando e robustecendo a economia e dando salto de qualidade no desenvolvimento regional.

O Governo da Bahia também apoia a proposta das empresas Braskem, Loggin Logística Intermodal e Terminal Químico de Aratu, relacionada à transferência para a iniciativa privada da administração e exploração do Porto de Aratu, por meio de concessão, bem assim como o projeto Porto da Bahia, em fase de negociação com a UTC Engenharia, para ampliação das instalações portuárias do estado na Baía de Todos-os-Santos e ainda os projetos de ampliação do Terminal de Contêineres do Porto de Salvador e de construção de novo terminal de passageiros, dentro do programa Copa 2014.



Alberto Coutinho/GovBa

Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste

Infraestrutura de TeleComunicações

As profundas transformações tecnológicas que passa o setor de telecomunicações têm ampliado exponencialmente os serviços oferecidos, conferindo a esse estratégico setor um papel central na organização da produção e da sociedade. Assim, a infraestrutura de telecomunicações deixa de ser utilizada apenas para a prestação de serviços de telefonia e passa a ser a base de um amplo setor de tecnologias de informação e comunicação – TIC, capacitado à veiculação de múltiplos conteúdos de informação e assumindo importância vital para o desenvolvimento econômico.

Telecomunicações e banda larga compõem a nova estrada de desenvolvimento do século XXI. O Governo do Estado, preocupado com a carência de infraestrutura de telecomunicações, um dos gargalos críticos para o desenvolvimento da Bahia, principalmente no interior, vem buscando soluções para este grande desafio, no sentido de melhorar o acesso da população a essa gama de serviços.

Em 2013, o Governo da Bahia iniciou a realização de estudos para construir uma rede avançada de telecomunicações, baseada em topologia híbrida de fibras óticas e sistemas *wireless*, visando proporcionar ao estado uma alta capacidade de transporte de dados para atender às demandas crescentes de comunicação em banda larga nos municípios baianos.

Trata-se do Projeto de Banda Larga da Bahia, que prevê a construção de sete mil quilômetros de fibras óticas,

abrangendo 281 municípios, com potencial de atendimento a 11,8 milhões de habitantes. Este projeto será implantado em um período de cinco anos e permitirá ampliar o acesso às novas tecnologias, tornando mais eficientes e eficazes os serviços públicos e criando novas oportunidades de trabalho e renda.

O Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia – Irdeb, através da TV Educativa, marca um novo momento para a comunicação pública na Bahia, com a implantação da sua programação em alta definição (HD), inicialmente para Salvador e Região Metropolitana, disponibilizando assim uma TV de alta qualidade de imagem e som

para um público de 3,8 milhões de habitantes.

As primeiras transmissões ao vivo em *full HD* ocorreram na final do 6º Festival Anual da Canção Estudantil, na Arena Fonte Nova, e na cerimônia de premiação do XI Festival de Música da Educadora FM, no Teatro Castro Alves. A expansão do sinal digital para o interior do estado deverá ocorrer no primeiro semestre de 2015.

Foram investidos, na consecução desses avanços, recursos da ordem de R\$ 13,3 milhões, contemplando a aquisição do transmissor digital, antena, master digital, novas câmeras HD e equipamentos para estúdios.



Divulgação/GovBa

A implementação da fibra ótica nas telecomunicações trará enorme benefício em todo setor, comunicando até mesmo as comunidades mais distantes.



**ÁREA TEMÁTICA:
ENERGIA PARA O
DESENVOLVIMENTO**





Energia e Desenvolvimento

No âmbito do compromisso de “promover a oferta de energia elétrica, em quantidade e qualidade adequadas ao suprimento de consumidores e/ou a potenciais consumidores, buscando o desenvolvimento socioeconômico do Estado”, em 2013, o Governo da Bahia proporcionou energia elétrica a mais 111 mil pessoas, por meio de 22.339 novas ligações e investimentos de R\$ 296,4 milhões, na execução do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica na Área Rural – Luz Para Todos, do Governo Federal.

Outro projeto importante foi a realização de 66 obras que resultaram em

299 novas ligações, dentro das ações de eletrificação para atendimento às atividades produtivas no meio rural, beneficiando a 609.130 habitantes dos municípios contemplados.

Para viabilizar energia para o complexo industrial baiano foram contratados estudos, projetos e construção de linhas de transmissão, assim como alterações em subestações transformadoras, para levar energia elétrica às indústrias, demandando investimentos de R\$ 23,9 milhões.

Em 2013 foram realizadas 130 novas ligações, beneficiando 195.226 famílias, e a instalação de 5.674 novos pontos de iluminação pública, na expansão dos sistemas de iluminação, beneficiando quase 1,9 milhão de habitantes em todo o estado.

No que tange à geração de energias alternativas, deu-se continuidade à prestação de assessoria técnica e de suporte institucional para acessos rodoviários e de logística para os transportes de materiais e equipamentos, destinados à instalação de diversos parques eólicos em incentivo às empresas que elegeram a Bahia para implantar seus projetos de geração de energia elétrica a partir do aproveitamento dos ventos.

O Parque Eólico

A indústria eólica na Bahia representa o maior polo brasileiro de investimentos no segmento, com mais de 10,0% do potencial nacional. Com os 87 projetos de usinas eólicas em seu território



Alberto Coutinho/GovBa

Acciona inaugura fábrica de cubos eólicos em Simões Filho

rio, a Bahia vem se consolidando também como o grande parque industrial de equipamentos para o setor.

A espanhola Gamesa está ampliando a sua fábrica em Camaçari, para atender à expansão do setor eólico, com investimentos de R\$ 100,0 milhões. A expectativa é que a nova linha de produção entre em operação no início de 2015, fabricando nacelles (caixa do rotor do aerogerador), principal componente da turbina eólica, com capacidade instalada de 400MW/ano. A estimativa é que sejam gerados de 400 a 500 novos empregos, entre diretos e indiretos, quando a produção estiver a pleno vapor, atendendo ao mercado nacional e da América Latina. A empresa investirá em tecnologia para a produção de novas máquinas, que permitirão aproveitar melhor os ventos na Bahia, hoje líder do setor no Brasil e único estado do Nordeste que vendeu projetos nos leilões nos últimos quatro anos, motivo pelo qual os fabricantes de equipamentos o escolhem para a implantação de suas fábricas.

Além da Gamesa, a francesa Alstom e a Renova Energia anunciaram, em 2012, parceria para a construção de parques eólicos no estado, com capacidade de geração de 1.200MW/ano. A operação representa investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. A empresa TCIS implantará fábrica de pás e acessórios para geração de energia eólica em Camaçari, com perspectiva de gerar, inicialmente, 1,8 mil empregos diretos, que, além de abastecer os parques eólicos do estado, terá o mercado de exportação como meta. Quando estiver operando com sua capacidade total, a fábrica vai gerar cerca de seis mil empregos diretos.

A Acciona Windpower está construindo uma fábrica de nacelles na Bahia, devendo a unidade iniciar a operação no último trimestre de 2014. Esta será a segunda fábrica da Acciona na Bahia, tendo sido inaugurada em março a fábrica de hubs eólicos (peça que concentra as hélices) em Simões Filho – e a sexta do mundo, com investimentos de R\$ 13,0 milhões. A planta terá capacidade de produção anual de 100 turbinas AW3000, com potência de 3MW e rotores de 125 metros de diâmetro para torres de 140 metros de altura.

A Torres Eólicas do Brasil – Torrebras, primeira fábrica de torres eólicas da Bahia, possui estimativa de faturamento anual de R\$ 120,0 milhões e geração de 235 empregos diretos e

55 indiretos. Essa empresa espanhola foi inaugurada no primeiro semestre de 2013 no Polo Industrial de Camaçari, com investimento de cerca de R\$ 21,0 milhões no empreendimento, e tem como meta dominar 40,0% da demanda do mercado. De acordo com o grupo, que também possui unidades de produção na Espanha e na Índia, a escolha pela Bahia se deve ao cenário positivo no setor industrial do estado e, também, à cadeia eólica baiana, que aumenta a competitividade por conta da concentração logística em relação aos outros componentes dos parques eólicos.

No cenário exposto, a Bahia amplia vigorosamente a sua capacidade e completa a cadeia produtiva do setor.



Manu Dias/GovBa

Inauguração da fábrica da Torrebras em Camaçari



**ÁREA TEMÁTICA:
INDÚSTRIA, MINERAÇÃO
E SERVIÇOS
ESTRATÉGICOS**





Implantação e Ampliação de Novos Empreendimentos

Na esfera da atração de novos empreendimentos, o Governo da Bahia viabilizou a implantação de 72 empresas, assim como a ampliação de 33 outras, totalizando 105 empreendimentos, com investimentos da ordem de R\$ 2,9 bilhões e geração de quase 12 mil novos postos de trabalho (Tabela 31).

Com a implantação da fábrica da empresa Kimberly-Clark, o Polo de Camaçari, que era essencialmen-

te petroquímico na década de 70, passa a produzir bens de consumo, fechando sua cadeia produtiva. A empresa investiu R\$ 100,0 milhões, com a geração de 430 empregos diretos e 1,3 mil indiretos, para a produção de artigos de higiene, fraldas infantis, absorventes femininos e papel higiênico, entre outros produtos similares.

Empresas em Implantação

Entre as 470 empresas em implantação atualmente, 14,0% estão em

fase de obras civis ou em fase de pesquisa mineral (Gráfico 33), com perspectiva de gerar mais de 12 mil novos empregos e com um montante de investimento de aproximadamente R\$ 56,0 bilhões. Essas empresas serão instaladas nos seguintes Territórios de Identidade: Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Sertão Produtivo, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Médio Sudoeste da Bahia, Metropolitano de Salvador e Costa do Descobrimento (Tabela 32).

TABELA 31 EMPRESAS IMPLANTADAS/AMPLIADAS POR SETOR DE ATIVIDADE			Bahia, 2013
SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
IMPLANTADA	72	9.365	2.070.460
Alimentos e Bebidas	15	4.193	1.103.800
Borracha e Plástico	6	1.215	47.800
Celulose e Papel	4	875	117.640
Comércio e Serviços	4	99	13.800
Couros e Calçados	1	115	3.000
Eletricidade, Gás, Água Quente (Energia)	3	11	370.000
Indústria Extrativa - Minerais Não Metálicos	1	42	5.000
Informática, Eletroeletrônicos e Ópticos	3	86	6.100
Máquinas e Equipamentos	6	442	141.200
Metalurgia	3	275	43.200
Minerais Não Metálicos	6	378	22.800
Móveis	5	285	7.750
Outros Equipamentos de Transporte	2	680	152.500
Produto de Metal (Exc. Máq. e Equip.)	1	20	650
Químicos	6	178	9.670
Reciclagem	2	36	750
Têxtil	2	55	13.800
Veículos Automotores	1	100	6.000
Vestuário e Acessórios	1	280	5.000
AMPLIADA	33	2.537	821.450
Alimentos e Bebidas	9	899	109.050

continua

continuação

TABELA 31 EMPRESAS IMPLANTADAS/AMPLIADAS POR SETOR DE ATIVIDADE			Bahia, 2013
SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Borracha e Plástico	6	431	137.200
Celulose e Papel	1	60	7.000
Comércio e Serviços	1	15	1.500
Couros e Calçados	1	500	2.400
Farmacêuticos	1	60	6.000
Informática, Eletroeletrônicos e Ópticos	1	85	1.800
Metalurgia	1	20	3.000
Móveis	1	50	400
Petróleo e Biocombustíveis	1	-	80.000
Químicos	7	224	468.600
Têxtil	1	40	1.500
Veículos Automotores	2	153	3.000
TOTAL	105	11.902	2.891.910

Fonte: SICM

TABELA 32 EMPRESAS EM IMPLANTAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE			Bahia, 2013
SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
EM IMPLANTAÇÃO	470	88.378	56.019.993
Alimentos e Bebidas	66	5.806	1.070.870
Borracha e Plástico	37	3.126	342.220
Celulose e Papel	7	370	251.340
Comércio e Serviços	82	19.204	2.017.810
Couros e Calçados	7	1.650	18.170
Eletricidade, Gás, Água Quente (Energia)	22	4.064	10.163.530
Farmacêuticos	1	326	16.509
Impressão e Reprodução Gráfica	1	15	250
Indústria Extrativa - Minerais Metálicos	8	6.000	16.062.000
Indústria Extrativa - Minerais Não Metálicos	2	110	28.600
Informática, Eletroeletrônicos e Ópticos	8	420	57.384
Máquinas e Equipamentos	11	5.519	187.500
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	12	1.958	327.900
Metalurgia	8	1.353	117.300
Minerais Não Metálicos	58	3.028	2.150.040
Móveis	7	742	65.300
Outros Equipamentos de Transporte	11	5.828	6.577.650
Petróleo e Biocombustíveis	7	13.090	6.908.500
Produto de Madeira Exceto Móveis	6	688	85.000

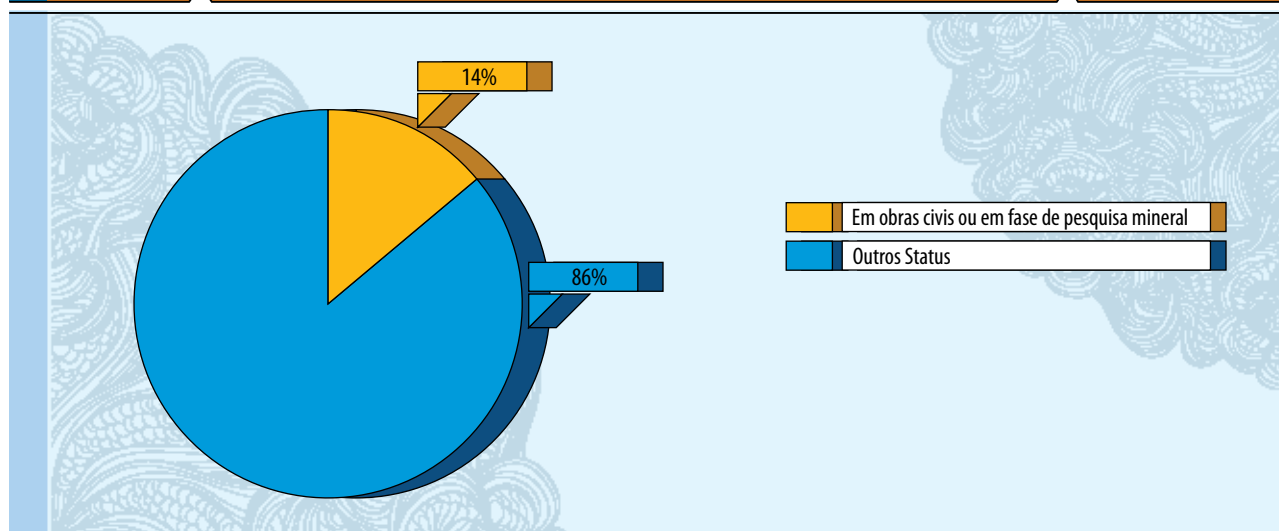
continua

continuação

TABELA 32 EMPRESAS EM IMPLANTAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE**Bahia, 2013**

SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Produto de Metal (Exc. Máqui. e Equip.)	13	2.361	2.436.000
Produtos de Madeira	5	280	705.050
Produtos de Madeira	1	16	1.000
Produtos de Metal (Exc. Máqui. e Equip.)	6	460	2.206.770
Produtos Diversos	6	367	14.800
Químicos	39	3.891	2.369.040
Reciclagem	9	212	27.410
Têxtil	19	1.322	117.950
Veículos Automotores	6	5.390	1.646.000
Vestuário a Acessórios	5	782	48.100
EM AMPLIAÇÃO	21	2.271	2.608.030
Alimentos e Bebidas	4	320	135.840
Borracha e Plástico	4	836	470.590
Comércio e Serviços	1	15	2.700
Couros e Calçados	1	80	4.000
Impressão e Reprodução Gráfica	1	5	500
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	1	25	4.500
Minerais Não Metálicos	1	100	7.000
Petróleo e Biocombustíveis	4	590	1.928.000
Produto de Metal (Exclusive Máq. e Equip.)	2	45	40.400
Químicos	1	55	13.000
Vestuário a Acessórios	1	200	1.500
TOTAL	491	90.649	58.628.023

Fonte: SICM

GRÁFICO 33 EMPRESAS EM IMPLANTAÇÃO**Bahia, 2013**

Fonte: SICM

Protocolos de Intenções

O Gráfico 34, a seguir, mede a eficácia na relação entre o número de protocolos de intenções assinados de 2007 a 2011 com o número de empresas implantadas. A média de tempo entre a assinatura dos protocolos e a implantação das empresas gira em torno de três a quatro anos.

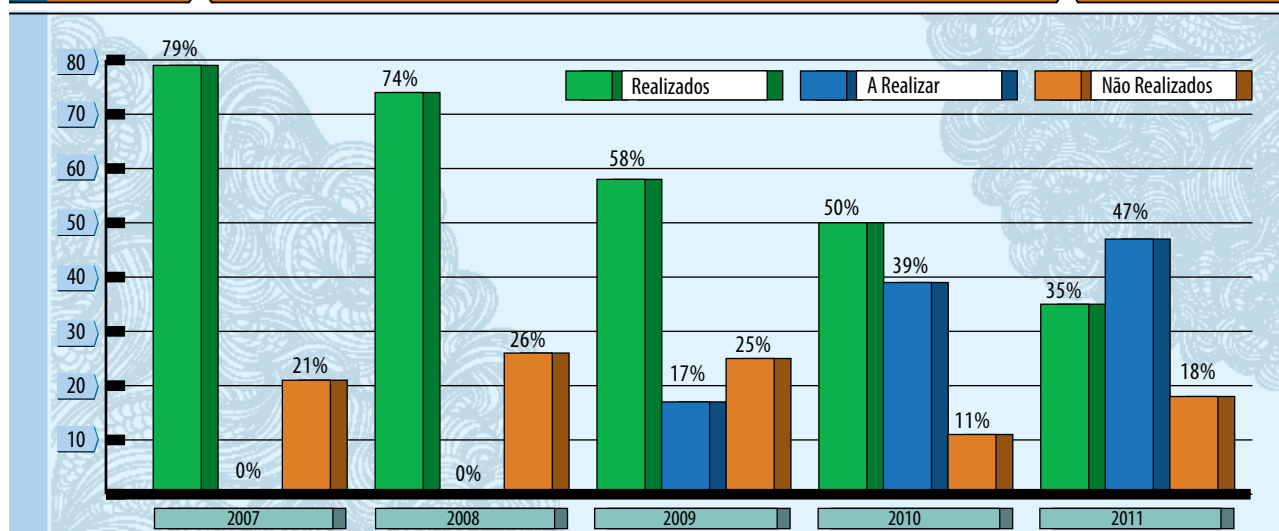
No final de 2012, a Vulcabrás/Azaleia anunciou a redução das suas atividades no Território do Médio Sudoeste. Esta decisão acarretou o desligamento de 3,5 mil trabalhadores e o fechamento de 17 unidades de produção localizadas nos municípios de Itapetinga, Caatiba, Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique e Potiraguá. Considerando que, nos anos anteriores, a empresa já tinha

realizado reduções expressivas no seu quadro de pessoal e que o setor calçadista emprega uma parcela significativa da mão de obra local, configurou-se um cenário de crise socioeconômica na região.

Com a missão de atrair novos investimentos para a região, focando em segmentos que potencializem o desenvolvimento econômico através da geração de emprego e renda, o

GRÁFICO 34 PROTOCOLOS ASSINADOS X EMPREENDIMENTOS REALIZADOS

Bahia, 2013



Fonte: SICM

TABELA 33 PROTOCOLOS DE INTENÇÕES POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE

Bahia, 2013

SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Bacia do Rio Corrente	1	15	4.700
Bacia do Rio Grande	5	190	9.350
Baixo Sul	2	135	6.100
Costa do Descobrimento	4	125	9.400
Extremo Sul	3	55	190.600
Irecê	1	300	15.000
Litoral Norte e Agreste Baiano	4	427	57.200
Litoral Sul	7	575	2.361.330
Médio Rio de Contas	7	266	95.650
Médio Sudoeste da Bahia	4	1.250	11.370

continua

continuação

TABELA 33 PROTOCOLOS DE INTENÇÕES POR TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE			Bahia, 2013
SETOR	QUANTIDADE	MÃO DE OBRA	INVESTIMENTO (R\$ 1.000,00)
Metropolitana de Salvador	58	9.490	4.440.010
Piemonte do Paraguaçu	3	70	7.800
Portal do Sertão	32	6.456	384.990
Recôncavo	10	515	81.430
Semi-Árido Nordeste II	2	600	865.000
Sertão do São Francisco	10	990	780.300
Sertão Produtivo	3	1.090	2.850.000
Sisal	2	485	85.500
Velho Chico	1	30	10.000
Vitória da Conquista	11	471	720.540
A Definir	7	1.765	196.500
TOTAL	177	25.300	13.182.770

Fonte: SICM

Governo da Bahia participou ativamente de reuniões de grupo de trabalho. No curto e médio prazos, a perspectiva é ocupar os 17 galpões pertencentes ao estado, devolvidos pela Vulcabrás/Azaléia. Até o momento, houve manifestação de interesse de empresários dos setores têxtil, calçadista e da indústria plástica, além do empenho na prospecção de novos investimentos.

Também foram realizadas ações específicas para potencializar os trabalhos, como a participação em grandes feiras de negócios do setor calçadista (45º Francal/SP, 40º Courmoda/SP e 14º Bahiacal/SSA) e aproximação com os empresários localizados no Território do Médio Sudoeste, interessados em ampliar suas atividades através da Associação das Indústrias de Itapetinga – AIT. Sobre o diálogo com essa entidade, merece destaque o evento ocorrido em Itapetinga, que contou com a presença de representantes do Governo, asso-

ciações, sindicatos, Câmara de Vereadores, Clube dos Diretores Lojistas e empresários, e teve como objetivo o esclarecimento de dúvidas sobre os incentivos fiscais, além de recolher diversos contatos de empresas locais interessadas em expandir os negócios, fornecidos pela AIT em documento formal. Algumas negociações estão em andamento.

Produção Mineral

A Produção Mineral na Bahia alcançou R\$ 2,3 bilhões em 2013, com um crescimento da ordem de 7,1% em relação ao mesmo período do ano anterior (Gráfico 35).

Em 2013, a arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – Cfem foi da ordem de R\$ 43,2 milhões, número 28,0% maior em relação ao mesmo período de 2012 (Gráfico 36).

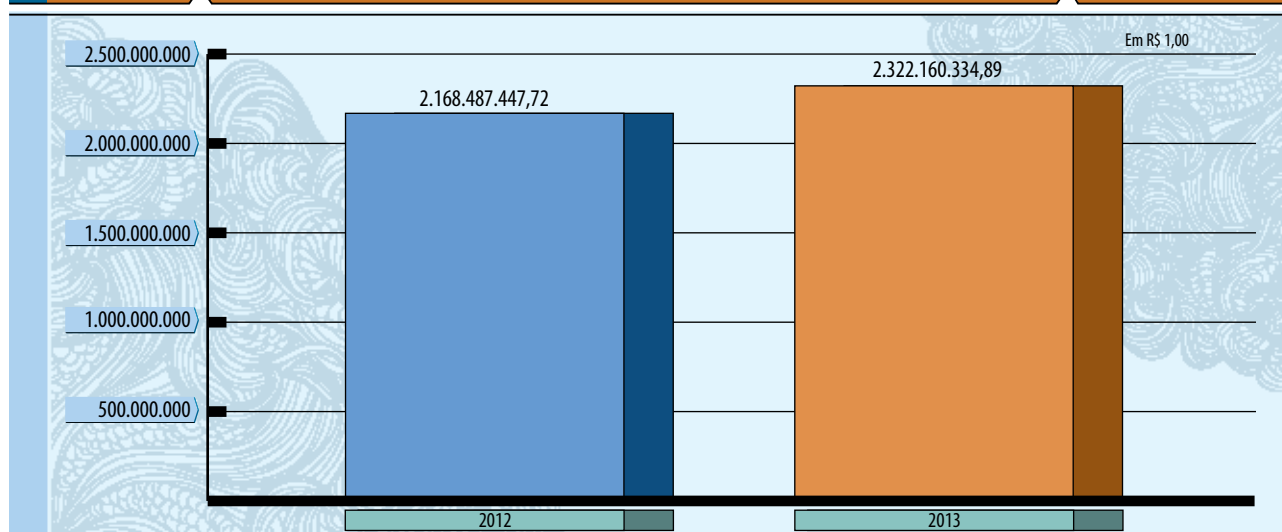
A Bamin obteve concessão para lavrar minério de ferro nos municípios de Pindaí e Caetitê, no semiárido baiano, dois dias após a canadense Largo Resources obter, também, a licença para produzir 700 mil toneladas de vanádio em Maracás, no sudoeste do estado. Os dois projetos somam investimentos de cerca de R\$ 4,0 bilhões e a produção mineral baiana comercializada será incrementada em mais de 50,0%.

O estado tem em perspectiva e em andamento investimentos no setor mineral de cerca de R\$ 21,0 bilhões. O Projeto Pedra de Ferro, da Bamin, com investimentos de R\$ 3,5 bilhões, tem previsão de exportar 20 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. Com este empreendimento, a Bahia se tornará o terceiro estado brasileiro com a maior produção do minério de ferro com reservas já aferidas de 450 milhões de toneladas.

A Largo Mineração, primeira mineradora de vanádio (minério utilizado

GRÁFICO 35 PRODUÇÃO MINERAL BAIANA COMERCIALIZADA - PMBC

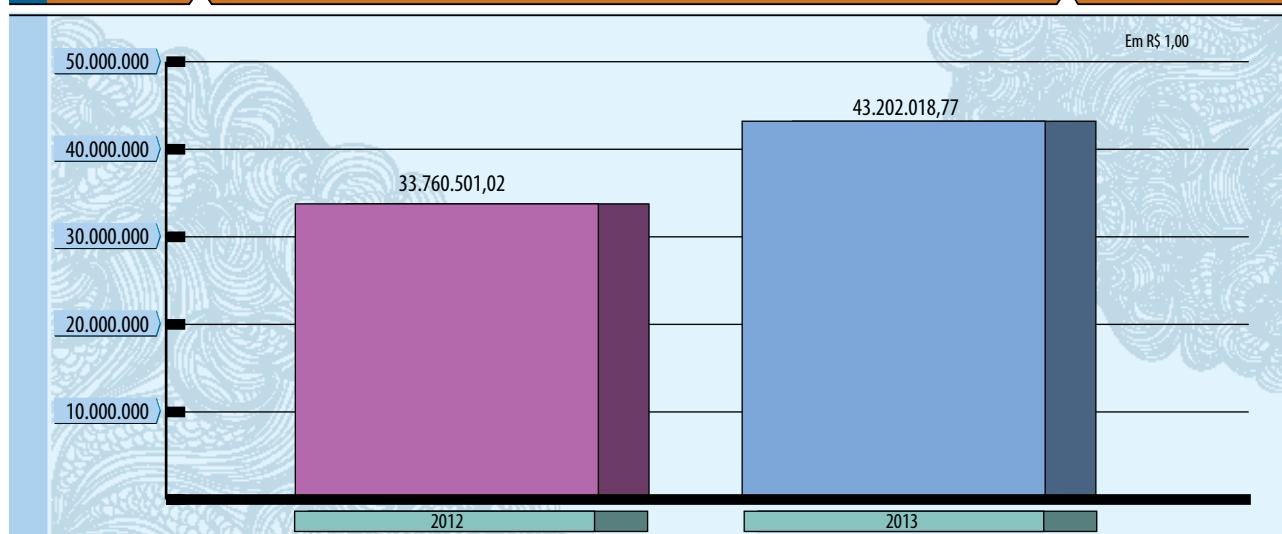
Bahia, 2012 – 2013



Fonte: DNPM

GRÁFICO 36 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS – CFEM

Bahia, 2012 – 2013



Fonte: DNPM

em ligas metálicas de alta resistência) das Américas, está investindo aproximadamente R\$ 500,0 milhões em sua mina baiana e colocará o Brasil no *ranking* dos grandes produtores mundiais, ao lado da África do Sul, Rússia e China. A mina de Maracás começará a produzir 5,1 toneladas em fevereiro de 2014, e vai gerar 1,2 mil empregos durante a implantação e outros 400 quando estiver em operação. Além de Mara-

cás, a Largo desenvolve projetos de tungstênio e molibdênio em Campo Alegre de Lourdes.

Outros investimentos relevantes:

- ▶ A empresa Lipari, em Nordestina, com R\$ 100,0 milhões em investimentos, começará a produzir a partir de janeiro de 2015 diamantes extraídos da primeira

mina em rocha kimberlítica da América do Sul;

- ▶ Em Santa Luz, a canadense Yamana Gold está investindo cerca de R\$ 320,0 milhões na extração de ouro;
- ▶ Em Barreiras, a Itaoeste está investindo em uma jazida de tálio metálico superior a 60 milhões de gramas. Com a descoberta, o Brasil

entra no pequeno rol de produtores mundiais deste metal raro. O tálio é utilizado como contraste em exames cardiológicos por imagens e materiais termoelétricos.

Marco Regulatório da Mineração

O Governo da Bahia participou das discussões do novo marco regulatório da mineração. A primeira ação do governo foi convocar a Câmara Setorial de Mineração para ampla discussão sobre o texto da nova lei e participar dos eventos de discussão realizados pelo país, inclusive estabelecendo interlocução com o presidente e relator da comissão especial do marco regulatório no Congresso Nacional, além dos deputados federais da bancada baiana que participaram da comissão.

Assim, a Bahia participou do 4º Ciclo de Fóruns Regionais dos Municípios Mineradores - Anamup em Nova Lima/MG, onde o principal tema abordado do marco regulatório foi a proposta de mudança das alíquotas da Cfem, e o papel dos municípios mineradores e circunvizinhos impactados pela mineração. Nesse fórum, a Bahia coordenou a mesa-redonda sobre “Valor de legado da mineração”, onde defendeu a posição de se criar bases sustentáveis para os municípios durante a vida útil da mina.

Posteriormente, deu-se a participação nas discussões em Brasília e São Paulo, onde foi apresentando o posicionamento da Bahia quanto às mudanças incorporadas no novo marco. A postura da Bahia nas dis-

cussões foi relevante em um grau que culminou com a solicitação pela Câmara Federal de uma audiência pública em Salvador, a qual recebeu uma maciça participação de representantes do setor mineral, governo, sindicatos e sociedade civil organizada. Após a discussão, os representantes do estado entregaram ao presidente da comissão a Carta da Bahia, documento que apresenta o posicionamento do setor mineral baiano e as sugestões para o texto do novo marco, sendo esta elaborada com a contribuição dos mineradores, consultores da área de geologia e jurídica, além dos órgãos do governo baiano ligados ao setor mineral. O novo marco

regulatório recebeu mais de 300 emendas parlamentares e, dada a importância do tema, será votado em 2014.

Polo Logístico de Camaçari

O Polo Logístico de Camaçari está localizado na BA-512 (Via Parafuso). O projeto prevê a implantação de um loteamento de empreendimentos de logística e fábricas de tecnologias limpas, com infraestrutura adequada ao desempenho de alta excelência, distribuído em uma área de 5,5 milhões de metros quadrados.



Manu Dias/GovBa

Inauguração da Fábrica da Kimberly Clark em Camaçari

A região onde será implantado o empreendimento é ocupada, atualmente, por empresas de logística e fábricas de pequeno porte. O empreendimento proposto neste local se ajusta ao padrão urbano da região, já que inexistente parcelamento imobiliário pré-definido pela Prefeitura de Camaçari.

Para a sua viabilização torna-se necessária a implantação de infraestrutura viária capaz de absorver o fluxo rodoviário pesado demandado pelas indústrias que serão implantadas no loteamento. O valor das obras previstas no projeto executivo da infraestrutura viária é de R\$ 23,5 milhões, incluindo terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização.

JAC Motors

Em área de aproximadamente 6,7 milhões de metros quadrados no município de Camaçari, desapropriada pelo estado, será implantada a unidade industrial da Jac Motors, para fabricação de veículos automotores, com investimento estimado de R\$ 1,3 bilhão, promovendo a geração de cerca de 3,5 mil empregos diretos e dez mil postos indiretos, a partir do quarto ano do início da produção. Integra a iniciativa a criação de um centro educacional para a comunidade local, dimensionado para cinco mil alunos. A capacidade de produção do projeto industrial será de 100 mil unidades/ano a partir do quarto ano, com faturamento, já em 2017, de R\$ 2,4 bilhões.

O início da operação, em fase experimental, está previsto para o final de 2014, quando começarão a ser produzidas 30 mil unidades por mês. A previsão é que em 2015 a produção chegue a 80 mil veículos de passeio e 15 mil caminhões leves por ano. Além da planta de produção, o projeto da fábrica inclui um centro de desenvolvimento de novas tecnologias – como a adoção de um motor com sistema de alimentação *flex* –, centro de estilo e *design*, laboratórios de acústica e controle de emissão de poluentes, pista de testes e centro de capacitação profissional. As fases de estamparia de componentes e produção de motores estão previstas para os próximos anos.

Polo Acrílico

Encontra-se também em fase de implantação o Polo Acrílico, pela multinacional alemã Basf, com investimento inicial de R\$ 1,2 bilhão para produção de ácido acrílico, acrilato de butila e polímeros super absorventes, insumos para a indústria de higiene pessoal, químicos para construção civil e resinas acrílicas para tintas e tecidos, abrindo perspectivas para mais uma cadeia produtiva na Bahia e consolidando a terceira geração petroquímica.

O complexo acrílico chega a Camaçari no momento em que o Polo Industrial completa 35 anos, e passa por um importante momento de transformação e crescimento.

Microempresa e Empresa de Pequeno Porte

O compromisso de aumentar a competitividade das micro, pequenas e médias empresas nos arranjos produtivos locais, permitindo a maior participação nos mercados regional, nacional e internacional nos respectivos segmentos, teve como ação relevante a reforma e ampliação da Unidade de Beneficiamento de Pescado de Xingoziinho, no município de Paulo Afonso. A reforma e ampliação da unidade, responde por investimento de, aproximadamente, R\$ 1,2 milhão. Os objetivos desta ação, que tem previsão de conclusão em junho de 2014, é consolidar a cadeia produtiva do pescado; criar ferramenta eficaz que assegure ao consumidor o acesso ao alimento seguro; preservar a saúde pública, promovendo acesso regular e permanente do pescado com qualidade; promover a padronização dos cortes e da carne, mecanicamente separada para a produção de *fishburger*, linguixas, almôndegas, marinados e empanados, permitindo uma maior agregação de valor e, por fim, buscar novas alternativas de distribuição e comercialização que atendam aos preceitos legais.

Nessa região encontra-se o principal polo produtor de pescado cultivado do estado, responsável por cerca de 80,0% da produção, que atinge atualmente a marca de 12 mil toneladas/ano. Cerca de cinco mil toneladas são oriundas da Cooperativa Mista Agropecuária de Paulo Afonso – Coomapa.



**ÁREA TEMÁTICA:
DESENVOLVIMENTO
URBANO – CIDADES
SUSTENTÁVEIS**





Programa Casa da Gente

O Programa Estadual de Habitação de Interesse Social (Casa da Gente) tem como objetivo reverter o déficit habitacional e a precariedade da infraestrutura urbana do estado, através de obras de produção habitacional e urbanização integrada, além de ações de regularização fundiária e de controle social. Foi estruturado com base nos princípios e diretrizes da Política Estadual de Habitação de Interesse Social – Pehis, que prioriza as famílias com renda mensal de até três salários mínimos, chefiadas por mulheres, idosos e portadores de deficiência.

Em 2013, o Programa Casa da Gente, que compreende todas as ações de habitação do Governo do Estado, contabilizou 75,6 mil unidades habitacionais contratadas. Neste ano foram finalizadas 3.640 unidades habitacionais com recursos deste programa. Esta ação atua com recursos operacionalizados pelo Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social – Fehis e se associa a diferentes programas de produção habitacional, urbanização de áreas precárias e regularização fundiária, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Pró-Moradia e Programa Habitacional do Servidor Estadual – PSH, entre outros.

O Programa Minha Casa, Minha Vida – MCMV, do Governo Fede-

ral, que atua na Bahia desde 2009, contratou, em suas diversas modalidades, 153 mil unidades habitacionais para atender famílias com renda mensal até R\$ 1,6 mil, totalizando o investimento de R\$ 6,9 bilhões, com recursos federais e próprios. Em 2013, o MCMV entregou 60.934 unidades habitacionais de interesse social em áreas urbanas e rurais.

Diversas fontes de recursos e programas integram os investimentos em execução no estado, inclusive fundos nacionais e internacionais, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, FGTS, Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, Bird e BID.



Manu Dias/GovBa

Entrega de apartamentos e creche do Programa Casa da Gente para trabalhadores domésticos

Mobilidade Urbana

A Via Expressa Baía de Todos-os-Santos foi inaugurada em novembro de 2013 e é considerada uma das maiores intervenções viárias executadas em área urbana no Brasil, ligando a BR-324 ao Porto de Salvador e beneficiando mais de dois milhões de pessoas. O investimento, da ordem de R\$ 480,0 milhões, contemplou a construção de três túneis, 14 viadutos, dez faixas, ciclovia, calçadas e quatro passarelas, garantindo a circulação dos pedestres nos bairros do entorno da via, entre eles Cidade Nova, Vila Laura, Heitor Dias, Dois Leões, Estrada da Rainha e Pau Miúdo.

Ainda no âmbito da mobilidade urbana, estão em fase de licitação obras de várias vias estruturantes na capital baiana, para ampliar a capacidade de tráfego e permitir a implantação de transporte de massa. A inserção de alças de ligação entre a BR-324 e a avenida Luís Eduardo Magalhães destina-se a diminuir o fluxo de veículos na área do Iguatemi/Estação Rodoviária, a partir do redirecionamento, por meio da avenida Luís Eduardo Magalhães, dos usuários que têm como destino as avenidas Bonocô e Paralela.

Para garantir o deslocamento das pessoas e bens por meio de um sistema de transporte de qualidade, integrado e rápido, com prioridade para a circulação viária e a ampliação da acessibili-

dade entre os municípios de Salvador e da Região Metropolitana de Salvador, são desenvolvidos projetos para a realização de obras de mobilidade urbana.

Estas ações beneficiam a população em questões essenciais que estão sendo tratadas no âmbito das grandes cidades brasileiras que sediarão os jogos da Copa do Mundo de 2014.

Os Corredores Alimentadores de Transporte de Média/Alta Capacidade foram concebidos para realizar a integração com a Linha 2 do metrô de Salvador, dispondo de faixas para o tráfego urbano, ciclovias e vias exclusivas capazes de operar o sistema

MAPA 2

IMPLANTAÇÃO DA VIA EXPRESSA BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS

Bahia, 2013





A Via Expressa Baía de Todos-os-Santos foi inaugurada em novembro de 2013 e é considerada uma das maiores intervenções viárias executadas em área urbana no Brasil

MAPA 3

SISTEMA METROVIÁRIO, SALVADOR – LAURO DE FREITAS

Bahia, 2013



Fonte: SEDUR

Bus Rapid Transit - BRT, além de passeios e urbanização.

O conjunto de intervenções programadas combinam modais de transporte complementares (metrô/ônibus/bicicleta) e se transformarão na primeira ligação viária entre o subúrbio ferroviário e a orla atlântica.

O compromisso assumido pelo Governo da Bahia para a execução das obras da Linha 1 do metrô de Salvador foi cumprido com a garantia da contrapartida financeira firmada junto ao Governo Federal (Ministério das Cidades/Companhia Bra-

sileira de Trens Urbanos – CBTU), à Prefeitura de Salvador e ao Banco Mundial.

Provenientes de financiamento do Banco do Brasil, os recursos da ordem de US\$ 50,0 milhões foram utilizados na aquisição de seis veículos de transporte de alta capacidade. Cada composição conta com quatro vagões e tem capacidade de transportar cinco mil passageiros por composição, com ar condicionado e isolamento acústico.

Com vistas à realização da Copa do Mundo no Brasil em 2014, o Gover-

no da Bahia realizou um Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI da mobilidade urbana que garantiu a inclusão do projeto da Linha 2 no plano de investimentos do Governo Federal. A ligação entre Salvador e Lauro de Freitas será realizada através de uma Parceria Público Privada - PPP, representando um investimento total de R\$ 4,2 bilhões no sistema de transporte de massa de alta capacidade.

Encontram-se em execução três grandes obras que impactarão fortemente no transporte urbano da RMS: o complexo do Imbuí, Orlando Gomes e Lauro de Freitas.

Programa de Educação Ambiental do
Estado da Bahia • DEA-BA
Programa de Educação Ambiental do
Estado da Bahia • DEA-BA
Programa de Educação Ambiental do
Estado da Bahia • PEA-BA



Governo do Estado da Bahia
Secretaria do Meio Ambiente

Salvador, Bahia, 2013

**ÁREA TEMÁTICA:
SUSTENTABILIDADE
AMBIENTAL E
ECONOMIA VERDE**



Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – Cefir

Em 2013 foram cadastradas 4.954 propriedades rurais e reservas legais, em 240 municípios (Gráfico 37), preponderando a região Oeste, que

agrega maiores domínios de terra no estado.

A regularização ambiental de propriedades rurais ocorre por meio do Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – Cefir, que tem como principal objetivo cadastrar os imóveis rurais e contribuir para

um maior monitoramento ambiental em toda a Bahia, proporcionando maior agilidade na fiscalização e monitoramento das atividades florestais. Deste modo, a propriedade rural vai estar regularizada ambientalmente.

Mapeamento da Cobertura Vegetal do Estado

O Estado da Bahia avança mais uma vez na gestão ambiental com o início da elaboração do mapeamento de cobertura vegetal, nos Biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica. Esse mapeamento permitirá uma visão detalhada sobre a cobertura vegetal de todos os biomas baianos, numa escala de 1:50.000, o que significa um marco histórico para o estado, uma vez que o mapeamento anterior, elaborado em 1997, dispõe de uma escala de 1:100.000.

A partir desse mapeamento, será possível traçar um panorama recente da situação da cobertura vegetal de

Camila Souza/GovBa

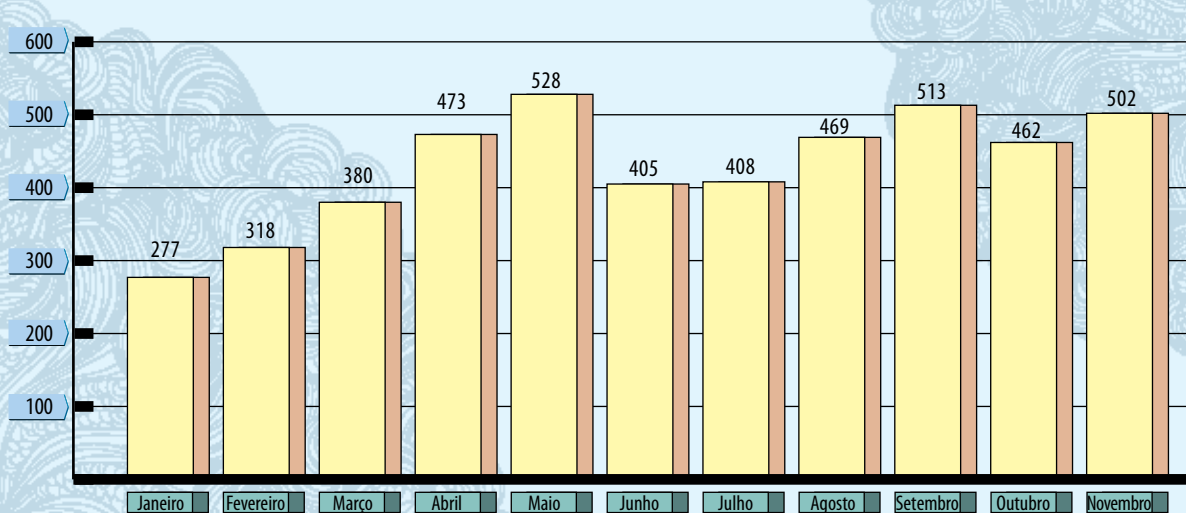


Lançamento do Programa de Educação Ambiental

GRÁFICO 37

NÚMERO DE PROPRIEDADES RURAIS CADASTRADAS NO CEFIR

Bahia, 2013



Fonte: SEMA

todos os biomas e suas fitofisnomias, além da classificação dos estágios sucessionais da Mata Atlântica, que possibilitará o aprimoramento das análises para aplicação da Lei da Mata Atlântica e do Licenciamento Ambiental e Florestal.

A elaboração do mapeamento tem custo estimado em R\$ 8,2 milhões que será financiada com recursos estaduais e do BID, por meio do Programa de Desenvolvimento Ambiental – PDA.

Espécies Ameaçadas de Extinção

A Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção do Estado da Bahia é uma exigência da legislação ambiental, além de uma recomendação prevista em diversos acordos internacionais ratificados pelo governo brasileiro, e tem como propósitos: (i) servir de base de informação para a política de biodiversidade e de unidades de conservação; (ii) direcionar e alertar a Bahia sobre quais as espécies que necessitam de maior nível de ação; (iii) nortear o gerenciamento ambiental na definição de áreas que podem ser utilizadas para reservas naturais, agricultura e indústria; e (iv) subsidiar a definição de áreas, prioritárias para conservação, além do papel importante que desempenhará no processo de licenciamento ambiental.

Em 2013 foi iniciado o estudo de três mil espécies, sendo que destas, 1.979 já foram avaliadas, dentre aves, anfíbios, répteis e invertebrados marinhos, com vistas à defini-

ção da Lista Estadual de Espécies Ameaçadas.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN

A Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN é uma unidade de conservação particular dedicada exclusivamente à proteção da natureza. O incentivo ao reconhecimento de RPPN ocorre por meio da realização de oficinas para fomentar a criação dessas reservas, difusão de informações sobre esta categoria de unidade de conservação para diferentes públicos, desenvolvimento de projetos técnicos para apoiar proprietários interessados na sua criação e auxílio técnico para implantação de plano de manejo.

Na Bahia existem 20 RPPN. Em 2013, foram reconhecidas oito reservas, sendo cinco no município de Camamu, uma no município de Ilhéus e duas no município de Prado.

Programa de Educação Ambiental – PEA

Programa de Educação Ambiental – PEA é um conjunto de diretrizes e estratégias, pensado e construído pela Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia – Ciea-BA que visa servir de referência para programas e projetos de educação ambiental no estado, tanto com relação ao seu conteúdo quanto na forma de elaboração.

O objetivo é orientar a implementação da Política Estadual de Edu-

cação Ambiental na elaboração de programas setoriais e projetos em todo o território estadual na sua rica e complexa diversidade, estabelecendo as bases para captação de recursos financeiros nacionais, internacionais e estrangeiros, destinados à implementação da Educação Ambiental.

Compartilhamento da Gestão Ambiental

Como estratégia para ampliar o número de municípios aptos ao licenciamento ambiental, o Governo da Bahia celebrou convênios com o Consórcio de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Portal do Sertão, Sisal e Piemonte Norte do Itapicuru, no valor de R\$1,3 milhão, beneficiando 43 municípios, no âmbito do Programa Estadual de Gestão Ambiental Compartilhada – GAC, cujo objetivo é a cooperação técnica e financeira, possibilitando a criação dos órgãos ambientais e dos Conselhos de Meio Ambiente de cada município partícipe de forma a capacitá-los a exercer as ações municipais previstas na Lei Complementar nº 140/2011.

Esta ação consiste em colaborar para que o Consórcio exerça as atividades de licenciamento, fiscalização ambiental e aprovação de reserva legal das propriedades rurais dos referidos municípios.

Atualmente, 165 municípios de todos os Territórios de Identidade estão aptos ao licenciamento ambiental, sendo que 78 destes foram habilitados em 2013.



**ÁREA TEMÁTICA:
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÃO**





Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica – Inovatec

O Programa Estadual de Incentivo à Inovação Tecnológica - Inovatec apoiou cinco projetos:

- ▶ (i) desenvolvimento do fio de polietileno Higgs Modulos Polyethylene (Ideom/Braskem);
- ▶ (ii) desenvolvimento de um circuito integrado (Institute of Electrical and Electronics Engineers – IEEE 802.22) para distribuição de banda larga em áreas rurais;

▶ (iii) desenvolvimento de produtos e processos biotecnológicos voltados à saúde humana e animal (Universidade Estadual de Feira de Santana);

▶ (iv) desenvolvimento de um sistema de informações sobre mobilidade urbana (NN Solutions);

▶ (v) desenvolvimento de novos radiofármacos (Clínica Delfin Gonzalez Miranda).

Esses cinco projetos, ora em execução, totalizaram investimentos da ordem de R\$ 5,6 milhões, existindo ainda três projetos em processo de aprovação

para execução em 2014, com previsão orçamentária de R\$ 1,0 milhão.

Parque Tecnológico da Bahia

Encontra-se em construção a infraestrutura do Parque Tecnológico da Bahia, com avanços na implementação do sistema de esgoto (estações elevatórias e interligação com a rede de atendimento à cidade do Salvador na Avenida Paralela) e alimentadores de energia elétrica.

Em 2013, foram atraídas para o Parque 18 empresas e instituições da



Adenilson Nunes/GovBa

Parque Tecnológico comemora primeiro ano de funcionamento

Bahia, por meio de chamada pública e/ou avaliação de viabilidade técnica e financeira, colocando o Parque baiano em destaque entre os parques tecnológicos no Nordeste.

Ciência e Tecnologia

Constitui-se relevante para a Bahia a parceria entre o Governo e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, para apoio ao desenvolvimento de programas de pós-graduação *stricto sensu* em instituições de ensino superior do estado. Essa parceria propiciou o lançamento de três editais em 2013. O Acordo de Cooperação firmado somou R\$ 29,7 milhões, dos quais R\$ 18,0 milhões da Capes e R\$ 11,7 milhões do Governo baiano. Dentre as metas que integram o plano de trabalho respectivo, destacam-se o apoio a projetos de doutorado interinstitucional, a concessão de bolsas de pós-doutorado, o apoio financeiro aos programas de pós-graduação *stricto sensu* e o apoio a projetos estratégicos para a Bahia.

Através deste acordo, o Governo da Bahia e a Capes buscam explorar sinergicamente os programas e instrumentos já instituídos, visando promover ações de capacitação docente, de forma a garantir uma melhor qualificação, maior atração e fixação de doutores e novos pesquisadores; a criação de novos cursos de pós-graduação; o estímulo à cooperação acadêmica e a ampliação da infraestrutura de pesquisa. Estas ações têm como objetivo reforçar e ampliar a formação de recursos humanos qualificados na Bahia, fortalecendo, assim, as bases científica, tecnológica e de inovação do estado e atendendo às demandas da sociedade.

O Programa de Pesquisa para o Sistema Único de Saúde: Gestão Compartilhada em Saúde - PPSUS, resultado da parceria entre o Ministério da Saúde, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e o Governo da Bahia, tem como principal objetivo fortalecer a gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.

Em 2013, foi lançado o Edital PPSUS Nº 020/2013, no valor de R\$ 7,0 milhões, incluindo, pioneiramente, uma faixa para apoio a Projetos Multicêntricos, que exigem, obrigatoriamente, a formação de um núcleo central de pesquisa. Foram submetidas 101 propostas e contemplados 46 projetos, totalizando R\$ 4,6 milhões aplicados. Com saldo remanescente do Edital PPSUS Nº 020/2013, o Edital PPSUS Nº 030/2013, foi lançado, no valor de R\$ 2,2 milhões, ora em fase de submissão de propostas.

Outra realização importante foi a celebração de novo contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT, no valor de R\$ 13,5 milhões, sendo R\$ 9,0 milhões provenientes do orçamento estadual e R\$ 4,5 milhões da Finep/MCT, resultando no lançamento de edital relacionado ao Programa de Subvenção Econômica, objetivando apoiar o desenvolvimento de produtos (bens ou serviços) ou processos inovadores (novos ou significativamente aprimorados) de microempresas e empresas de pequeno porte baianas.



**ÁREA TEMÁTICA:
CADEIAS PRODUTIVAS
DO AGRONEGÓCIO**





Desenvolvimento Sustentável da Agropecuária Empresarial

O Governo da Bahia assegurou a operação e a manutenção das obras de infraestrutura de uso comum – estações de bombeamento, canais, adutoras, estradas internas e outras, das principais explorações agrícolas, são as culturas anuais de grãos, hortaliças e forrageiras, sendo destaque a fruticultura, com predomínio da bananicultura.

Foi adquirida e realizada a montagem de bombas hidráulicas submersas para os poços produtores, como parte da manutenção do sistema de captação de água do módulo de irrigação de Tucano, que irriga uma área de 150 hectares, beneficiando 100 agricultores familiares. Este módulo integra o Projeto de Horticultura Irrigada da Bacia Sedimentar de Tucano, que aproveita a água do subsolo a partir da perfuração de dois poços tubulares de grande vazão.

Foram empreendidas ações visando à operação e manutenção de seis perímetros de irrigação em Tucano, Várzea da Roça, Ribeira do Amparo, Paulo Afonso, Jaguarari e Ponto Novo, os quais, somados, constituem-se em uma área irrigável de 4.295 hectares, beneficiando 5.425 pessoas. Esses perímetros representam a possibilidade de explorar lotes agrícolas com a prática da agricultura irrigada, com garantia da obtenção da produção livre de frustrações de safra que ocorrem nos cultivos de sequeiro, mormente na região do semiárido. Representam, ainda, a perspectiva de inclusão social e geração de renda para agricultores familiares que ex-

ploram lotes agrícolas, evitando que se desloquem para outras regiões em busca de trabalho, quando da ocorrência de estiagens prolongadas.

Por outro lado, o Governo da Bahia, em parceria com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB e com o apoio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – Ceplac, Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia - Sistema Faeb/Senar e o do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, intensificou os esforços para imprimir uma maior dinâmica ao processo de desenvolvimento agrícola em seus Territórios de Identidade, através do Projeto Crédito Assistido.

Para facilitar a operacionalização do projeto, convênios foram formalizados envolvendo o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene, sendo disponibilizado pelo Escritório R\$ 696,5 mil como recursos não reembolsáveis. Em contrapartida, o Estado participa com R\$ 337,0 mil, totalizando investimentos da ordem de R\$ 1,0 milhão, dos quais já foram aplicados 85,0% dos recursos.

No escopo do Projeto Crédito Assistido foram elaborados 1,6 mil projetos de crédito; ademais, 1.720 agricultores receberam treinamento para as cadeias produtivas do leite, pesca e aquicultura, cacau, seringueira, palmito, guaraná, grãos, café,



Manu Dias/GovBa

A Bahia foi destaque no V Festival Internacional do Chocolate e Cacau em Ilhéus

sisal, citricultura e floricultura, beneficiando produtores rurais de Mairi, Bom Jesus da Lapa, Itanhém, Licínio de Almeida, Cícero Dantas, Itabuna, Teixeira de Freitas, Maraú, Coaraci, Ituberá, Taperoá, Euclides da Cunha, Paripiranga, Vitória da Conquista, Valente, Conceição do Coité, Alagoinhas, Miguel Calmon, Mucugê, Bonito, Barra do Choça e Maracás.

Eventos e Exposições Agropecuárias

Em parceria com os segmentos agropecuários, o Governo tem apoiado a realização de eventos que permitem a transferência de tecnologia para os pequenos, médios e grandes empreendedores, criando oportunidades de negócios e favorecendo o crescimento e a consolidação da agropecuária no estado.

Em 2013 foram realizadas 25 exposições agropecuárias no estado, rece-

bendo um público estimado em 833 mil pessoas, sendo expostos mais de 24 mil animais com a presença de 2.798 expositores e a realização de 78 leilões, que movimentaram cerca de R\$ 239,3 milhões em negócios, conforme demonstrado na Tabela 34 abaixo.

A 24ª Feira Nacional de Agricultura Irrigada – Fenagri e a 7ª Exposição de Caprinos e Ovinos do Vale do São Francisco – Expovale aconteceram juntas no Campus da Universidade Federal do Vale do São Francisco – Univasf, em Juazeiro, e tiveram como tema “Integração de negócios ampliando possibilidades”. A proposta do evento é fortalecer as cadeias produtivas da agricultura irrigada e caprinovinocultura, integrando os dois negócios que compõem todo o setor do agronegócio regional, do pequeno ao grande produtor, por meio da realização de negócios, transferência de tecnologia e divulgação das potencialidades do agronegócio e da agricultura familiar do Vale do São Francisco.

Melhorando a Competitividade do Agronegócio

Por meio do Programa Nacional Pró-Genética, voltado ao melhoramento genético do rebanho bovino, são realizadas feiras objetivando a venda de touros registrados das raças zebuínas a pequenos e médios produtores rurais. Em 2013, apesar de a seca ter inviabilizado a realização de um maior número de eventos do programa, a Bahia registrou a maior venda de reprodutores de todas as feiras do Pró-Genética ocorridas no Brasil. O evento, realizado na cidade de Itapetinga, comercializou 43 touros, dos quais 31 adquiridos com recursos dos próprios produtores e 12 com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil.

A partir de 2013, as compras pelo Pró-Genética credenciaram-se a financiamento pelo Banco do Brasil. Foram realizadas, no ano, nove

TABELA 34 EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS

Bahia, 2013

LOCAL	EVENTO	Nº DE EXPOSITORES	Nº DE PÚBLICO VISITANTE	Nº DE LEILÕES	Nº DE ANIMAIS EXPOSTOS	COMERCIALIZAÇÃO (R\$1,00)
Porto Seguro	6ª Expo Verão	62	30.000	1	354	2.000.000
Vitória da Conquista	47ª Exposição Agropecuária	115	100.000	4	954	10.000.000
Feira de Santana	4ª Expo Pampa Especializada	45	5.000	0	0	500.000
Salvador	11ª ExpoBahia	285	40.000	7	2.110	20.000.000
Juazeiro	4ª ExpoVale	150	10.000	1	780	3.000.000
Irecê	15ª Exposição Agropecuária	67	5.000	0	567	900.000
Santa Maria da Vitória	3ª Feira Agropecuária Regional	25	15.000	0	250	500.000
Jequié	34ª Exposição Agropecuária	72	35.000	1	881	1.900.000
Itapetinga	43ª Exposição Agropecuária	115	30.000	4	1.182	8.000.000

continua



continuação

TABELA 34		EXPOSIÇÕES AGROPECUÁRIAS				Bahia, 2013
LOCAL	EVENTO	Nº DE EXPOSITORES	Nº DE PÚBLICO VISITANTE	Nº DE LEILÕES	Nº DE ANIMAIS EXPOSTOS	COMERCIALIZAÇÃO (R\$1,00)
Ruy Barbosa	29ª Exposição Agropecuária	45	20.000	1	450	750.000
Guanambi	26ª Exposição Agropecuária	35	45.000	1	650	7.000.000
Barreiras	31ª Exposição Agropecuária	192	70.000	5	1.257	5.000.000
Santana	2ª Exposição Agropecuária	21	5.000	1	282	500.000
Salvador	4ª Exporural	185	150.000	12	2.350	50.000.000
Itanhem	11ª Exposição Agropecuária	16	5.000	1	752	1.000.000
Uauá	32ª Exposição Especializada de Caprinos e Ovinos	28	5.000	1	367	200.000
Feira de Santana	37ª ExpoFeira	138	50.000	4	1.124	5.000.000
Itapebi	35ª Exposição Agropecuária	38	5.000	1	329	500.000
Potiraguá	10ª Exposição Agropecuária	20	5.000	1	350	1.000.000
Jacobina	Exposição Agropecuária	20	10.000	1	515	1.000.000
Alagoinhas	16ª Exposição Agropecuária	55	20.000	2	775	2.000.000
Teixeira de Freitas	32ª Exposição Agropecuária	42	30.000	2	1.425	3.000.000
Itabuna	32ª Exposição Agropecuária	36	20.000	2	1.740	5.000.000
Euclides da Cunha	Exposição	25	3.000	1	622	500.000
Salvador	26ª FENAGRO	966	120.000	24	4.600	110.000.000
TOTAL	25	2.798	833.000	78	24.666	239.250.000

Fonte: SEAGRI/ SDA

feiras nos municípios de Itapebi, Potiraguá, Alagoinhas, Feira de Santana, Santa Maria da Vitória, Jacobina, Ipiaú, Barreiras e Itapeitinga, sendo comercializados 101 animais, beneficiando mais de 90 produtores.

A cadeia produtiva da bovinocultura do leite prevê ações de transferência de tecnologia especializada, implanta-

ção de tanques de resfriamento, usinas de beneficiamento de leite e melhoria na infraestrutura de estradas e energia elétrica para escoamento do produto em 253 municípios, selecionados pela aptidão para a produção leiteira. Em 2013, esta ação foi desenvolvida em parceria com 100 municípios.

Cinco polos produtores estão sendo trabalhados, com um total de 93

unidades, das quais 73 são unidades demonstrativas e 20 unidades assistidas, totalizando 2.927 agricultores familiares beneficiados:

- Polo Sudoeste envolvendo os municípios de Barra do Choça, Planalto, Caraíbas, Aracatu, Brumado, Livramento de Nossa Senhora, Palmas de Monte Alto, Guanambi, Malhada, Candiba,



Feiras e eventos tem trazido inovação e tecnologia ao campo, propiciando melhores safras e rendimentos nos produtos agrícolas ajudando o estado a se destacar no cenário nacional

Santa Maria da Vitória, Jaborandi, Serra Dourada e Santana, Jacaraci, Caetité, Iuiú, Lagoa Real;

Ibicaraí, Pau Brasil, Eunápolis, Itabela, Itamaraju, Itapebi, Lajedão, Teixeira de Freitas, Itapetinga;

negócio formados por lideranças empresariais, produtores rurais, técnicos, pesquisadores e instituições financeiras.

- ▶ Polo Oeste, nos municípios de Barreiras, Cotegipe, Wanderley, Angical, Luís Eduardo Magalhães, Baianópolis, Cristópolis, Riachão das Neves, Catolândia, Santa Rita de Cássia e Muquém do São Francisco;

- ▶ Polo Sertão, nos municípios de Irecê, Lapão, Uibaí, Barra do Mendes, Carfanaum, Central, São Gabriel, João Dourado, Utinga, Jussara, Ibititá, América Dourada, Ibipeba, Xique-Xique e Ipupiara.

As mais recentes novidades em produtos, tecnologias e serviços ligados à fruticultura e caprinovincultura foram apresentadas através de *workshops*, minicursos, visitas técnicas, rodadas de negócios e seminários em eventos que reuniram os diversos segmentos do agro-

A política de atração de investimentos vem se firmando para o agronegócio, ao longo dos anos, como uma das mais importantes estratégias de fortalecimento e renovação do setor. A atração de novos empreendimentos e a ampliação e modernização de outros já existentes favorece o crescimento e a transformação do perfil da atividade, potencializando as cadeias produtivas da agropecuária.

O ano de 2013 apresentou-se com bons resultados na retomada do



Entre os destaques de 2013, os empreendimentos de maior porte se concentram nos segmentos de madeira, óleos vegetais, alimentos, frigoríficos, têxtil e bebidas

crescimento dos investimentos, após um período de retração vivenciado pela maioria das empresas no tocante à capacidade e intenção de realizar novos investimentos. A causa deveu-se à crise financeira internacional, que ocasionou queda nos lucros e restringiu os recursos financeiros na contratação do crédito.

Em 2013, os investimentos alcançaram R\$ 824,7 milhões, com uma estimativa de geração de 1.362 novos postos de

trabalho para os baianos em empreendimentos localizados em mais de 25 municípios (Tabela 35). Comparando com os dados do mesmo período do ano anterior, percebe-se, praticamente, o mesmo número de projetos apresentados, registrando um aumento de, aproximadamente, 160,0% no volume dos investimentos em carteira para implantação, ampliação e modernização de empreendimentos ligados ao setor do agronegócio na Bahia.

Entre os destaques de 2013, os empreendimentos de maior porte se concentram nos segmentos de madeira, óleos vegetais, alimentos, frigoríficos, têxtil e bebidas.

Para assegurar um ritmo crescente de atração de agroinvestimentos, o Governo do Estado tem utilizado estratégias e instrumentos dinâmicos, destacando a participação em eventos promocionais e a articulação de missões oficiais ao exterior.

TABELA 35		PROTOCOLOS DE INTENÇÕES ASSINADOS NO SEGMENTO DO AGRONEGÓCIO			Bahia, 2012/2013
ANO	Nº DE PROJETOS	INVESTIMENTOS (R\$ 1,00)	EMPREGOS DIRETOS	MUNICÍPIOS	
2012	30	317.450.000	2.036	20	
2013	29	824.700.000	1.362	25	

Fonte: SEAGRI/SICM

Uma missão a Portugal resultou na assinatura de dois protocolos de intenções: uma com a Associação Comercial e Industrial de Barcelos, e a outra com a Associação dos Jovens Agricultores de Portugal, sendo também assinado o Termo de Cooperação Técnica das empresas Queijo Saloio e Laticínio Marianna.

A missão à China resultou na participação do Seminário de Oportunidades de Investimentos no Brasil, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores, com organização da embaixada brasileira na China. O seminário foi parte do evento Brazilian Day, realizado na província de Chon-

gqing. Pela primeira vez fora do eixo Pequim-Shanghai, o evento contou ainda com a participação de representantes da área de atração de investimentos dos governos estaduais de Pernambuco, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Outro objetivo dessa missão foi realizar encontros de negócios com empresas locais, principalmente com a empresa Chongqing Grain Group, segunda maior distribuidora de óleos vegetais comestíveis da China, atualmente implantando uma indústria de processamento de soja na cidade de Barreiras, Oeste da Bahia, com investimentos da ordem de US\$ 300,0 milhões.

Outras agendas foram cumpridas pela comitiva baiana, a exemplo do encontro com um dos maiores grupos têxteis da China, a empresa Chongqing Light Industry & Textil e Holding Group Co. Trata-se de um complexo de empresas (*holding*) que atua em diversos segmentos, já possuindo, inclusive, uma indústria de acessórios para veículos Ford localizado na Bahia. Esse encontro viabilizou possibilidades de parcerias *joint venture* com empresas brasileiras para a instalação de um polo têxtil no Oeste da Bahia. O interesse da empresa é pelo algodão produzido no estado, onde será trabalhado o ciclo completo: a fiação, a tecelagem e a confecção.



**ÁREA TEMÁTICA:
TURISMO**





Copa do Brasil Fifa 2014

A realização de jogos da Copa 2014 em Salvador, viabilizada com a construção da Arena Fonte Nova, teve como precedente a Copa das Confederações da Fifa Brasil 2013, que mobilizou recursos para a montagem das instalações complementares imprescindíveis à sua realização.

A Copa das Confederações atraiu a audiência de 42 milhões de brasileiros – a maior audiência da TV brasileira de 2013, atingindo um público médio nos estádios de 51 mil torcedores, somando, na Bahia, quase 120 mil es-

pectadores nos três jogos realizados na Arena Fonte Nova, com visibilidade global. Somente a partida Brasil e Itália, em Salvador, teve 50 milhões de espectadores nos dez maiores mercados prioritários internacionais.

A qualificação profissional é um dos legados que os megaeventos esportivos da Fifa deixarão para o estado, considerando a aceleração das ações e projetos importantes para a consolidação da Bahia no cenário mundial do turismo. O Governo da Bahia qualificou 1.705 pessoas em 11 municípios baianos em diversos cursos, dentre os quais idiomas, ecoturismo, gestão empreendedora para artesãos, ex-atletas, profissionais de imprensa e segurança alimentar.

Foram realizadas, durante a Copa das Confederações, exibições públicas (*public viewing*) dos jogos da seleção brasileira em dois bairros da capital: Ribeira e Cajazeiras X, com um público de 18 mil pessoas. O evento teve a intenção de oferecer aos baianos um espaço estruturado para assistir aos jogos de forma lúdica e democrática, proporcionando aos torcedores a oportunidade de vivenciar, fora dos estádios, a ação e a atmosfera dos espetáculos esportivos. Ressalte-se que a Bahia destacou-se como a melhor operação, dentre as seis sedes Copa de 2013, registrando-se uma ocupação média de 80,0% na Arena Fonte Nova.



Mateus Pereira/GovBa

A Arena Fonte Nova trará benefícios que irão muito além dos espetáculos e jogos de futebol, será também uma oportunidade de renda para muitos baianos

Foram destaques:

- ▶ Qualificação profissional para 900 motoristas, cobradores e outros profissionais do setor de transporte coletivo urbano;
- ▶ Qualificação profissional, nos segmentos de turismo, hospitalidade e lazer, gestão e infraestrutura, segurança patrimonial, entre outros, de, aproximadamente, 2,4 mil trabalhadores da Região Metropolitana de Salvador, por meio de contrato firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac;
- ▶ Consolidação de um espaço no *commercial display*, durante a

Copa das Confederações, para a venda das iguarias das baianas de acarajé, concessão inédita na história dos megaeventos esportivos da Fifa. A Bahia foi o único estado que conseguiu valorizar sua cultura na estruturação do evento;

- ▶ Realização das ações preparatórias do sorteio final da Copa do Mundo 2014. Captado pela Bahia e realizado em junho, na Costa do Sauípe, constituindo-se no primeiro megaevento internacional. Foram investidos R\$ 6,4 milhões para propiciar o espaço e instalações específicas, enquanto a Fifa investiu R\$ 20,0 milhões para a realização do

evento. Ainda em função do sorteio, a iniciativa privada investiu R\$ 14,0 milhões na construção de um equipamento para eventos *indoor*, com capacidade para 3,5 mil pessoas sentadas e seis mil em pé – a Arena Sauípe. O sorteio das Chaves atraiu mais de dois mil jornalistas nacionais e internacionais e teve matérias publicadas em 195 países emissores de turismo. Durante a semana do evento, o município de Mata de São João teve uma ocupação hoteleira significativa, contribuindo para o aquecimento da economia regional e geração de emprego e renda em nível local.



**ÁREA TEMÁTICA:
CULTURA E
DESENVOLVIMENTO**





Acesso ao Centro Antigo de Salvador

Elaboração de projetos básicos e executivos para a reforma urbana das áreas de acesso ao Centro Histórico, por meio da recuperação do Mercado de São Miguel e implantação de uma passarela de pedestre (via histórica), interligando o Centro Histórico à Avenida Joana Angélica e às cumeadas adjacentes à Baixa dos Sapateiros.

Projetos de Habitação

Por meio de convênio com o Ministério das Cidades, foram feitos 30 estudos preliminares para projetos de habitação de interesse social no Centro Antigo de Salvador, e dez projetos executivos a serem desenvolvidos, após estudos preliminares, considerando sua futura inser-

ção em programas habitacionais (PAC I e Minha Casa Minha Vida).

Centro de Referência da Cultura da Bahia

Elaboração de projeto conceitual visando à criação e instalação de um centro de referência da cultura do estado, denominado "Centro da Cidade", com patrocínio da American Express.

Cursos de Qualificação

Com o objetivo de profissionalizar os agentes nas cadeias produtivas da cultura, foram promovidos cursos de qualificação através dos programas Qualificação em Artes, Qualificação em Música e Qualificação em Cultura.

O programa Qualificação em Artes contemplou as áreas de artes visuais, circo, dança, literatura, música e teatro e foi realizado em 12 espaços do interior do estado, mobilizando 539 participantes. O curso Qualificação em Música teve a participação de 222 alunos, entre jovens a partir dos 16 anos e profissionais da música com experiência comprovada. Nesses programas, os cursos têm caráter profissionalizante e estão classificados na modalidade de Educação Profissional Técnica pelo Ministério da Educação. Já o Qualificação – Qualificação para a Economia Criativa, feito em parceria com o Sebrae, caracteriza-se como programa de assessoria técnica e ofereceu 55 cursos nas áreas gestão cultural, análise e planejamento financeiro, financiamento cultural, elaboração de projetos culturais e associativismo, beneficiando a um total de 1.431 pessoas. Após o curso, 48 em-



Raul Golinelli/GovBa

Os investimentos na cultura para o desenvolvimento trazem benefícios não apenas econômicos mas sociais, promovendo a integração e criando oportunidades

preendedores dos setores criativos aderiram à formalização e 98 receberam consultoria individual.

Foram também realizadas ações de internacionalização da música baiana: em parceria com a British Underground, o Governo da Bahia realizou projeto de intercâmbio musical cons-

tituído de showcases, workshops, apresentações e seminários voltados ao mercado da música em duas cidades brasileiras (Ilhéus e Salvador) e duas britânicas (Londres e Brighton). O Governo também apoiou a turnê do artista baiano Lucas Santtana em sua participação no evento New Sounds of Brazil, produzido pelo Barbican

Arts Centre of London, renomado equipamento cultural do Reino Unido. Esse músico vem sendo reconhecido pela crítica internacional como nova expressão da música brasileira e participa, desde 2010, das coletâneas Bahia Music Export, produzidas pelo Governo para promover a música baiana no exterior.



Introdução – Eixo III

GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ESTADO



Com cinco programas na sua composição — e tendo em sua estrutura programática cinco Temas: Planejamento e Gestão Estratégica, Gestão Fiscal, Modernização da Gestão Pública, Relação Governo-Sociedade e Pacto Federativo — o Eixo III do PPA 2012-2015, Gestão Democrática do Estado tem por finalidade melhorar a eficiência e a transparência da gestão fiscal e financeira, bem como o controle do gasto público para prover melhores serviços à população.

As principais diretrizes deste programa relacionam-se à melhoria do desempenho da administração tributária e a arrecadação dos tributos estaduais, por meio do aperfeiçoamento dos instrumentos e métodos de apoio à gestão fiscal. Outras diretrizes importantes dizem respeito ao aumento do controle do gasto público e melhoria do desempenho da administração financeira, assim como a promoção de medidas normativas e administrativas objetivando a redução do impacto negativo do déficit previdenciário na capacidade de investimentos do estado com recursos próprios do Tesouro.

Com um investimento de aproximadamente R\$ 622,0 milhões, o Eixo III corresponde a 1,1% dos recursos orçamentários disponíveis para os três Eixos que compõem o PPA 2012-2015.

Nas próximas páginas estão descritas as principais ações de gestão democrática do Estado pelo Governo da Bahia em 2013.



**ÁREAS TEMÁTICAS:
PLANEJAMENTO E GESTÃO
ESTRATÉGICA E GESTÃO FISCAL,
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO
PÚBLICA, RELAÇÃO GOVERNO-
SOCIEDADE E PACTO
FEDERATIVO**



PPA Municipal

O Plano Plurianual – PPA é um instrumento de planejamento de médio prazo da Administração Pública previsto no artigo 165 da Constituição Federal. O documento, feito a cada quatro anos, sistematiza as diretrizes, objetivos, metas e resultados que a gestão pública pretende alcançar naquele período.

O PPA organiza as políticas públicas e as ações da gestão em programas que resultem em bens e serviços para a população partindo de um diagnóstico da situação presente, das diretrizes do plano de campanha do governo e garantindo a consulta

popular no processo. O plano detalha as metas e físicas e financeiras, o público-alvo das ações e os produtos que devem resultar delas.

Em parceria com a União dos Municípios da Bahia – UPB, foi iniciado o projeto PPA Municipal. Na sua primeira etapa foram mobilizados os 417 municípios baianos para participarem de cinco encontros de formação inicial, de 20 horas-aula, realizados nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Salvador e Senhor do Bonfim. Participaram 473 gestores e técnicos municipais de 226 municípios localizados dentro dos 27 Territórios de Identidade da Bahia (Mapa 4).

A Escola Nacional de Administração Pública – Enap do Ministério de Planejamento também participou, implementando o Programa de Capacitação PPA para técnicos municipais como apoiadora da elaboração e implementação dos PPA Municipais para o período 2014-2017, sendo capacitados 473 gestores e técnicos municipais. Este projeto constituir-se-á em base para a Rede de Planejamento Estado-Municípios.

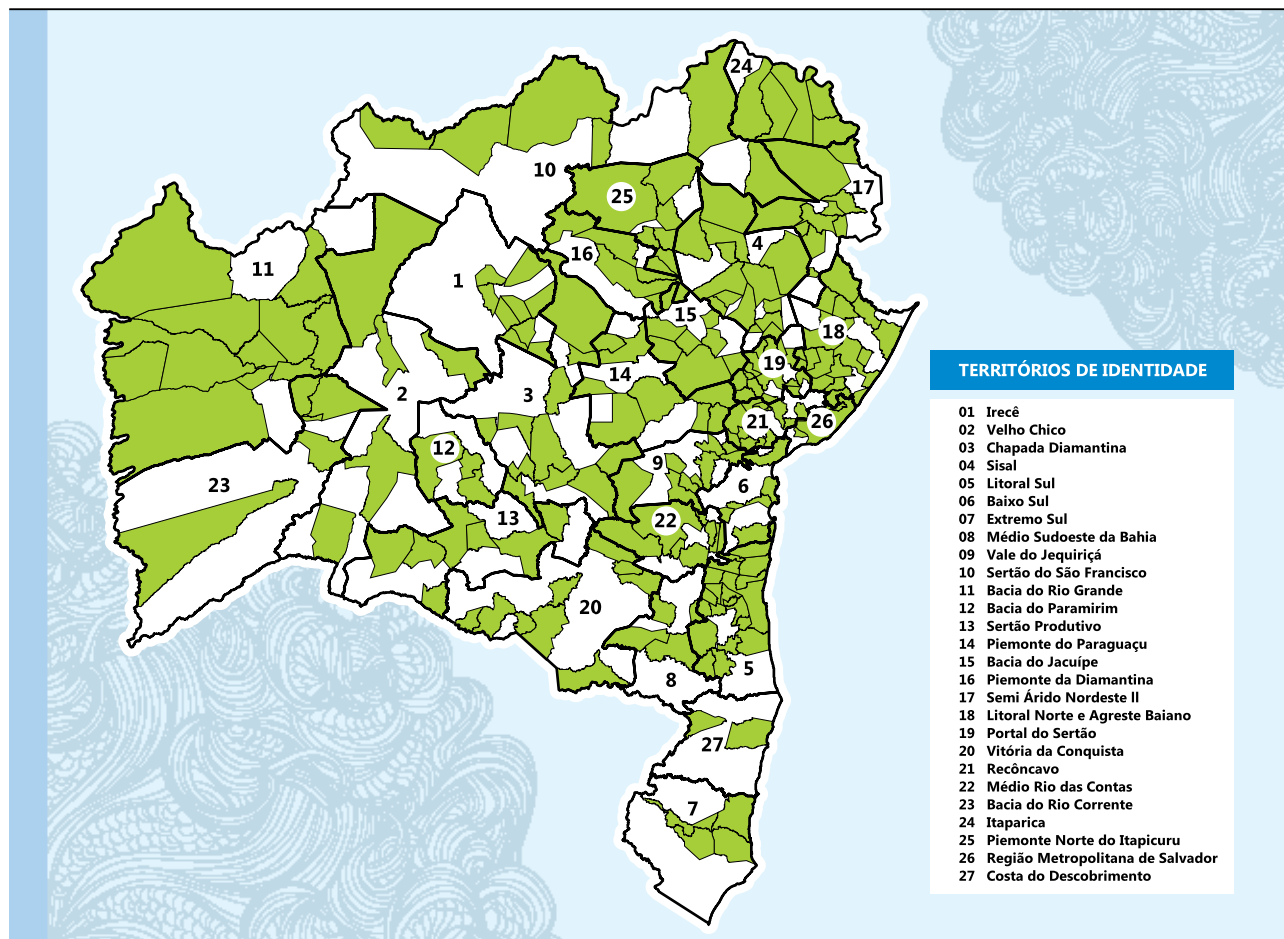
Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, atende às legislações federal e

MAPA 4

MUNICÍCIOS ATENDIDOS NO PROJETO PPA MUNICIPAL

Bahia, 2013



Fonte: SEDUR/Conder

estadual no que concerne ao zoneamento, constituindo-se em um instrumento de ordenamento territorial para garantir o uso dos recursos no desenvolvimento sustentável e na melhoria das condições e qualidade de vida da população. Foram delimitadas 36 zonas, levando-se em consideração os aspectos geomorfológicos, a cobertura vegetal e o uso e ocupação do solo.

Para orientar os investimentos públicos e privados e os processos de negociação com a iniciativa privada, foram estabelecidas diretrizes para disciplinar o uso e ocupação do território a partir da compatibilização entre os usos mais adequados para cada zona, a conservação dos recursos naturais e a qualidade ambiental.

O ZEE terá como produto um banco de dados com informações alfanuméricas e uma base georrefenciada incorporadas ao sistema SIG ZEE/BA com acesso disponibilizado ao público. Constitui-se, assim, em importante instrumento para atender ao planejamento e à articulação e integração entre as políticas públicas no território.

Diálogos Territoriais

Os Diálogos Territoriais, realizados pela primeira vez em 2010, aconteceram em 2013 em 20 Territórios de Identidade, apresentando a execução das ações governamentais em cada território e as metas constantes do PPA 2012-2015. Em torno de 4,5 mil pessoas participaram e avaliaram a execução da política governamental, refletindo plenamente o eixo Gestão Democrática do Estado, pautado no diálogo com a sociedade e na ampliação da participação dos movimentos sociais na formulação das políticas governamentais.

Consórcios Públicos

Constituem-se em importante instrumento para apoiar o desenvolvimento territorial. O Governo da Bahia apoiou a criação de oito consórcios públicos em 2013, que, somados aos oito constituídos anteriormente, totalizam 16 consórcios que agregam 17 Territórios de Identidade.

Monitoramento e Avaliação dos Programas do PPA

O fortalecimento e a gestão estratégica das políticas públicas requerem obrigatoriamente o monitoramento e avaliação dos programas que a constituem. Em 2013 o Governo da Bahia procedeu, com a colaboração das secretarias e suas seccionais, o monitoramento e avaliação de 20 programas que integram o PPA e que expressam 83,0% dos recursos alocados no Plano Plurianual, facilitando um conhecimento mais aprofundado dos programas por parte dos gestores e das equipes dos programas.

Este processo revelou a importância de serem priorizados o monitoramento e a avaliação, no sentido da criação e institucionalização de uma cultura que robusteça e consolide esses instrumentos nas ações governamentais, fundamentais e imprescindíveis para o alcance eficaz e efetivo da transparência na execução das políticas públicas.

